

EXEMPLAR UNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR UNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - N° 102

TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1999

BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB⁽¹⁾</i> 2º Secretário, no exercício da 1ª Secretaria <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro - PFL - MT⁽²⁾</i> 4º <i>Marluce Pinto - PMDB - RR</i>
(1) Licenciado a partir do dia 29-4-99		(2) Licenciado a partir do dia 4-5-99
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores ⁽²⁾ <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Vago</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Lider <i>Fernando Bezerra</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Lider <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 16 Lider <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>
LIDERANÇA DO PFL - 21 Lider <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO - 14 Lider <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PPB - 3 Lider <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i>
		LIDERANÇA DO PTB - 1 Lider <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeletos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 80ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE JUNHO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 131, de 1999 (nº 812/99, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a recondução do Senhor Geraldo Brindeiro, ao cargo de Procurador-Geral da República. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania...

15837

1.2.2 – Pareceres

Nº 398, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1999 (nº 780/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas aos arts. 6º, 14, 15 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), aprovadas pela XXVI Reunião dos Signatários, em 16 de abril de 1996.....

15868

Nº 399, de 1999, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1999 (nº 639/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capixaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

15869

Nº 400, de 1999, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1999 (nº 650/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Aldeia SOS de Goioerê para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

15869

Nº 401, de 1999, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1999 (nº 651/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Arapongas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

15870

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo; sexta-feira última; sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 40, de 1999, de autoria do Senador Osmar

Dias, que altera a redação dos arts. 1º e 2º da Resolução do Senado Federal nº 73, de 1º de julho de 1998. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

15871

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (nº 2.775/97, na Casa de origem), que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

15871

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 64, de 1999, que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos juntos à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, no montante de US\$11,326,588.45 (onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos). Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

15871

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚDIO COELHO – Alerta ao poder público quanto à indústria de invasões promovidas pelo Movimento Sem-Terra, visando a desestabilização do governo e não a reforma agrária. Solidariedade aos produtores rurais vitimados por tal prática.

15872

SENADOR TIÃO VIANA – Apelo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária para agilizar a fiscalização sobre a comercialização de medicamentos já proibidos em seus países de origem.

15875

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Comentários à nota divulgada pelo Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Dirceu, sobre o Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães.

15878

SENADOR PEDRO SIMON – Impasse entre o Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal.

15882

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que susta o Decreto do Poder Executivo Federal, de 23 de maio de 1997, que autoriza a cisão de Furnas – Centrais Elétricas S/A, altera o objeto social da NUCLEN – Engenharia e Serviços S/A, autoriza a transferência da autorização para construção e operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania...

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA HELOISA HELENA – Esclarecimentos sobre a nota do Partido dos Trabalhadores referente às críticas ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional.

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS, como Líder – Discordância com as críticas do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores ao Presidente Antonio Carlos Magalhães...

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários ao discurso do Senador Pedro Simon, proferido na presente sessão. Importância das licitações para a exploração petrolífera.

SENADOR ROMERO JUCÁ – Protesto contra a nomeação do Sr. João Batista Campelo, ex-Diretor-Geral da Polícia Federal, para o cargo de Secretário de Segurança Pública de Roraima.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO – Regozijo pelo sucesso do leilão para exploração de áreas petrolíferas, bem como da venda de aviões ao exterior pela Embraer. Necessidade de uma política para o desenvolvimento da Amazônia, com maior destinação de recursos financeiros à região.

SENADOR GILVAM BORGES – Inconsequência da nota do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, com alusões críticas ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães.

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Preocupações com as propostas do governo americano, na última Assembléia Geral da OEA, para criação de uma força de intervenção na América do Sul, com o intuito de defender a democracia no hemisfério.

SENADOR NABOR JÚNIOR – Considerações sobre a violência das invasões pelo Movimento Sem-Terra e a questão da reforma agrária.

15907

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Indignação diante dos resultados da educação brasileira, ressaltando o auspicioso trabalho desenvolvido pela Fundação Bradesco nesta área. .

15910

SENADOR LUIZ ESTEVÃO – Homenagem ao Cardeal-Arcebispo Dom José Freire Falcão, pelos 50 anos de ordenação sacerdotal.

15911

SENADOR IRIS REZENDE – Saudação à Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOOP, instalada no dia 17 do corrente mês, para os trabalhos da 51ª Legislatura.

15913

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

15913

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 79ª Sessão Não deliberativa, em 18 de junho de 1999 e publicada no **Diário do dia** subsequente.

15915

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.720 a 1.722, de 1999.

15926

Nº 1.723, de 1999, referente ao servidor Renzo Viggiano.

15929

Nº 1.724, de 1999, referente ao servidor José Vilson da Silva.

15930

Nº 1.725, de 1999, referente à servidora Sandra da Silva Rodrigues.

15931

Nº 1.726, de 1999, referente à servidora Rejane Teixeira Moreti.

15932

Nº 1.727, de 1999, referente ao servidor Raimundo Nonato Corrêa de Araújo Júnior.

15933

Nº 1.728, de 1999, referente ao servidor Marinaldo Juarez da Silva.

15934

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 80^a Sessão Não Deliberativa em 21 de Junho de 1999

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Nabor Júnior, Gilberto Mestrinho
Gilvam Borges e Luiz Otávio

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr.
1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Havendo
número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

EXPEDIENTE
MENSAGEM
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 131, DE 1999 (Nº 812/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal.

Nos termos do artigo 128. § 1º, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Doutor GERALDO BRINDEIRO, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Brasília, 21 de junho de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

NOME	Geraldo Brindeiro
NASC	29.08.48 - Recife-PE
FILIAÇÃO	Judith Brindeiro e Djair Brindeiro
CÔNJUGE	Paula Romaine Brindeiro
FILHOS	Margaret Ann, George Andrew e Charles Thomas

CARGO : Procurador-Geral da República, com mandato de 2 anos, a partir de 28.06.95.

Reconduzido ao Cargo de Procurador-Geral da República, por mais 2 anos, a partir de 27.06.97 (Decreto de 26 de junho de 1997 - DOU nº 121, de 27.06.1997).

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

Professor de Direito Constitucional e de Direito Público Comparado nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação na Universidade de Brasília, desde 1984; Professor de Direito Civil e Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (1972-1975); Professor de Direito Constitucional, Direito Tributário e Direito Financeiro, no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade de Brasília (desde 1984); Professor de Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Financeiro e Direito Público Comparado, no Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Brasília (desde 1985); Coordenador de Pós-Graduação e do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília (1985-1990); Conselheiro de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (1986-1990); Membro da Comissão de Avaliação dos trabalhos inscritos para o Seminário de Pesquisa Jurídica na Universidade de Brasília (1990); Vice-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1989-1990), reeleito para o biênio 1991-1992; Membro das Comissões Examinadoras dos

Exames de Seleção para o Curso de Mestrado em Direito e Estado, da Universidade de Brasília, realizados em 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996; Professor Orientador da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada "As Medidas Provisórias no Direito Comparado e no Brasil", defendida em 21.05.1991 pelo candidato Brasilino Pereira dos Santos, e aprovada pela Comissão Examinadora composta pelo Orientador e pelos Professores Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, e Sebastião Machado Filho (1990-1991); Membro da Comissão Examinadora, juntamente com os Professores Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, e Roberto Ferreira Rosas, da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada : "A Interdependência entre a Propriedade Intelectual de Software e o Direito Público: Uma Análise de Direito Comparado", defendida em 20.03.1995, pelo candidato Roberto de Araújo Chacon de Albuquerque, aprovada com distinção (1995); Participou como Membro na Banca de Defesa de Dissertação do Mestrando Rafael Simões Monteiro Valentino, realizada no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, em 03.11.1997; Participou como Membro da Comissão Examinadora das provas escrita e oral do Exame de Seleção ao Curso de Mestrado em "Direito e Estado", da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, em 26.11.1997 e 04.12.1997; Participou como Membro da Banca Examinadora da Dissertação da Mestranda Cristina Ossipe Martins Coelho, matrícula 94/1472, intitulada " A Teoria das Inelegibilidades no Direito Constitucional Brasileiro" , em 26.05.1998 ;

CARGOS PÚBLICOS:

Assessor Jurídico no Supremo Tribunal Federal, no período de fevereiro de 1971 a março de 1973 (1971/1973); Técnico de Controle Externo no Tribunal de Contas da União, mediante concurso público de provas e títulos realizado no

segundo semestre de 1972, tendo atuado em setores jurídicos daquele órgão auxiliar do Congresso Nacional no período de março a agosto de 1973 (1973); Procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mediante concurso público de provas e títulos, lotado na Procuradoria Geral em Brasília, no período de setembro de 1973 a fevereiro de 1975 (1973-1975). Membro do Ministério Público Federal, mediante concurso público de provas e títulos, desde fevereiro de 1975 até a presente data.

ESTUDOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS:

Curso sobre o tema "O Novo Código Civil Brasileiro" proferido pelo escritor e especialista professor Orlando Gomes, em agosto de 1968, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Recife (1968); Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1966-1970); Curso em Nível de Pós-Graduação sobre o tema "O Direito Tributário na Constituição Federal", proferido pelo especialista e autor de inúmeros livros Professor Aliomar Baleeiro, Ministro do Supremo Tribunal Federal, no período de outubro de 1971 a abril de 1972, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1971-1972); Curso em Nível de Pós-graduação sobre o tema "A Alteração do Contrato de Trabalho", proferido pelo especialista e autor de inúmeros livros Professor Mozart Victor Russomano, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, no período de agosto a dezembro de 1973, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1973); Curso de Direito Agrário, Tributação e Cadastramento Rural, proferido por Professores Especialistas, em convênio com a Procuradoria-Geral do INCRA, em dezembro de 1973, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1973); *Master of Laws (LLM)* (Mestre em Direito) pela Universidade de YALE (EUA), (1981-1982); *Doctor of the Science of Law (JSD)* (Doutor em Direito), pela Universidade de YALE (EUA), mediante defesa da tese intitulada "International Taxation From The Perspective Of The

"Contemporary International Law Of Jurisdiction" (755 págs.), no dia 07 de abril de 1990, perante comissão integrada pelos Professores W. Michael Reisman e Leon S. Lipson. e o Deão da Faculdade de Direito, Professor Guido Calabresi (1990).

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS:

Procurador da República, mediante concurso público de provas e títulos realizado no segundo semestre de 1974, tendo tomado posse em fevereiro de 1975; Procurador da República, lotado na Procuradoria Geral da República, oficiando junto ao extinto Tribunal Federal de Recursos (1975/1988); Membro e Relator da Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para realizar o planejamento da Revista Jurídica do Ministério Público Federal e de outros veículos de documentação e divulgação dos trabalhos da instituição, posteriormente criada, nos termos da sugestão do relator, sob o título "Revista da Procuradoria-Geral da República" (1988); Subprocurador-Geral da República, promovido por merecimento, em 27 de fevereiro de 1989, oficiando junto ao Superior Tribunal de Justiça, com assento na Primeira Turma daquela Corte (1989/1990); Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Substituto, e Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação do Ministério Público Eleitoral, designado para exercer tais funções pelo Procurador-Geral da República a partir de 30.08.1989, oficiando junto ao Tribunal Superior Eleitoral (1989/1990); Participou do I Seminário Brasileiro de Direito Eleitoral, promovido pela Secretaria de Coordenação do Ministério Público Eleitoral, realizado em Porto Alegre/RS, em maio de 1990, com a participação de Magistrados, Parlamentares, Membros do Ministério Público e Professores (1990); Vice-Procurador-Geral Eleitoral e Secretário de Coordenação do Ministério Público Eleitoral, designado para exercer tais funções pelo Procurador-Geral da República a partir de 11.09.1990, oficiando junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

com assento no Plenário daquela Corte (1990/1994); Participou de Seminários Introdutórios para os novos Procuradores da República, realizados em fevereiro de 1991, abril de 1992 e junho de 1993, no auditório da Procuradoria Geral da República, tendo proferido palestra sobre o tema "A Função Eleitoral do Ministério Público Federal" (1991, 1992 e 1993); Membro da Comissão de Estudos para a Revisão e Atualização da Legislação Eleitoral, constituída pelo Tribunal Superior Eleitoral, a partir de fevereiro de 1991, com a participação de Ministros da Corte, a convite do Ministro Presidente (1991); Promoveu o II Encontro Nacional dos Procuradores Regionais Eleitorais, no auditório do Ministério da Justiça, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 1991, cujos Anais foram publicados, tendo proferido palestra sobre o tema "O Ministério Público Eleitoral e a Defesa da Ordem Jurídica Democrática" e participado como expositor de painéis sobre os temas "As Eleições Municipais de 1992" e "A Autonomia dos Partidos Políticos e o Registro na Justiça Eleitoral" (1991); Promoveu o III Encontro Nacional dos Procuradores Regionais Eleitorais, no auditório do Ministério da Justiça, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1993, tendo proferido palestra sobre o tema "O Ministério Público Eleitoral e a Revisão Constitucional", e participado como expositor de painel sobre o tema "As Eleições Gerais e Presidenciais de 1994" (1994); Subprocurador-Geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal desde abril de 1994, com assento perante a 1ª Turma, emitindo pareceres especialmente em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, Recursos Extraordinários, Mandados de Segurança e outros processos da competência daquela Corte (1994-1995); Membro e Coordenador Executivo da Câmara Constitucional do Ministério Público Federal, com âmbito de atuação em todo o país e representantes em cada Estado, desde abril de 1994, com mandato de dois anos (1994-1995).

PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS:

Seminário de Direito Internacional Público, com a participação de vários conferencistas, realizado em outubro de 1967, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Recife (1967); Seminário sobre "Discriminação de Terras Devolutas", promovido pela Procuradoria Geral do INCRA, realizado no período de 19 a 24 de julho de 1973 (1973); Seminário de Professores sobre Didática no Ensino Universitário, realizado em novembro de 1973, na Universidade Católica de Brasília (1973); Seminário de Professores sobre o Ensino Jurídico, realizado em agosto de 1975, na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (1975); Encontro sobre a obra concernente às Relações Internacionais, do Professor Karl Deutsch, da Harvard University, realizado em agosto de 1980, Encontro sobre a obra relativa à Economia Política do Professor John Kenneth Galbraith da *Harvard University*, realizada em agosto de 1980, com a participação do autor, na Universidade de Brasília (1980); Seminário sobre o Tema "O Processo Eleitoral Americano", realizado em agosto de 1984, no auditório da Casa Thomas Jefferson, com a participação de membros do Congresso Nacional e Professores da Universidade de Brasília, tendo como expositores o Prof. Stephen J. Wainer, Professor de Ciência Política da *George Washington University*, na Capital Americana; o Professor Mark Bisnow, Ex-Assessor do Candidato à Presidência dos Estados Unidos da América John B. Anderson; e o Jornalista Richard Foster do *Wall Street Journal* (1984); Seminário de Professores sobre O Direito Constitucional Americano, realizado em setembro de 1984 na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, tendo como expositor o escritor e especialista Professor Bernard Schwartz, da *New York University* (1984); Seminário Comemorativo dos Cinquenta Anos do Mandado de Segurança, realizado em dezembro de 1994, no Auditório Joaquim Nabuco da Faculdade de Direito da

Universidade de Brasília, tendo participado como Professor Expositor e Debatedor (1984); I Ciclo de Conferências sobre a Nova Constituição Brasileira, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, no período de outubro a dezembro de 1986, com a participação de membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, atuando na condição de Professor Coordenador e Debatedor (1986); Conferência proferida em 22 de janeiro de 1987 para os alunos da Faculdade de Direito da St. Thomas University, na Flórida, a convite do Professor Siegfried Wiessner, sobre o tema "*International Business Transactions*" (1987); Simpósios sobre os temas "A Separação dos Poderes Governamentais como Garantia de Liberdade", "A Independência do Judiciário", e "Os Direitos e Garantias Individuais na Constituição", realizados na Casa Thomas Jefferson, a partir de abril de 1987, por ocasião das comemorações do bicentenário da Constituição Americana, com a participação dos Professores John S. Baker, na Universidade na Louisiana, e Nelson Ong, da Universidade de New Rochelle, além do Juiz Abner Mikva, do Tribunal Federal de Recursos do Circuito do Distrito de Columbia, em Washington (1987); Simpósio sobre o tema "Raízes e Evolução do Direito Constitucional Americano", realizado na Casa Thomas Jefferson em agosto de 1987, com parte das comemorações do bicentenário da Constituição Americana, participando como professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília de palestra via satélite, pelo sistema Worldnet, com o Professor Ellis Katz, da *Temple University*, diretamente de Washington, D.C., e outros Professores de Direito Constitucional em São Paulo e Rio de Janeiro (1987); Simpósio sobre o tema "Aspectos Criminais dos Direitos do Autor, do Réu e das Testemunhas", realizado na Casa Thomas Jefferson, em 22 de abril de 1991, com a participação via satélite pelo sistema Worldnet, diretamente de Washington, D.C., do Professor Nathan Lewin, *Ex-Deputy Attorney General* dos Estados Unidos da América (1991); Participou do Encontro dos Corregedores Regionais da Justiça Eleitoral, realizado no Tribunal Superior

Eleitoral, no periodo de 18 a 20 de março de 1992 (1992); Proferiu Palestra no Simpósio sobre a Revisão Constitucional e o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizado na sede do órgão em Brasília, nos dias 25 e 26 de junho de 1992 (1992); Simpósio sobre o tema "Eleições nos Estados Unidos: O Papel dos Partidos Políticos" realizado na Casa Thomas Jefferson, em 04 de agosto de 1992, com a participação via satélite pelo sistema Worldnet, diretamente de Washington, D.C., do Dr. Paul Rundquist, pesquisador do Serviço de Pesquisa do Congresso dos Estados Unidos (1992); Proferiu Conferência sobre o tema "Crimes Eleitorais", no Seminário de Direito Eleitoral, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, no periodo de 17 a 20 de agosto de 1992 (1992); Participou do Seminário Internacional sobre o tema "A Proteção da Pessoa Humana no Direito Internacional Contemporâneo", promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, realizado no auditório do Ministério da Justiça, nos dias 5 e 6 de novembro de 1992 (1992); Proferiu palestra sobre o tema "O Regime Democrático e os Sistemas Eleitoral e Partidário", no Seminário Interamericano sobre Educação Cívica Básica - Sistemas e processos Eleitorais Comparados, promovido pela Organização dos Estados Americanos, Ministério das Relações Exteriores e Universidade de Brasília, realizado no auditório do Itamaraty de 7 a 11 de 1992(1992); Participou do Encontro dos Presidentes e Corregedores da Justiça Eleitoral realizado no auditório do Tribunal Superior Eleitoral, nos dias 21 e 22 de outubro de 1993 (1993); Proferiu Conferência sobre o tema "Direitos Humanos e Direitos Políticos, em Seminário promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos intitulado "A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção no Direito Brasileiro", realizado no Congresso Nacional nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 1993 (1993); Proferiu Conferência no II Encontro dos

Magistrados Eleitorais do Pará sobre o tema "As Eleições Gerais e Presidenciais de 1994", realizado em Belém dos dias 9 e 10 de dezembro de 1993 (1993); Proferiu Palestra sobre o tema "As Eleições Presidenciais de 1994", no Seminário Eleições 94 - A Vitória do Planejamento, realizado em Brasília, no periodo de 4 a 12 de abril de 1994, promovido pelo Jornal de Brasilia em colaboração com o Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal (1994); Proferiu Conferência sobre o tema "As Eleições Gerais e Presidenciais de 1994", no 1 Encontro Regional Eleitoral promovido pela Associação dos Magistrados e pela escola da Magistratura do Estado de Rondônia, realizado em Porto Velho nos dias 15 e 16 de setembro de 1994; Proferiu conferência sobre o tema " A Judicialização da Política ", no 4º Encontro Nacional de Direito Constitucional, promovido pelo Instituto Pimenta Bueno, Associação Brasileira dos Constitucionalistas e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, realizado no Salão Nobre da USP, São Paulo,SP, em 02.09.95; Compareceu a audiência pública realizada pela Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 33-A/96, que " Modifica o Sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências ", proferindo palestra a convite do Deputado Jair Soares, Presidente da PEC nº 33-A/96, realizada no Plenário das Comissões Especiais, Anexo II da Câmara dos Deputados, Brasilia,DF, em 02.10.95; Proferiu conferência na abertura do III Curso Interdisciplinar em Direitos Humanos, promovido pelo Ministério da Justiça, realizado no Salão Negro do Ministério da Justiça, Brasilia,DF, em 23.10.95; Participou do 1º Fórum de Debates sobre o Crime sem Fronteiras, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça e Governo da Itália, com a presença de Magistrados italianos da " Operação Mão Limpas ", realizado no Auditório do STJ, Brasilia, DF, em 25.10.95; Proferiu Conferência sobre o tema Judiciário e o Ministério Público na Reforma Constitucional, no Seminário Permanente de Direito Constitucional, realizado no Auditório Joaquim Nabuco, Universidade de Brasilia, promovido pela Faculdade de Direito da UNB.

Brasília,DF, em 26.10.95; Presidiu o Painel "Aspectos Modernos da Teoria Geral da Responsabilidade Civil - Parte I", que contou com os seguintes expositores: Atilio Anibal Alterini (Argentina); Geraint Howells (Reino Unido); Lain Ramsay (Canadá) e Rubén Stiglitz (Argentina), durante o Congresso Internacional de Responsabilidade Civil (Consumidor, Meio Ambiente e Danosidade Coletiva: Fazendo Justiça no Terceiro Milênio), promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e organizado pelo Instituto Ibero-American de Direito do Consumidor, Associação "O Direito por um Planeta Verde" e Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - BRASILCON, realizado em Blumenau, SC, em 30.10.95; Presidiu, na qualidade de Presidente de Honra, e proferiu a conferência " O Ministério Público no Terceiro Milênio ", no XII Encontro Nacional dos Procuradores da República, promovido pela Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, realizado em Curitiba, PR, de 31.10 a 05.11.95; Presidiu a abertura do Simpósio sobre " Recurso de Natureza Extraordinária e Ação Coletiva ", promovido pelo Ministério Público do Trabalho, realizado no Auditório do Edifício do Ministério Público do Trabalho, Brasília, DF, em 06.11.95; Compareceu a audiência pública realizada pela Comissão Especial destinada a proferir parecer a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992, que " Introduz Modificações na Estrutura do Poder Judiciário ", proferindo palestra a convite do Deputado Wagner Rossi, Presidente da PEC nº 96, realizada no Plenário da Comissões Especiais, Anexo II da Câmara dos Deputados, Brasília,DF, em 07.11.95; Proferiu Conferência sobre o tema " A Proteção dos Direitos Humanos no Brasil ", no 2º Fórum Nacional de Direitos Humanos, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, realizado no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, em 16.11.95; Proferiu palestra no Painel sobre o tema " Soluções Alternativas de Litígios ", no Seminário " Reforma do Poder Judiciário ", promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, realizado no Auditório do STJ, Brasília, DF, em

23.11.95; Proferiu palestra sobre os temas "Controle Jurisdicional de Constitucionalidade" e "Origem Histórica e Evolução da Doutrina do Brasil e no Direito Comparado", na abertura do 1º Simpósio de Direito Constitucional e Infraconstitucional, promovido pela 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizado no Auditório da Procuradoria Regional da República, Brasília, DF, no período de 11 a 13.12.95; Presidiu o Ciclo de Palestras realizado pela Procuradoria Regional e Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, em comemoração ao Dia do Ministério Público, realizado no auditório da Procuradoria Regional da República, Recife, PE, em 15.12.95; Proferiu aula inaugural versando sobre o tema "Ministério Público no 3º Milênio - Questão Ambiental", no III Curso de Pós-Graduação lato sensu "Ordem Jurídica e Ministério Público", realizada na Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, DF, em 23.02.96; Proferiu conferência sobre o tema "A Implementação das Normas de Direito Ambiental no Brasil : O Papel do Ministério Público", no Simpósio "*Sustainable Development in Latin American Rainforest and the Role of the Law*", promovido pelo Instituto "O Direito por um Planeta Verde", Universidade do Texas, EUA, *International Law Society, Environmental Law Society* e *Texas Environmental Law Journal*, realizado na Universidade do Texas, Austin, Texas, EUA, de 26.02 a 04.03.96; Presidiu o Congresso Brasileiro de Direito Processual, proferindo a conferência "O Devido Processo Legal", promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito - IBED, Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Direito de Olinda e Bureau Jurídico - Desenvolvimento Profissional, realizado no Centro de Convenções do Recife, Recife, PE, de 25 a 26.03.96; Proferiu Aula Magna sobre o tema "A Constituição Federal e o Devido Processo Legal no Estado Democrático de Direito", na abertura do ano letivo de 1996, nas Faculdades Metropolitanas Unidas - Faculdade de Direito, realizada no auditório nobre das Faculdades Metropolitanas Unidas/São Paulo, São Paulo, SP, em 29.03.96; Proferiu

palestra sobre o tema "Visão Jurídico-Institucional", no Seminário Nacional Por Uma Nova Ordem Mundial - O Estado de Direito e o Desenvolvimento Sustentável , promovido pela 4^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizado no Auditório da Procuradoria Regional da República, Brasília, DF, em 18.04.96; Proferiu conferência sobre " A Questão do Financiamento de Campanhas e a Propaganda Eleitoral ", no Seminário sobre Direito Eleitoral, promovido pela Universidade Bandeirante de São Paulo/UNIBAN, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP, realizado no Campus MC da UNIBAN, São Paulo, SP, em 20.04.96; Proferiu palestra sobre o tema "Os Instrumentos de Proteção aos Direitos Humanos", durante o transcurso da 1^a Conferência Nacional de Direitos Humanos, a convite da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados , evento realizado no auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados, dias 26 e 27.04.96; Proferiu palestra sobre o tema "Justiça e Sociedade Moderna", no VIII Fórum Nacional - promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE, realizado no Auditório do BNDES, Rio de Janeiro, RJ, em 14.05.96; Proferiu conferência sobre " Controle da Constitucionalidade: Brasil e Estados Unidos ", no II Fórum Nacional sobre Processo e Constituição, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC, São Paulo, SP, em 15.06.96; Presidiu, juntamente com o Procurador-Geral da República de Portugal, Dr. José Narciso da Cunha Rodrigues, e proferiu conferência sobre o tema "Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente e do Consumidor ", no painel sobre Justiça - Meio Ambiente e Consumidor, que contou com painelistas, portugueses e brasileiros, nas " Primeiras Jornadas Luso-Brasileiras - Proteção Judiciária do Ambiente e do Consumidor ", promovida pelo Instituto Ibero-Americano de Direito do Consumidor, Brasil, Instituto " O Direito por um Planeta Verde " , Brasil, Centro de Estudos Jurídicos - CEJ, Portugal e Centro de Estudos Ambientais e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça de Portugal, realizado no Auditório do Centro de Estudos Jurídicos - CEJ, Lisboa , Portugal,

de 19 a 22.06.96; Participou do IV Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, patrocinado pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, realizado em Canela, RS, de 26 a 30.06.96; Proferiu palestra no encontro "A Proteção dos Interesses Coletivos nos Países do Mercosul", promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, que contou com as presenças dos Procuradores-Gerais da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia, realizado no Auditório do Hotel Lage de Pedra, Canela, RS, em 28.06.96; Presidiu a Sessão Solene de Abertura do IV Encontro Nacional dos Procuradores Regionais da República – "O Ministério Público Eleitoral e as Eleições Municipais de 1996", realizado no auditório do TSE, em 26.06.1996 ; Proferiu palestra de abertura e realizou conferência na solenidade de encerramento do Congresso Internacional de Direito (Constitucional, Administrativo e Tributário), ocasião em que foi proferida a palestra "Constituição e Direitos Fundamentais", pelo Professor J.J. Gomes Canotilho, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, Portugal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos - IBED, Bureau Jurídico - Desenvolvimento Profissional, Instituto Americano de Direito (*American Institute of Law*), Faculdade de Direito de Recife e Confederação Nacional do Ministério Público - CONAMP, realizado no Centro de Convenções da UFPB, Recife, PE, em 24.08.96; Proferiu palestra sobre o tema "O Ministério Público no limiar do século XXI", no XIII Seminário Roma - Brasília, no auditório Joaquim Nabuco da Universidade de Brasília, dia 22.08.1996 ; Participou da Sessão Solene de Abertura da XVI Conferência Nacional dos Advogados, integrando a mesa de autoridades que presidiu a solenidade, a convite do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em Fortaleza, CE, em 01.09.96; Participou dos debates do painel sobre o tema "Defensoria e Advocacia Públicas", realizado na XVI Conferência Nacional dos Advogados, realizado no Centro de Convenções Edson Queiroz, Fortaleza, CE, em 03.09.96; Participou dos debates da Tribuna Livre, sobre o tema "O Estado

Infrator ", promovido pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos da OAB, durante a XVI Conferência Nacional dos Advogados, realizada no Centro de Convenções Edson Queiroz, Fortaleza, CE, em 03.09.96; Proferiu Conferência sobre o tema " Globalização e Cidadania ", no 46º Encontro de Líderes e Pessoas com Poder Decisório, promovido pela Associação Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro, realizado no Centro de Estudos e Formação do Sumaré, Rio de Janeiro, RJ, em 06.09.96; Participou da sessão solene de abertura do " V Encontro de Cortes Supremas do Cone Sul ", promovido pelo Supremo Tribunal Federal, realizado em Ouro Preto , MG, em 19.06.96; Participou da sessão solene de abertura do " I Congresso Internacional de Direito Comunitário - Solução de Controvérsias no Mercosul ", promovido pela Escola Nacional da Magistratura - ENM, Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul - JURISUL, Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e Associação Paulista dos Magistrados - APAMAGIS, realizado em Ouro Preto, MG, em 19.09.96 ; Proferiu palestra no 5º Encontro Nacional de Direito Constitucional, sobre o tema " Direitos Humanos Fundamentais ", promovido pelo Instituto Pimenta Bueno - Associação Brasileira dos Constitucionalistas, realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, em 21.09.96; Proferiu conferência na sessão solene de abertura do XI Congresso Nacional do Ministério Público, promovido pela Confederação Nacional do Ministério Público - CONAMP, realizado em Goiânia, GO, de 23 a 24.09.96 ; Proferiu conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Yale (EUA) , sobre o tema "*Democracy and Protection of Human Rights in the Brazilian Constitution of 1988* ", no Simpósio organizado pelo *Policy Sciences Annual Institute*, em New Haven, Connecticut, EUA, de 23 a 28.10.96.; Presidiu, na qualidade de Presidente de Honra, e proferiu a conferência " O Ministério Público e a Globalização da Economia ", no XIII Encontro Nacional dos Procuradores da República, promovido pela Associação Nacional dos Procuradores da República, realizado na cidade de Natal / RN, de

30.10 a 03.11.96.; Proferiu conferência sobre o tema “ Devido Processo Legal no II Simpósio Nacional de Direito Público, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC, realizado na cidade de São Paulo / SP, de 08 a 09.11.96 ; Proferiu conferência sobre o tema “O Direito Ambiental e o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável. Perspectivas do novo Ministério Público, na Integração Latino-Americana”, no IX Congresso Interamericano do Ministério Público, promovido pelo Ministério Público da Venezuela, realizado na cidade de Caracas / Venezuela, de 23 a 27.11.96 : Proferiu conferência sobre o tema “Cláusulas Pétreas na Constituição Brasileira”, no Congresso Internacional de Direito Público, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito - IBED, Federação Ibero-Americanana de Advogados, Instituto Pan-Americanano de Direito Comparado, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Faculdade de Direito da Paraíba - UFPB, *University of Miami School of Law*, Escola Nacional da Magistratura, realizado na Universidade de Miami, Flórida/EUA, de 30.11 a 03.12.96; Proferiu palestra sobre o tema “Ministério Público e a Defesa do Consumidor” , no XI Curso BRASILCON de Direito do Consumidor, promovido pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - BRASILCON e pela Associação Nacional dos Procuradores da República, realizada no auditório da Faculdade de Direito de Olinda, no dia 11.03.97; Participou do XVIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, como Debatedor no Painel - “Normas Constitucionais, Hierarquia, Interpretação e Cláusulas Pétreas”, realizado em São Paulo, SP, no periodo de 21 a 23.05.1997; Participou do I Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário, como Debatedor no Painel -- “Aspectos, Números e Causas da Crise do Judiciário, realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasilia, DF, dia 13.06.1997; Proferiu conferência sobre o tema “ Ação do Ministério Público da União na Defesa da Ordem Jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis ”, para os estagiários dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), de

Altos Estudos e Políticas e Estratégia Militares (CAEPE) e do Superior de Inteligência Estratégica (CSIE), no auditório da Procuradoria Geral da República, dia 23.06.97 ; Participou na condição de Membro nato e Presidente do X Congresso Interamericano do Ministério Público, à Reunião da Associação Interamericana do Ministério Público, realizada na cidade do México, Distrito Federal, no periodo de 08 a 12.08.1997; Presidiu a solenidade e proferiu pronunciamento sobre a proteção dos Direitos Humanos na abertura do “Seminário sobre Minorias e Discriminação”, promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Instituto Tancredo Neves e Instituto *Friedrich Naumann*, realizado no auditório do Palácio do Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores, de 25 a 27.08.97; Proferiu o pronunciamento de abertura do 5º Encontro dos Ministérios Públicos do Centro Oeste, sobre o tema - “Ministério Público na proteção do Patrimônio Público e Social”, promovido pela Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público, realizado no Palácio Popular da Cultura, em Campo Grande / MS, dia 27.08.97; Proferiu palestra no *Workshop “The Role of the Prosecutor in the Investigation Process”*, na 2ª Conferência Anual da *International Association of Prosecutors*, Ottawa, Canadá, dia 05.09.97 ; Proferiu palestra sobre o tema “Administração Pública e Corrupção”, na I Conferência Internacional de Direitos Humanos, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada no Auditório Planalto em Brasília, DF, dia 15.09.97 ; Proferiu palestra sobre o tema “A Reforma do Poder Judiciário”, no 6º Encontro Nacional de Direito Constitucional, promovido pela Associação Brasileira dos Constitucionalistas - Instituto Pimenta Bueno e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, realizado no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, dia 20.09.97 ; Presidiu o Congresso Brasileiro de Direito Privado (civil, comercial e trabalhista), proferindo o pronunciamento de abertura sobre o tema “Tendência do Direito Privado e os Novos Movimentos Sociais”, realizado em Recife, PE, no periodo de 1º a 04.10.97; Proferiu

conferência sobre o tema “Controle da Constitucionalidade”, no III Simpósio Nacional de Direito Público, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC, realizado em São Paulo, SP, dia 04.10.97 ; Participou do Seminário a Reforma do Poder Judiciário, como Conferencista no Painel – “Controle de Constitucionalidade” , realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Goiânia, GO, dia 10.10.1997 ; Proferiu palestra sobre o tema – “Controle Jurisdicional de Constitucionalidade das Leis”, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Pernambuco, Recife , PE, dia 17.10.1997 ; Presidente de Honra do XIV Encontro Nacional dos Procuradores da República – O Ministério Público Federal a Serviço da Sociedade Brasileira, realizado em Belo Horizonte, MG, de 28.10 a 02.11.1997 ; Proferiu conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Yale (EUA), sobre o tema *“Brazilian Democracy and the General and Presidential Elections of 1998”*, no simpósio organizado pelo *Policy Sciences Annual Institute*, em *New Haven, Connecticut*, Estados Unidos da América, no período de 20 a 26.11.1997 ; Participou na condição de Membro nato e Presidente do X Congresso Interamericano do Ministério Público, à Reunião Extraordinária da Associação Interamericana do Ministério Público, proferindo conferência sobre o tema “Delitos e Infrações contra o Meio Ambiente”, realizada na cidade do México, Distrito Federal, no período de 25 a 27.11.1997 ; Proferiu aula inaugural na Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Ciências Jurídicas / Faculdade de Direito do Recife, realizada no Salão Nobre daquela Faculdade, dia 02.03.98 ; Participou do 1º Congresso Interamericano de Direito do Consumidor e do 4º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, proferindo saudação, em nome do Ministério Público Brasileiro, aos conferencistas nacionais e estrangeiros e participantes do conclave, promovidos pelos Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - BRAŚILCON, Instituto Iberoamericano de Direito do Consumidor, Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, Confederação Nacional do Ministério

Público - CONAMP, Associação Brasileira dos Magistrados - AMB, Associação dos Juízes Federais - AJUFE e Escola Nacional da Magistratura, realizados na Cidade de Gramado - RS, no período de 08 a 11.03.1998 ; Proferiu Conferência sobre o tema “O Ministério Público e a Defesa da Sociedade”, no I Congresso Capixaba do Ministério Público, realizado na Cidade de Guarapari / ES - Centro de Convenções do SESC , dias 24 e 25.03.1998 ; Participou da Mesa Redonda , Internacional de Direito Constitucional, promovida pelo Instituto Pimenta Bueno - Associação Brasileira dos Constitucionalistas, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, no período de 02 a 04.04.1998 ; Pronunciamento de abertura no “II Encontro Nacional sobre a atuação do Ministério Público Federal na Defesa das Comunidades Indígenas e Minorias” , realizado em Santarém, PA, de 14 a 16.04.1998 ; Proferiu Conferência no II Congresso Brasileiro de Direito Tributário e Administrativo sobre o tema – “Limitações Constitucionais do Poder de Tributar” , realizado em Recife, PE, dia 24.04.1998 ; Participou da cerimônia de comemoração dos dois anos de existência do “Programa Nacional de Direitos Humanos”, realizada no Salão Leste do Palácio do Planalto, em 13.05.1998 ; Participou , como expositor, da cerimônia de abertura da “III Conferência Nacional de Direitos Humanos” , realizada no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, Brasília- DF, em 13.05.1998 ; Participou do XIX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, expondo sobre o tema “ O Direito Comunitário e o destino das Soberanias , Evolução do Mercosul, Harmonização e Integração com os Direitos Públicos Nacionais”, a convite do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC, realizado em São Paulo - SP , em 22.05.1998 ; Participou , como expositor, do 12º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado na cidade de Fortaleza - CE, no período de 26 a 29.05.1998; Proferiu Conferência sobre o tema “O Sistema Judiciário Brasileiro e o Mercosul” , no Ciclo Internacional de Estudos Ministro Luiz Gallotti, realizado no auditório do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, dias 03 a

05.08.1998 ; Participou da Mesa do Lançamento Nacional do Prêmio Sócio-Educando, discursando sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em cerimônia realizada na sala de Sessões da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, DF, dia 13.08.1998; Participou do I Encontro Nacional de Execução Penal, proferindo a conferência sobre o tema "Reforma do Código Penal, Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal", realizado na Sala Martins Penna, Teatro Nacional Cláudio Santoro, Brasília, DF, em 17.08.1998; Discursou na abertura do I Encontro Regional de Procuradores da República, realizado em Recife, PE, dia 20.08.1998 ; Participou do Congresso Sobre Direitos Fundamentais, proferindo conferência sobre o tema "A Legitimidade da Proposta Constitucional de 5 de outubro de 1988, Dez Anos Depois" e Presidiu a Mesa , quando da exposição pelo Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros do tema "A Proteção Internacional dos Direitos Fundamentais", realizado na cidade de Curitiba - PR, dia 24.08.1998 ; Participou do XV Seminário Roma-Brasília, organizado pelo Governo do Distrito Federal, Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, *Associazione di Studi Sociali Latino-Americaniani* e *Consiglio Nazionale delle Ricerche*, expondo sobre o tema do Seminário - "Latinidade e Interações Jurídicas Continentais", realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça, na cidade de Brasília- DF, em 27.08.1998 ; Participou como Vice-Presidente da "3rd Annual Conference and General Meeting of the International Association of Prosecutors" , realizada na cidade de Dublin - Irlanda, de 1º a 05.09.1998 ; Presidiu o Workshop "Abuso contra Crianças", na 3^a Conferência da *International Association of Prosecutors*, Dublin - Irlanda, 04.09.1998; Eleito Vice-Presidente da *International Association of Prosecutors*, com mandato até 2000, Dublin - Irlanda, 1998 ; Proferiu conferência sobre o tema "O Ministério Público", na Escola Superior de Guerra - ESG para os cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia, Altos Estudos de Política e Estratégia Militares e Superior de Inteligência Estratégica, realizada na cidade do Rio de Janeiro, RJ, 1998.

Janeiro, em 24.09.1998 ; Participou do 1º Encontro Regional em Matéria Criminal - 2ª e 3ª Regiões, realizado na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em 24.09.1998 ; Proferiu discurso no XIX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, realizado em São Paulo de 21 a 22.10.1998; Ministrou palestra no “I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional - Os 10 Anos da Constituição Federal em Debate : Balanço e Perspectivas” , realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP, em 23.10.1998 ; Presidente de Honra do XV Encontro Nacional dos Procuradores da República – tema principal “Ministério Público, Impunidade e Direitos Humanos”, realizado na Ilha de Comandatuba, Estado da Bahia, de 28.10 a 02.11.1998 ; Proferiu conferência sobre o tema “Ação do Ministério Público da União na Defesa da Ordem jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses sociais e individuais indisponíveis” , realizada em Brasília - DF, no Auditório do Gabinete do Ministro do Exército – Quartel - General do Exército (Setor Militar Urbano), em 06.11.1998 ; Pronunciamento no encerramento do I Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro, promovido pelo Banco Central do Brasil, realizado no auditório Otávio Gouveia de Bulhões - Ed. Sede/BACEN, dia 04.12.1998 ; Proferiu palestra no II Encontro Internacional de Direito – Estudo Comparado sobre o tema – “ Autonomia e Independência do Ministério Público na Defesa da Ordem Jurídica e do Regime Democrático Brasileiro, realizado na cidade de Roma, Itália, de 13 a 17.12.1998 ; Proferiu a palestra inaugural da Semana de Direito Público sobre o tema - “A Ação Direta da Inconstitucionalidade e a Ação Civil Pública” , promovida pela Universidade Federal do Paraná – Faculdade de Direito, Curitiba, PR , dia 15.03.1999 ; Proferiu palestra de abertura no III Encontro Nacional sobre a Atuação do Ministério Público Federal na Defesa das Comunidades Indígenas e Minorias, realizado na cidade de Maceió, AL, no periodo de 22 a 24.03.1999 ; Proferiu palestra durante o I Encontro Distrital de Órgãos Jurídicos, promovido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, sobre “O Processo Legislativo

Democrático e Controle da Constitucionalidade ”, dia 29.03.1999 ; Proferiu palestra de abertura do 3º Encontro Nacional do Ministério Público Federal sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, realizado em Brasília, DF, de 05 a 09.04.1999 ; Proferiu palestra de abertura no 1º Encontro Regional de Procuradores com atuação na área criminal da 1ª Região, realizado em Brasilia, DF, nos dias 15 e 16.04.1999; Participou como “ Debatedor ” no Seminário Permanente de Desenvolvimento Metodológico de Linhas de Pesquisa, sobre o Tema : “ O Acesso à Justiça e à satisfatória prestação jurisdicional, com vistas à Reforma Judiciária ” , realizado no Auditório Joaquim Nabuco – FD /UNB, Brasilia, DF, dia 03.05.1999 ; Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de Emenda à Constituição n.º 96 – A, de 1992, que introduz modificações na Estrutura do Poder Judiciário – Reunião de Audiência Pública, realizada no Plenário 02 da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, dia 04.05.1999 ; Participou do XX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, sob o tema – “Perspectivas do Direito Público para o Século XXI” , sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC , expondo no painel versando sobre “A Fundação de Controle do Ministério Público, Representação da Sociedade. O Ministério Público e o Exercício da Ação Civil Pública, Nova Lei Ambiental, Poder Judiciário e o Ministério Público, realizado em São Paulo, SP, no periodo de 05 a 07.05.1999 ; Participou do “Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade” , promovido pelo Conselho da Justiça Federal – Centro de Estudos Judiciários, realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasilia, DF, no período de 11ª 14.05.1999 ; Participou da Solenidade de Abertura do Congresso Mundial de Direito Processual - “A Crise do Judiciário diante da Globalização , do Impacto Tecnológico e dos Novos Conflitos Sociais”, proferindo Conferência sobre o tema “O Papel do Estado no Combate à Criminalidade Violenta” , realizada no Centro de Convenções – Teatro Guararapes, Recife, PE, nos dias 19 e 20.05.1999 ; Proferiu palestra de abertura do “II Encontro em Materia

Criminal" – 2^a e 3^a Regiões, realizado em São Paulo, SP, dia 21.05.1999 ; Participou do 3º Congresso Internacional de Direito Ambiental, sob os auspícios do Instituto "O Direito por um Planeta Verde", atuando como moderador no painel "O Direito Ambiental e a Proteção das Florestas no Século XXI, realizado no Edifício sede da FIESP, São Paulo, SP, no período de 30 de maio a 2 de junho de 1999; Proferiu palestra com o tema "Reforma do Poder Judiciário" no evento III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil, realizado no período de 14 a 18 de junho de 1999, em Salvador/BA, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual.

OBRAS PUBLICADAS:

"O Infanticídio", in Idéias. Revista Bimensal de Cultura dos Estudantes da Faculdade de Direito de Recife, Volume n.º 10, págs. 29 a 31, Maio - Junho (1968); "O Direito Internacional Privado e a Unidade do Direito", in Idéias, Revista Bimensal de Cultura dos Estudantes da Faculdade de Direito de Recife, Volume 15, págs. 26 a 32, Março - Abril (1970); "Os Bens Dominicais", in Boletim da Procuradoria - Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ano II, págs. 179 a 181 (1973); "O Contrato de Empreitada Global", in Boletim da Procuradoria Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ano III, páginas 43 e 44 (1974); "A Licitação através de Convite", in Boletim da Procuradoria Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ano III, pág. 45 a 47 (1974); "A Prescrição e a Decadência no Direito Tributário", in Revista Forense, Volume nº 272, págs. 77 a 88 (1980); "International Taxation From the Perspective of the Contemporary International Law of Jurisdiction", Tese de Doutorado, publicada pela Yale University em abril de 1990, com 755 págs., registrada na respectiva biblioteca, na Library of Congress, e na National Science Foundation, Washington, D.C., (1990); "Os Abusos na Propaganda

Eleitoral Gratuita", in o Estado de São Paulo, Domingo, 21 de outubro (1990); "Eleições e Liberdade", in Jornal de Brasília, Quarta-feira, 24 de outubro (1990); "Votos em Branco e Nulos: Uma Verdadeira Lição das Urnas", in Diário de Pernambuco, Domingo, 28 de outubro (1990); "Lição das Urnas", in Jornal de Brasília, Terça-feira, dia 06 de novembro (1990); As Mudanças no Horário Eleitoral Gratuito, in Folha de S. Paulo, domingo, 11 de novembro (1990); "A Democracia Representativa e os Votos em Branco e Nulos: A Verdadeira Lição das Urnas", artigo aceito para publicação pela Revista de Informação Legislativa, do Senado Federal, em novembro (1990); "Voto em Branco Segue Dois Critérios", in o Estado de S. Paulo, sexta-feira, 1º de fevereiro (1991); "As Eleições pelo Sistema Proporcional", in Correio Braziliense, Suplemento Direito e Justiça, segunda-feira, 4 de março (1991); "A Corrupção e a Justiça", in O Globo, sexta-feira, 19 de abril (1991); "A Corrupção no Brasil e a Modernização da Justiça", in Correio Braziliense, Suplemento Direito e Justiça, segunda-feira, 13 de maio de 1991, republicado em o Estado de São Paulo, de 24 de maio (1991); "A Corrupção e a Impunidade", Folha de São Paulo, domingo, 1 de junho (1991); "A Liberdade de Expressão e a Propaganda Eleitoral Ilícita", Revista de Informação Legislativa, do Senado Federal, nº 110, abril/junho de 1991 (1991); "O Ministério Público Eleitoral e a Defesa da Ordem Jurídica Democrática", in Revista da Procuradoria - Geral da República, nºº outubro/dezembro de 1992 (1992); "O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil - Cruzadas e Reformas", in Revista de Informação Legislativa, do Senado Federal nº 118, abril/junho de 1993, e Arquivos do Ministério da Justiça, nºº 181, janeiro/junho de 1993 (1993); "O Ministério Público Eleitoral e a Revisão Constitucional", in Revista da Procuradoria Geral da República, nºº 4 de 1994 (1994); "Oásis Democráticos", in Jornal do Brasil, Opinião, 13.10.94 (1994); "O Futuro da Democracia Brasileira", in Folha de São Paulo, Opinião (Tendências e Debates), 11.10.94 (1994); "Mudanças Dependem da Reforma do Estado", in

Folha de São Paulo, Opinião, 17.12.94 (1994); "O Controle da Constitucionalidade e o Direito Constitucional Moderno", in Revista da Fundação Escola Superior do MPDFT - janeiro/junho 1994, e Revista da Procuradoria Geral da República, nº 5, 1995 (1994/1995); "As Reformas Políticas e do Judiciário", in Correio Braziliense, Suplemento Direito e Justiça, 3 de abril de 1995 (1995); "As Reformas Políticas e do Judiciário (I)" artigo publicado no Jornal do Brasil, edição de 02.11.95; "As Reformas Políticas e do Judiciário (II)", artigo publicado no Jornal do Brasil, edição de 03.11.95; "A Reforma do Judiciário", artigo publicado no Diário de Pernambuco, edição de 19.11.95; "As Reformas Políticas e do Judiciário", artigo publicado no Informativo Consulex, edição de 01.01.96; "As Reformas Políticas e do Judiciário", artigo publicado no Estado de São Paulo, edição de 07.03.96; "As Reformas Políticas e do Judiciário", artigo publicado no Diário de Pernambuco, edição de 10.03.96; "As Reformas Políticas e do Judiciário", artigo publicado no Correio Braziliense, edição de 11.03.96; "Reforma Constitucional do Judiciário", artigo publicado no Diário de Pernambuco, edição de 28.04.96; "Modernização do Judiciário", artigo publicado no Jornal do Brasil , edição de 31.05.96; "Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1.089/1-DF - Companhias de Navegação Aérea e a ilegitimidade da exigência de ICMS". Parecer publicado na Revista dos Tribunais - Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas, Ano 4, nº 16 / julho-setembro de 1996; "Cruzadas e Reformas", artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, edição de 1º.04.1997; "Estado de Direito e Direitos Humanos", artigo publicado nos jornais O Estado de São Paulo, edição de 11.04.1997, Diário de Pernambuco, edição de 16.04.1997 e Jornal do Brasil, edição de 22.04.1997; "As Reformas Constitucionais", artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, edição de 13.04.1997; "A Reforma do Judiciário", artigo publicado na revista Consulex, Ano I - nº 4 , abril/1997, e no Jornal do Bureau Jurídico - Desenvolvimento Profissional, março/abril/1977; in "O Ministério Público Brasileiro e a Defesa do Estado Democrático de Direito".

artigo publicado na Revista da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, Ano I, Volume 1, Dezembro 1998, páginas 11/14, na Revista Trimestral de Direito Público - Seção Estudos & Comentários, nº 13/1996, e na Revista Arquivos do Ministério da Justiça - Seção Doutrina - edição nº 186, julho/dezembro de 1995 ; “A Justiça Eleitoral e a Democracia Brasileira”, artigo publicado nos jornais Folha de São Paulo - edição de 07.07.97, Jornal do Brasil - edição de 17.07.97 , e Diário de Pernambuco - edição de 18.07.97; “Direitos Humanos e Direitos Políticos”, artigo publicado na Obra A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro, Painel V : Direitos e Garantias Individuais, 2ª Edição - 1996, *San José de Costa Rica / Brasilia* - Editor Antônio Augusto Cançado Trindade, co-edição Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Comissão da União Européia e Governo da Suécia; “A implementação das normas de Direito Ambiental no Brasil : o papel do Ministério Público”, artigo publicado na Revista da Procuradoria Geral da República - Seção Doutrina, Editora Revista dos Tribunais, nº 08 / janeiro - junho 1996; “O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na Revista da Associação Paulista do Ministério Público, Ano I, nº 7, junho de 1997 ; “O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na Revista Trimestral de Direito Público - Seção Doutrina - nº 19 / 1997 ; “ A Reforma do Poder Judiciário”, artigo publicado do jornal Correio Braziliense, edição de 20.10.97 ; “O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na Revista da Procuradoria Geral do INSS - Volume 4, nº 4 , Janeiro/março de 1998 ; “ O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ano 6 - nº 11 - janeiro/junho de 1998 ; “ A Reforma do Poder Judiciário”, artigo publicado da Revista dos Tribunais, ano 6, nº 23 - abril/junho de 1998 ; “A Reforma do

Poder Judiciário”, artigo publicado na Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, n.º 05, Ano 1998 ; “Delitos e Infrações em matéria de Meio Ambiente”, artigo publicado na Revista Trimestral de Direito Público – Seção Conferências & Debates – n.º 20 /outubro/1998 ; “Delitos e Infrações em matéria de Meio Ambiente”, artigo publicado na Revista da Procuradoria Geral do INSS – Seção de Artigos , Volume 5 n.º 03 – outubro/dezembro de 1998 ; “A Reforma do Poder Judiciário”, artigo publicado na Revista Trimestral de Direito Público –Seção Conferências & Debates, 1/1998; “Os Desafios do Judiciário”, artigo publicado nos jornais Folha de São Paulo, edição de 13.06.99 e A Tarde, edição de 19.06.99;

CONDECORAÇÕES:

Recebeu o Título de Cidadão Honorário do Estado do Texas , EUA, em 28.02.96; Admitido no Quadro Especial, da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no Grau de Grã Cruz - , pôr proposta do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Superior Tribunal Militar, Brasília, DF, em 01.04.96; Admitido no Quadro Suplementar da Ordem de Rio Branco, no Grau de grã-cruz , conforme Decreto de 26 de abril de 1996, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty, Brasilia, DF, em 30.04.96; Agraciado com a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na Categoria Mérito Judiciário, conforme Ato TRT-273/96 do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, recebendo a Comenda em solenidade realizada na Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Recife, PE, em 13 de maio de 1996; Admitido no Quadro Suplementar, da Ordem do Mérito Naval, no Grau de Grande-Oficial, conforme Decreto de 09 de maio de 1996, recebendo a Comenda em cerimônia comemorativa da 131º aniversário da Batalha Naval de Riachuelo , realizada no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, Brasilia, DF, em 11.06.96;

Admitido no Quadro Suplementar, da Ordem do Mérito Forças Armadas, no Grau de Grande-Oficial , conforme Decreto de 09 de julho de 1996, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Clube do Exército de Brasília, Brasilia , DF, em 25.07.96; Admitido na Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de grã-cruz, pôr proposta do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, recebendo a Comenda em cerimônia realizada no Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, em 09 de agosto de 1996; Admitido no Corpo de Graduados Especiais, da Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Grande Oficial, conforme Decreto de 11 de setembro de 1996; Recebeu o Título de Cidadão Honorário de Brasilia, outorgado pela Câmara Legislativa de Brasilia, conforme Decreto Legislativo nº 87/96, em 04.11.96.; Recebeu a comenda “Antero Medeiros” conferida pelo Ministério Público de Alagoas e Associação do Ministério Público de Alagoas, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Ministério Público Alagoano, em cerimônia realizada no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em 14.02.97; Recebeu a comenda “Colar do Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro”, em cerimônia realizada no auditório da Procuradoria- Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 19.05.97; Recebeu a comenda “ Jurista Tobias Barreto”, conferida pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito - IBED, pelos relevantes serviços jurídicos prestados à sociedade jurídica nacional, em cerimônia realizada no Centro de Convenções de Olinda , PE, em 02.10.97 ; Recebeu o Título de Cidadão Paulistano, outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo, conforme Decreto Legislativo 79/97, de 14.08.97, em cerimônia realizada no Plenário 1º de Maio do Palácio Anchieta, em 17.11.1997; Recebeu a medalha comemorativa à inauguração do Edifício-Sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 12.12.1997 ; Agraciado com a Medalha do Mérito do Ministério Público de Pernambuco, no grau classe ouro, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 003/96, de 18.12.1996, publicada no D.O.E. de 19.12.1996, em solenidade

realizada na Academia Pernambucana de Letras, dia 15.12.1997 ; Recebeu a Medalha do Mérito Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, em cerimônia realizada no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em 15.05.98; Recebeu a Medalha do Mérito da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em solenidade realizada no auditório daquela Associação, em 05.06.1998 ; Recebeu a Medalha de Honra do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, em solenidade realizada no auditório da Associação Goiana do Ministério Público, em 06.08.1998 ; Recebeu a Medalha do Mérito Cidadão concedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em solenidade realizada na Sala Conselheiro Oliveira Neto, em 15.10.1998 ; Homenageado pela Associação Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas com a entrega de “panóplia”, maior comenda da Instituição, cuja solenidade foi realizada em Campo Grande - MS ; Agraciado com o título de “Cidadão Monteirense”, concedido pela Câmara Municipal de Monteiro - Paraíba através do Projeto de Lei nº 1216 / 97 ; Agraciado pelo Governo do Estado de Minas Gerais com a “Medalha da Inconfidência”, cuja solenidade foi realizada na Praça Tiradentes - Ouro Preto - MG ; Admitido no Corpo de “Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Grande – Oficial”, conforme Decreto de 31 de março de 1999, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Quartel Geral do Exército – Palanque Monumental, Brasília , DF, em 16.04.1999 ; Agraciado com o “Prêmio de Mérito Científico”, outorgado pelo *Institute for Inter-American Legal Studies*, da Universidade de Orlando, Flórida – EUA, em solenidade realizada no Teatro Guararapes, Recife, PE, dia 19.05.1999 ;

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Membro da Banca Julgadora dos recursos referentes ao Concurso Público para a carreira de Procurador da Fazenda Nacional, realizado em 1986 (1986);

Membro da Comissão Examinadora do IV Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Ministério Público do Trabalho, na condição de Jurista, examinando Direito Constitucional e Direito Internacional Público e privado, realizado a partir de junho de 1992 (1992-1993); Membro da Comissão Examinadora do I Concurso Público para Professor Assistente, na área de Direito Público, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, realizado em fevereiro de 1995 (1995); Diretor da Revista *Idéias*, Revista Bimensal de Cultura de Estudantes da Faculdade de Direito de Recife (1969-1970); Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, inscrito sob o nº 1.066, sem exercício (desde 1973); Viagem Cultural e de Estudos pela Europa, nos meses de junho, julho e agosto de 1982, visitando as principais cidades, universidades, museus, monumentos históricos e artísticos, na Inglaterra, França, Itália, Grécia, Áustria, Suíça, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Holanda e Bélgica (1982); Membro do *The Policy Sciences Annual Institute*, que reúne anualmente nos Estados Unidos da América Juristas, Autoridades e Professores de Direito e Ciência Política das Universidades de *Yale*, *Chicago*, *Columbia*, *Virginia*, *Princeton*, *Duke*, *Berkeley*, *Temple*, *Johns Hopkins*, *Florida*, *Colorado* e outras, para a realização de Seminários e Simpósios sobre temas jurídicos à luz da ciência política e vice-versa (desde 1982); Membro e Fundador da Sociedade “Advogados para um Planeta Verde” (*Lawyers for a Green Planet*); Membro Fundador e Conselheiro da Escola de Direito Comunitário do Mercosul, fundada em 1996; Presidente da Associação Interamericana do Ministério Público, órgão institucional, não corporativo, congregando os Procuradores-Gerais, *Fiscales Generales* e *Attorney-General*, dos Países das Américas, desde 1998; Vice-Presidente da *International*

Association of Prosecutors, congregando Procuradores e Promotores de mais de 60 Países dos cinco Continentes. Conhecimento de Línguas Estrangeiras: Inglês - nível superior, Francês - nível intermediário, Latim - nível básico, com leitura dos clássicos da Literatura Romana e estudos de etimologia da língua portuguesa e Grego Clássico - nível básico, com estudos de etimologia da língua portuguesa; Eleito Presidente do X Congresso Interamericano do Ministério Público, realizado no Brasil, no período de 24 a 26.11.1998 ; O Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça , em reunião ordinária, realizada em Natal – Rio Grande do Norte, firmou “Moção de Solidariedade”, pela rigorosa defesa que vem fazendo da ordem institucional e intransigência do trato das questões mais elevadas na defesa da cidadania na presente quadra histórica brasileira, Natal / RN, em 26.03.1999 ;

Brasília, DF, em 21 de junho de 1999



GERALDO BRINDEIRO

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES**PARECER Nº 398, DE 1999**

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1999 (nº 780/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas aos arts. 6º, 14, 15 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), aprovadas pela XXVI Reunião dos Signatários, em 16 de abril de 1996.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

De conformidade com o disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional, devidamente acompanhado de exposição de motivos de nosso Chanceler, o texto das emendas aos arts. 6º, 14, 15 e 22 do Acordo em epígrafe.

Como se sabe, o Brasil ratificou, ao mesmo tempo, o Acordo relativo à Organização International de Telecomunicações por Satélite e o Acordo Operacional relativo à Intelsat, assinados em Washington, a 20 de agosto de 1971.

O referido Acordo Operacional foi objeto de emendas aos seus arts. 6º, 14, 15 e 22, na XXVI Reunião dos Signatários da Intelsat, realizada em Washington, no dia 16 de abril de 1996.

As mencionadas emendas não são numericamente expressivas, mas refletem modificações de fundo, sem dúvida, resultantes do moderno fenômeno de privatização na área de telecomunicações.

Mencionaremos a seguir as modificações em questão.

1) O art. 6º foi modificado em sua alínea (h) e sofreu o acréscimo da alínea (i).

A primeira alteração foi no sentido de estabelecer que a Junta de Governadores poderá recomendar à Reunião dos Signatários, que a quota mínima de investimentos na Organização seja alterada. (alínea (h)).

A segunda determinou que a Junta de Governadores poderá decidir quanto à permissão para que entidades designadas pelos Signatários ou Partes sejam titulares de quotas de investimentos na Intelsat (alínea (i)).

2) O art. 14, alínea (a); teve a redação alterada, certamente por uma questão de fundo. Determina que qualquer pedido de aprovação de uma esta-

ção terrena para a utilização do segmento espacial da Intelsat deverá ser submetido à Intelsat por um Signatário designado pela Parte, em cujo território está ou será localizada.

O texto anterior usava a expressão "pelo Signatário designado pela Parte."

3) O art. 15 teve, em suas alíneas (a) e (b), modificações semelhantes.

Determina a nova alínea (a) que qualquer pedido de atribuição de capacidade do segmento espacial da Intelsat será a ela submetido por um Signatário, ou por uma entidade de telecomunicações designadas por um Signatário ou Parte ou, no caso de um território que não esteja sob a jurisdição de uma Parte, por uma entidade de telecomunicações devidamente autorizada.

Igualmente, a nova alínea (b) do mesmo artigo esclarece que a atribuição de capacidade do segmento espacial da Intelsat será feita a um Signatário, a uma entidade de telecomunicações designada por um Signatário ou Parte ou, no caso de um território que não esteja sob a jurisdição de uma Parte, à entidade de telecomunicações devidamente autorizada, que tenha apresentado o pedido.

4) Finalmente, o art. 22 sofreu, na alínea (d, i), uma alteração redacional sem importância e, na alínea (d, ii), uma alteração de **quorum** relativamente às notificações necessárias para a entrada em vigor das emendas ao Acordo Operacional.

Além disso, estabelece a parte final da alínea (d, ii) que, para o propósito de aprovação de uma emenda, todos os Signatários designados pela Parte serão considerados conjuntamente como único Signatário.

A presente matéria obteve aprovação em sua tramitação pela Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II – Voto

Não há o que objetar nas emendas analisadas, que respondem à necessidade, atualmente, sentida pela maioria dos países, de associarem a iniciativa privada à ação governamental, para que seja realizada a contento a tarefa de dotar os indivíduos de informação de boa qualidade e em tempo real.

As emendas formuladas na XXVI Reunião dos Signatários da Intelsat são constitucionais, necessárias e não ofendem a soberania nacional.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1999.

Sala da Comissão, 15 de junho de 1999. — José Sarney, Presidente — Romeu Tuma, Relator —

Tião Viana – Wellington Roberto – José Fogaça – Bernardo Cabral – Mozarildo Cavalcanti – Pedro Piva – Mauro Miranda – Moreira Mendes.

PARECER Nº 399, E 1999

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1999 (nº 639/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capixaba Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador Gerson Camata.

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1999 (nº 639, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Capixaba Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.214, de 1996, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 19 de novembro de 1996, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação de renovação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Capixaba Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Ereni Oliveira de Miranda	153.417
David Oliveira de Miranda	153.417
Total de Contas	306.833

O presente Projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Laprovita Vieira, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legis-

lativa, contra os votos dos Deputados José Genoíno e Luiz Eduardo Greenhalgh.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 51, de 1999, evidencia cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a empresa Rádio Capixaba Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 15 de junho de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Álvaro Dias** – **Hugo Napoleão** – **Luiz Otávio** – **Geraldo Althoff** – **José Jorge** – **Artur da Távola** – **Edison Lobão** – **Djalma Bessa** – **Luzia Toledo** – **Bello Parga** – **Antero Paes de Barros** – **José Fogaça** – **Sérgio Machado** – **Ney Suassuna**.

PARECER Nº 400, DE 1999

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1999 (nº 650/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Aldeia SOS de Coioerê para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Relator: Senador Álvaro Dias

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1999 (nº 650, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato

que renova a concessão à Fundação Aldeia SOS de Goioerê para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.173, de 1997, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 6 de outubro de 1997, que renova a concessão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação de renovação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É o seguinte o quadro direutivo da Fundação Aldeia SOS de Goioerê:

- Diretor Presidente – Francisco de Assis Santiago
- Diretor Vice-Presidente – Fernando Marinheiro de Oliveira
- Diretora Assistente – Fanny Maes
- Diretora Assistente – Elizabeth Raimunda Pacheco

O presente Projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Antônio Joaquim Araújo, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa, contra os votos dos Deputados José Machado, José Genoíno e Luiz Eduardo Greenhalgh.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão, ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações,

que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 68, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação Aldeia SOS de Goioerê atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 15 de junho de 1999. – Freitas Neto, Presidente – Álvaro Dias, Relator – Gerson Camata – Hugo Napoleão – Luiz Otávio – Geraldo Althoff – José Jorge – Arthur da Távola – Edison Lobão – Djalma Bessa – Luzia Toledo – Bello Parga – Antero Paes de Barros – José Fo- gaça – Sérgio Machado – Ney Suassuna.

PARECER Nº 401, DE 1999

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1999 (nº 651/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Arapongas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Relator: Senador Álvaro Dias

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1999 (nº 651, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Cultura de Arapongas Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 563, de 1997, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto s/n, de 12 de maio de 1997, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação de renovação foi instruída de conformidade

com a legislação aplicável; o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Cultura de Arapongas Ltda:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
* Márcia Pugliesi	8.500
* Irondi Mantovani Pugliesi	5.100
* Cibele Pugliesi	1.700
* Maitê Pugliesi	1.700
Total de Cotas	17.000

O presente Projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Marcelo Barbieri, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa, contra os votos dos Deputados José Machado, José Genoíno e Luiz Eduardo Greenhalgh.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 69, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a empresa Rádio Cultura de Arapongas Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 15 de junho de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator – **Gerson Camata** – **Hugo Napoleão** – **Luiz Otávio** – **Geraldo Althoff** – **José Jorge** – **Artur da Távola** –

Edison Lobão – Djalma Bessa – Luzia Toledo – Bello Parga – Antero Paes de Barros – José Fogaca – Sérgio Machado – Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Encerrou-se sexta-feira última o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 40, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a redação dos arts. 1º e 2º da Resolução do Senado Federal nº 73, de 1º de julho de 1998; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (nº 2.775/97, na Casa de origem), que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 64, de 1999, que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, no montante de U\$11.326.588,45 (onze milhões, trezentos e vinte seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos).

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passase à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho, como primeiro orador inscrito, pelo prazo de 20 minutos. (Pausa.)

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como não se encontra o primeiro orador, tendo eu tomado conhecimento de que o eminentíssimo Senador Bello Parga recorreria, mediante interposição de agravo ao Supremo Tribunal Federal, da decisão que concedeu a liminar em matéria relativa àquela

Comissão, pediria a V. Ex^a que fossem feitas gestões junto a S. Ex^a, no sentido de que mandasse fotocópia desse agravio para todos os Parlamentares, tão logo fosse ultimado.

Com isso, marco minha presença na sessão de hoje, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Gerardo Melo) – Em atenção à solicitação de V. Ex^a, determino à Secretaria-Geral da Mesa que tome as providências necessárias para obtenção de cópia do expediente a que V. Ex^a se refere e providencie a sua distribuição.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Bernardo Cabral por ter-me salvo pelo gongo.

Vou aproveitar esta importante sessão do Senado Federal para me referir a notícias publicadas, em primeira página, no **Estado de S.Paulo** de ontem.

"MST prepara estratégia para 'tomar o poder'

Militantes são excluídos em chácara de padres capuchinhos, no interior do Mato Grosso do Sul, para estimular a luta de classes e treinar grupos para desestabilizar o governo.

A luta pura e simples pela terra faz parte do passado. Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (Cloc) decidiram estimular manifestações, acelerar a luta de classes e desenvolver uma estratégia para a tomada do poder. Eses planos foram discutidos entre os 93 participantes do Curso de Capacitação de Míltâncias do Cone Sul, em maio, numa chácara dirigida por frades capuchinhos, em Sidrolândia (MS), a 70 Km de Campo Grande, conforme documentos obtidos pelo **Estado**. O curso formou 44 brasileiros, 21 paraguaios, 17 argentinos, 6 bolivianos e 5 chilenos. Os grupos de esquerda, com apoio do PT, CUT e membros da Igreja, proclamam seu entusiasmo para bloquear estradas e invadir propriedades privadas e do governo. Para o MST, 'é possível implantar o socialismo'."

O **Estado de S.Paulo** de ontem repete as notícias:

Está em meu poder um manual de instruções, que, há cerca de dois meses, acompanhado do Senador Ramez Tebet, levei ao conhecimento do Sr. Ministro da Justiça. Também entreguei uma cópia a

S. Ex^a o Ministro da Defesa, Elcio Alvares, e outra ao Ministro Pimenta da Veiga, dando conhecimento do que se está passando em meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Está havendo em meu Estado constantes invasões. Há cerca de dois anos, alertamos Sua Excelência, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre essa situação.

O Movimento dos Sem-Terra, hoje, em meu Estado, pouco tem a ver com trabalhadores rurais. A maioria são pessoas de outra profissão; muitos são desempregados – o desemprego é enorme -, que vão juntando-se em acampamentos, em barracas de lona preta, com absoluta falta de conforto, principalmente para as famílias, para as senhoras. É uma situação de extrema dificuldade.

Alertamos o Poder Público no Estado e aqui. Existem casos fantásticos. Há um mês, invadiram uma propriedade das mais produtivas do Estado, no Município de Ivinhema, do Sr. Jasso Jacinto, onde estão acampados, apesar da medida liminar que determinou a desocupação. As medidas não são cumpridas.

Passaram-se mais uns dias, e os índios invadiram outra fazenda do Sr. Jasso, um homem de 81 anos, que trabalha conosco há mais de 50 anos. As autoridades têm grande dificuldade de conviver com o problema dos indígenas, ninguém toma posição nenhuma.

No ano passado, outro incidente aconteceu em uma propriedade em Mato Grosso, no Pantanal, entre os rios São Lourenço e Piquiri. Fui para lá em 1948, época em que quase ninguém aqui havia nascido, e fiz, com outros companheiros, uma estrada de 200 quilômetros, do brejo até o asfalto, na ponte de Pedra. Ficamos lá até agora, estamos vivendo bastante. Essa estrada passa dentro de uma propriedade dos índios, com quem mantínhamos um relacionamento muito bom. No entanto, o tempo foi passando, fomos ficando mais velhos, e os índios tiveram dificuldades com a geração mais nova. Não quis ir lá, porque já estava cansado de arrumar as coisas. No ano passado, houve um incidente, e os índios fecharam essa estrada que começamos a abrir em 1948 e que ocupamos por cerca de 50 anos, na subida da serra.

Juntamo-nos novamente e já gastamos mais de R\$120 mil, porque não conseguimos nenhum apoio do Poder Público, em Rondonópolis ou Mato Grosso, para reabri-la. Procuramos a Justiça para tratar do assunto dos índios, mas o caso não evolui. O **Estado de S.Paulo** publica matéria extensa sobre

o assunto. E hoje há outra reportagem enorme. Tenho a impressão de que os poderes maiores da Nação já foram acionados. Inclusive, falamos com o Presidente Antonio Carlos Magalhães, a quem entregamos um documento, para ver se encontramos uma solução. Atualmente, não existe em meu Estado ninguém contrário à reforma agrária. O que não aceitamos é o desrespeito. As famílias que possuem terras invadidas ficam em uma situação muito difícil, pois não têm a quem apelar. Vão à Justiça, que determina a desocupação, mas o Governo do Estado não cumpre as liminares. Apelam para todos os escalões, sem qualquer definição.

Temos nos reunido e pensado sobre o que devemos fazer. Se a reforma agrária fosse considerada fator importante para a produção imediata de alimentos, seria uma saída ótima. Aliás, estamos passando por grandes dificuldades. O campo deu uma contribuição da maior valia à Nação brasileira, conseguindo estabilizar os custos dos alimentos básicos durante todo o Plano Real à custa de um empobrecimento muito grande. E os pequenos proprietários, os pequenos produtores do campo, estão deixando o campo. Existem milhares de propriedades à venda.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Tem a palavra o nobre Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador Lúdio Coelho, agradeço a oportunidade que V. Ex^a me dá de participar da discussão deste tema, uma vez que o meu Estado padece, também, dos males de que padece o Estado do Mato Grosso do Sul e, creio, muitos outros Estados, onde a invasão às propriedades rurais está virando uma indústria, num flagrante desrespeito à legislação vigente, principalmente à Constituição, com desrespeito aos proprietários e usuários das áreas. O pior, Senador, é que os assentamentos que estavam sendo feitos – parece-me que houve uma interrupção nesse processo – pautavam-se na idéia de que terra invadida era objeto de desapropriação para assentar inúmeras pessoas que não tinham a mínima aptidão com o trato agropastoril nem o menor conhecimento das possibilidades de produção no campo. E o que vemos hoje? Acredito que os resultados, em termos de produção, não são muito positivos. O Brasil patina há muitos anos numa produção muito inferior às suas possibilidades, produzindo algo em torno de 80 milhões de toneladas de grãos, o que está muito

aquiém, repito, de nossas necessidades e possibilidades. Essas famílias assentadas mal conseguem produzir para sua subsistência, quanto mais para ampliar esse rendimento e ter um excedente que possa efetivamente melhorar sua qualidade de vida. Antes, se esse movimento defendia um anseio, que considero legítimo, o de promover uma redivisão da distribuição das terras neste País, agora transformou-se em um outro com diferentes propósitos, não só os de ocupar as terras, mas, note V. Ex^a, num movimento que já migrou para as áreas urbanas, ocupando dependências públicas e promovendo saques em estabelecimentos comerciais, enfim, num desvirtuamento muito grande de seus propósitos iniciais e num contínuo e permanente desrespeito ao cidadão e às leis vigentes no País. Entendo que algumas das alternativas que deveríamos buscar seriam, primeiro, impedir definitivamente a desapropriação de imóvel invadido – se foi invadido não pode ser, definitivamente, objeto de desapropriação; e, segundo, dá mais resultado criar uma forma de financiar a aquisição da terra do que permitir que essa distribuição, da forma como está sendo feita, tenha resultado positivo. Porque, nesse caso, efetivamente irão para o campo aqueles que têm aptidão, vocação para o campo, aqueles que sabem ou têm interesse em tornar produtiva a terra; aqueles que têm interesse em tirar da terra o sustento para sua família e gerar talvez mais divisas, receitas e empregos para o Município, para o Estado em que essas propriedades estejam instaladas. O fato é que a desordem, a desobediência civil, precisa ser coibida duramente. O produtor fica desestimulado não só com as condições adversas da comercialização do seu produto, dos fatores inerentes à produção, mas também com a intranquilidade que propiciam esses movimentos. A qualquer instante, sua propriedade pode ser invadida, ocupada por uma, duas, dez ou cem famílias, de forma coercitiva, impedindo que seu trabalho de produção tenha prosseguimento. Portanto, associo-me a V. Ex^a em suas preocupações, principalmente agora com o alerta aos Poderes públicos em todos os níveis. As prefeituras teriam de se envolver também, porque estão ficando sobrecarregadas. Quando se faz um assentamento, não é discutido quem vai tratar da infra-estrutura do local. Logo os prefeitos são cobrados pelas estradas, rodovias de acesso, instalação de energia elétrica, abastecimento de água tratada, educação, transporte. Enfim, as prefeituras também são punidas por algo que não lhes diz respeito ou sobre algo a respeito do qual os prefeitos não foram consultados. É preciso uma mo-

bilização nacional. Os três Poderes – União, Estados e Municípios – precisam buscar uma forma de resolver e coibir definitivamente a invasão de propriedades rurais neste País.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Muito obrigado. V. Ex^a conhece perfeitamente o problema.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Lúdio Coelho, felicito V. Ex^a pela preocupação que traz ao plenário do Senado e ao Brasil. V. Ex^a trata de um assunto que está no dia-a-dia das preocupações de todos e envolve tanto os produtores rurais quanto as famílias que lutam para ter um pedaço de terra, criar seus filhos e ter o mínimo de dignidade. É uma luta secular do Brasil, considerado o país mais injusto do mundo em distribuição de terras. A Amazônia é o grande exemplo disso. V. Ex^a é uma memória viva da importância do produtor rural, porque, desde 1948, muito antes de eu nascer, tem-se empenhado nisso. O Mato Grosso do Sul pode dar uma enorme contribuição ao nosso País futuramente, se tiver uma política de terra bem conduzida. Nesse aspecto, saliento que há uma interpretação equivocada por parte da imprensa quando afirma que há uma posição ostensiva do PT em relação a uma ocupação não coerente, no que tange ao respeito à propriedade produtiva e ao direito dos trabalhadores sem-terra. A verdade é que há uma grande dívida do Governo Federal, ao longo da nossa história, no sentido de proceder a uma reforma agrária efetiva que atenda tanto aos produtores rurais já instalados neste Brasil como aos pequenos produtores que gostariam de trabalhar e ajudar a enriquecer o País. Há também um equívoco de interpretação considerável, muitas vezes, em relação ao que o Partido dos Trabalhadores tem apresentado neste debate. O PT é claramente contrário à invasão de terra produtiva. Faço questão de reafirmar a V. Ex^a essa posição. Não acredito que o Partido defenda a ocupação de terra produtiva, que esteja dentro da legalidade. Portanto, gostaria de tecer esta consideração: que V. Ex^a, de maneira tranquila, como respeitou a nossa eleição no Mato Grosso do Sul, com enorme respeito pelo vencedor que tivesse compromisso com o seu Estado, tenha a certeza e a tranquilidade de que o Governador Zeca do PT não será a favor de invasões de terras produtivas a legitimar o enriquecimento do seu Estado. Acredito que há algum equívoco

de parte da imprensa, que, sem dúvida alguma, será esclarecido em tempo oportuno. Elogio sua grande preocupação com um assunto ao qual o Governo brasileiro deveria dar mais atenção, contemplando exatamente a idéia de que somos um país rural, haja vista, afinal, o fato de que o setor produtivo rural deste País é responsável por 40% do Produto Interno Bruto.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Agradeço, Excelência.

V. Ex^a, afirmou que entendemos perfeitamente o resultado das eleições no Estado do Mato Grosso do Sul. Efetivamente entendemos. Quando a população do meu Estado, um estado ruralista, conservador, elegeu Zeca do PT, ainda no dia da eleição, declarei que iríamos dar cobertura ao governador eleito para que S. Ex^a. pudesse atender à ordem emanada da população do nosso Estado. A população o elegeu para governar bem o Estado, e assim estamos fazendo aqui e lá no Mato Grosso do Sul. O PSDB, na Assembléia Legislativa, está dando cobertura ao Governador do PT, ainda porque nós sempre fomos um pouco da Esquerda mesmo; Sr. Presidente.

Conversei, em duas oportunidades, em companhia dos Senadores Ramez Tebet e Juvêncio César da Fonseca, com S. Ex^a., o Governador do nosso Estado, que também tem encontrado dificuldades em retirar os grandes grupos de pessoas que invadem terras.

Quem anda por nosso Estado presencia fatos interessantes, dos quais a população da cidade, às vezes, não toma conhecimento. Naqueles acampamentos, nos finais de semana, há uma quantidade considerável de automóveis, pois bastantes pessoas vão passar o fim-de-semana por ali. Ocorre que, depois, voltam para a cidade, já que todos têm outras atividades: uns são donos de botecos, enfim, exercem outras atividades. Contudo, nesse período vivem Sem-Terra.

Se a população brasileira que não possui apartamento resolvesse acampar em frente de um prédio, coitadas das crianças e das senhoras. Se é legítimo o direito de possuir a terra ocupando-a de qualquer maneira, que diremos nós do direito à moradia. Uma mãe de rua e seus filhos não teriam o direito de entrarem em meu apartamento? Afinal de contas, somos apenas minha mulher e eu, restando ainda dois quartos desocupados. Aí eu queria ver como o Poder Público reagiria.

As estradas são constantemente fechadas, o que traz um transtorno enorme aos ruralistas. No in-

terior, há muitos ônibus que transportam crianças da área rural para as escolas. Conheço diversos municípios cujos prefeitos têm enormes dificuldades com esse problema. Acompanho muitos deles aos Ministérios da Reforma Agrária e da Agricultura.

Com o Prefeito Renato Tornelli, do Município de Itaquiraí, onde há mais ou menos sete assentamentos e mais duas ou três invasões, fui ao Ministério da Agricultura para ver se conseguíamos alguma solução para esse problema.

Tenho trabalhado muito nesse sentido, Sr. Presidente, até porque aqueles que invadem terras também me elegeram Senador. Assim, sou Senador do Mato Grosso do Sul e represento todas as camadas da população.

Portanto, o que desejo é alertar a Nação brasileira para a gravidade desses acontecimentos, que, de repente, podem se tornar algo muito desajeitado. Já há tempo venho conversando sobre isso. Um dia desses, estava conversando com o Jackson, que teve duas de suas fazendas invadidas, lá no Estado, e lhe disse que há momentos em que penso que quem não defende o que é seu não tem direito de possuí-lo. Às vezes, precisamos defender o que é nosso da maneira que for possível; do contrário, como é que faz? Se vamos ao Judiciário, as medidas deste não são atendidas. Como é que fica? Você não pode entrar na sua casa!

Então, Sr. Presidente, queria dar conhecimento aos companheiros do Senado da gravidade desse assunto, para juntos encontrarmos um caminho, pois a situação no campo brasileiro está tão difícil, Senador, que o melhor comprador de terras é o INCRA. Está quase tudo à venda e, o que é pior, a troco de nada, porque nós não temos nenhuma receita. Tenho, na família, irmão e irmãs, bem como outros parentes, que já venderam suas propriedades por não terem como sobreviver.

Então, fica feito o meu alerta e a minha manifestação de solidariedade aos companheiros do campo lá no Mato Grosso do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, se for possível, eu gostaria de me inscrever para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a. ficará inscrita para ser convocada oportunamente nesta sessão.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por cessão da Senadora Marina Silva.

V. Ex^a. dispõe de 20 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, a Organização Mundial de Saúde divulgou, há algum tempo, uma longa lista de produtos médicos que teriam tido sua comercialização interrompida em vários países do mundo. A lista enumerou diversos produtos farmacêuticos banidos e que haviam sido retirados do mercado em países que controlam rigidamente a segurança de medicamentos e drogas que não conseguiram os respectivos registros, que tenham advertência especial ou que sofram restrição de vendas.

Quanto a esses produtos, cujo banimento tem sido largamente informado pela Organização Mundial de Saúde por meio da grande imprensa, lamentavelmente, verifica-se uma posição equivocada ou, no mínimo, omisiva de parte do Governo brasileiro no que diz respeito ao seu controle.

Temos o alento de contarmos atualmente, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com uma direção nova, que, sem dúvida alguma, não carregará os vícios manifestos da então Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

A expectativa que temos é de que se dê uma atenção muito especial a esse assunto, porque diz respeito à integridade física e à saúde de todo a população brasileira.

O documento da Organização Mundial de Saúde aponta as substâncias com seus nomes genéricos e comerciais e especifica todas as restrições feitas a elas em qualquer parte do mundo.

Ao ter conhecimento da lista, o Instituto de Defesa do Consumidor, – IDEC, preocupado em proteger os consumidores brasileiros e em evitar o consumo no País dessas substâncias que apresentam algum tipo de risco para a saúde humana, fez um levantamento das substâncias que estão disponíveis no mercado nacional e enviou, no início deste ano, um documento às autoridades da área de vigilância sanitária do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, embora não tenha havido um pedido formal do IDEC relativo à retirada dessas substâncias do mercado, causa estranheza o fato de o Ministério da Saúde, até a presente data, não haver se pronunciado a respeito ou anunciado algum tipo de medida no sentido de restringir ou de, pelo menos, controlar mais rigidamente a comercialização desses produtos.

O coordenador executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – Sobravime,

José Rubem de Alcântara Bonfim, defende que as substâncias banidas em qualquer outro país também deveriam ser retiradas do mercado brasileiro, já que existem questionamentos consistentes em relação a elas e comprovação de que a sua utilização tenha efetividade duvidosa e graves efeitos colaterais.

Sr. Presidente, muitos desses medicamentos continuam a ser amplamente comercializados no Brasil. Segundo a reportagem publicada no **Correio Braziliense** do último dia 16 de maio, intitulada "IDEC divulga lista de medicamentos proibidos", cerca de 115 substâncias dessa lista são vendidas no território nacional sob 652 nomes comerciais. O levantamento feito pelo IDEC mostra que, dessas 115 substâncias, 82 foram proibidas por motivos de segurança em pelo menos um país e 22 delas têm restrições de uso ou advertências especiais.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, por que os medicamentos que figuram na lista da Organização Mundial de Saúde como sendo prejudiciais à saúde humana e que, portanto, devem ter a sua comercialização proibida, continuam a ser ofertados em nosso País?

Nos dias atuais, é inadmissível que isso persista. Médico que sou, considero absolutamente necessária e urgente a retirada do mercado ou uma manifestação oficial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária a respeito do referido assunto.

Como seria totalmente inviável falar sobre todas as substâncias que constam da lista, gostaria de destacar e tecer breves considerações sobre algumas delas, comercializadas sob nomes muito conhecidos e amplamente vendidas em todo o nosso País.

Primeiramente, as fórmulas pediátricas do ácido acetil salicílico, popularmente conhecido como ASS Infantil. Estudos amplamente realizados nos Estados Unidos mostraram o desenvolvimento da chamada Síndrome de Reye, uma combinação de encefalopatia – lesão grave do cérebro humano – e disfunção hepática grave, geralmente em consequência de uma infecção viral prévia como simples influenza, diarréia ou varicela, em crianças que utilizavam essa substância.

Em segundo lugar, as fórmulas pediátricas da tetraciclina. Todos sabem que a tetraciclina é um produto farmacêutico que causa danos graves à ossificação da criança e à mulher grávida. Os países que tratam com seriedade a política de medicamentos proibiram o uso da tetraciclina pediátrica. No entanto, o nosso Brasil, sabendo dos agravos à saúde humana causados pela tetraciclina, insiste na permissão da manipulação e na comercialização do

produto. Não deve ser prescrita, de modo algum, para crianças com menos de nove anos de idade – alguns estudos fazem contra-indicação a crianças com menos de doze anos de idade -, nem administrada em sua fórmula original a mulheres grávidas. Nos Estados Unidos, a tetraciclina pediátrica foi retirada do mercado. Em países como Austrália, Bélgica, Chile, Jordânia, Filipinas, Emirados Árabes e outros, as formulações líquidas foram igualmente retiradas de mercado.

É preciso deixar claro também que a dipirona, conhecida pelo nome comercial de Novalgina, usada em todos os hospitais Brasil afora no início dos anos 70, teve seu uso associado a graves e até fatais reações adversas. Medicamentos contendo dipirona são proibidos ou de uso restrito em pelo menos 16 países, entre os quais os Estados Unidos, a Austrália, a Itália, a Alemanha e a Dinamarca. Em nosso País, entretanto, essa substância é amplamente utilizada em medicamentos de venda livre, como os chamados comercialmente Novalgina, Analges, Baralgin, Conmel, etc.

Medicamentos antifúngicos à base de cetocenasol, como o Nizoral, Cetonil, Cetonax, Candoral, têm seu uso por via oral associado à hepatotoxicidade grave e podem causar hepatite e também transtorno no sistema reprodutor humano, comprovadamente definido por estudos científicos. Mesmo assim, é largamente, livremente usada no território nacional.

Medicamentos antimicrobianos à base de cloranfenicol possuem indicações restritas ou regulamentação severa em países como o Japão, Dinamarca, Holanda, Espanha, Hungria, Egito, Filipinas e outros e está nitidamente implicado pelo meio científico internacional como causador em mulheres grávidas da síndrome do bebê cinzento, complicaçao grave para o feto humano quando a mulher grávida faz uso do cloranfenicol. Na França, os produtos tópicos que contém cloranfenicol foram retirados do mercado, com exceção dos colírios.

Há também necessidade de se retirar do mercado os medicamentos abortivos, ou de restringir a sua venda em função de que tenham a indicação específica, mas são largamente utilizados como abortivos, de forma incompreendida, por profissionais da saúde e pela ignorância com que fazem uso do medicamento as mulheres deste País.

Quanto à talidomida, substância de alto potencial de teratogenicidade que também figura na lista da Organização Mundial de Saúde, utilizada no tratamento da hanseníase, conhecida antigamente

como lepra, e de severas condições dermatológicas, cumpre destacar que ela já é objeto de regulamentação específica em nosso País, embora não esteja de fato banida por uma polêmica de defesa de alguns setores.

Gostaria de enfatizar que o nobre Senador Lúcio Alcântara tem defendido a restrição absoluta do uso da talidomida e chego a defender a erradicação, para que seja banida do mercado brasileiro essa droga. Quem conhece a luta contra a hanseníase no Brasil sabe que ela é prescindível quando se fala em combate a uma doença como a hanseníase hoje em dia.

As vítimas da talidomida que formaram a sua associação têm o testemunho dos males que esta droga causou ao nosso País em uma época em que ainda era aceitável pelo benefício nas formas reacionais da hanseníase na sua chamada forma wirchoviana, mas atualmente está de fato desnecessária ao mercado brasileiro. Espero que o Senador Lúcio Alcântara aperfeiçoe o seu projeto de lei e garanta o banimento da talidomida no nosso mercado.

Srs e Srs. Senadores, há um número excessivo de medicamentos registrados em nosso País – cerca de 30 mil –, um número um pouco menor de produtos efetivamente comercializados – cerca de 8 mil – e se fizermos uma seleção de necessidade permanente de consumo por parte da população, teremos um universo de apenas 800 medicamentos de fato e efetivamente necessários neste País, mostrando a grande força de comércio que há por trás de uma decisão que deveria ser científica.

O grande problema é que a oferta de medicamentos em nosso País não é controlada como deveria. As leis que restringem a venda, exigindo a apresentação de receita para a compra de determinados medicamentos, não são cumpridas.

No Brasil, entende-se a assistência farmacêutica como comércio farmacêutico. Não pode ser assim. Farmácia é um serviço de saúde e não um tipo de comércio qualquer, que visa ao lucro sem maiores responsabilidades. Deve ser gerenciada por um farmacêutico, com responsabilidade técnica pela prestação desse serviço à população.

Hoje em dia, uma farmácia, lamentavelmente, tem servido de balcão de diagnóstico e de conduta de um paramédico, com o mais alto e grave risco à população, à saúde das pessoas. Lamentavelmente, nos Estados mais pobres é maior a concentração de farmácias, é maior a força econômica e a falta de critérios de responsabilidade ética e profissional que esses organismos têm adotado em relação à distribuição de medicamentos no País. Uma farmácia

sem farmacêutico é como a enfermaria de um hospital sem médico ou sem enfermeiro na hora do diagnóstico e tratamento de um doente.

Como o objetivo desse comércio farmacêutico é de vender cada vez mais sem maiores critérios, nossa população é submetida a uma verdadeira "empurro-terapia", ficando vulnerável aos efeitos adversos de medicamentos que são vendidos livremente.

Os grandes laboratórios aqui agem à vontade, sem qualquer controle. Escoam facilmente sua produção "proibida" em outros países, apostando em nossa submissão, em nossa falta de informação e pesquisa e em nossa legislação permissiva.

Temos de dar um basta a esta situação, Sr. Presidente. O Governo precisa exercer um controle maior sobre a fabricação e comercialização de medicamentos em nosso País. Somente uma decisão firme por parte das autoridades competentes, com o apoio de toda a sociedade, permitirá que estejamos à altura da necessidade de proteger o cidadão brasileiro face a esse assunto tão delicado.

Sr. Presidente, gostaria de informar ao Plenário da Casa que estou fazendo um estudo de um projeto de lei que, diante de uma norma tornada pública, uma ratificação da Organização Mundial de Saúde, quando um país com formação científica adequada, com origem de estudo científico adequado, como os Governos americano e europeu, estabelece como proibido o uso de um medicamento em seu território e coloca um estudo científico em conjunto. E, sendo esse estudo ratificado pela Organização Mundial de Saúde, estabelece que o Ministério da Saúde, via Agência Nacional de Vigilância Sanitária, num prazo de 60 dias, envie as razões ou o seu parecer a respeito da proibição do uso de medicamentos que tenham sido restritos no cenário internacional pela Organização Mundial de Saúde, para que o Senado Federal, tendo o conhecimento desse parecer técnico, possa se manifestar, seguro do ponto de vista científico e da responsabilidade pública que tem.

Reafirmo a minha expectativa favorável de que a atual direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio da figura do Dr. Vecina, possa estabelecer grande responsabilidade e sensibilidade em uma ação objetiva de manifestar-se a respeito do assunto da venda proibida de medicamentos, na maioria dos países, e que tem sido largamente utilizada no território nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tencionava informar o Plenário do Senado Federal sobre o importante encontro realizado nesta Casa que lançou o Comitê Pró-Hidrovia Araguaia-Tocantins. O encontro contou com a participação de grande parte dos nossos Pares e foi, sem dúvida alguma, de grande interesse para todos os Parlamentares que têm desenvolvido uma luta em prol da retomada ao desenvolvimento do nosso País.

Mas, ouvindo a nossa prestigiosa CBN, tomei conhecimento de uma nota assinada pelo Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Dirceu.

A nota fazia referência, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, exatamente ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional em episódios envolvendo também o Supremo Tribunal Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados.

Ora, Sr. Presidente, existe uma frase que, segundo os mais cautelosos, é bastante prudente: "Decisão do Supremo Tribunal Federal não é para ser discutida, mas sim para ser acatada". Não se discute o que decide o Supremo Tribunal Federal, pois é a última instância. O que dali sai prolatado como decisão é matéria de difícil recurso. Essa idéia tem predominado no comportamento de grande parte dos políticos de diversas instâncias. O administrador, o parlamentar, o deputado federal, o deputado estadual, o senador, todos respeitam o Supremo Tribunal Federal e têm a cautela de não opinar sobre matéria complexa, sobre matéria de alto conhecimento jurídico contra a qual dificilmente recurso cabe. . . .

"Decisão do Supremo Tribunal Federal não se discute, acata-se". Este, tenho a impressão, é um raciocínio bastante defasado, que não está em consonância com os nossos dias.

Sr. Presidente, é comum que os partidos políticos tomem posição com relação aos diversos episódios da vida nacional. Aguardei para vir à tribuna, tentando obter o teor completo do que foi veiculado. Mas a síntese feita pela CBN dizia que, acima de tudo, o comportamento do Presidente do Senado

Federal desestabilizava o quadro nacional e a Nação brasileira, atentava contra a ordem pública e desrespeitava a Constituição.

Sr. Presidente, tive a honra de ser colega do Deputado José Dirceu na Câmara dos Deputados. Tenho por ele, especialmente pela sua história política, um profundo respeito. Mas não há como deixar de trazer a esta tribuna minha discordância, porque ele diz que o comportamento do Presidente do Senado Federal desestabiliza o quadro nacional.

Ora, Sr. Presidente, quem pediu a renúncia do Presidente da República foi exatamente o Deputado José Dirceu. Ele foi às rádios, às televisões, participou de debates expressando a sua opinião. Respeito-o profundamente, mas não concordo que ele, que pregou a renúncia do Sr. Presidente da República, agora venha dizer que o Presidente da nossa Casa desestabiliza a Nação com seu comportamento. Sinceramente, com isso não concordo, Sr. Presidente.

Diante dos atuais acontecimentos, Sr. Presidente, é lógico que nenhum Parlamentar, ou melhor, nenhum cidadão brasileiro deseja ver suas autoridades maiores se digladiando em acusações, em discussões ácidas. Mas analiso: o que move o cidadão Antonio Carlos Magalhães nessa sua luta, nessa sua veemência, nessa sua indignação? Terá sido uma nomeação de cargo? Terá sido uma disputa regional? Terá sido a disputa de verbas para seu Estado? Ou a sua discordância com o quadro do Nordeste? Todas essas razões talvez sejam suficientemente fortes para embasar uma boa briga.

Mas, não, Sr. Presidente!

Imaginem: uma das primeiras reações que vi à tomada de decisão do Supremo Tribunal Federal foi a do Deputado Aloízio Mercadante, apresentando uma proposta de alterações. Deixava ele ainda mais claro aquilo que qualquer cidadão, por menos conhecimento jurídico que tenha, sabe estar escrito na Constituição, ou seja, o poder – no meu entendimento sagrado – de uma Comissão Parlamentar de Inquérito de acesso, na sua investigação, à quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico. Isso está claro na Constituição. Mas a reação de um Deputado altamente experimentado em CPIs foi exatamente a de propor um projeto de lei.

Veja, Sr. Presidente: esta Casa sofre a ameaça grave de ver paralisados seus trabalhos de investigação; o Senado, e nossos Pares integrantes da CPI, vêem-se impedidos, por decisão liminar, de ob-

ter acesso à quebra do sigilo bancário do Dr. Francisco Lopes – homem que desta Casa recebeu homenagens, aprovação, respeito, admiração, e até o voto de Parlamentares que não costumam votar a favor de nada. Não queremos absolutamente nos antecipar e condená-lo previamente, imprimir desde já uma mancha na sua reputação, na sua biografia de professor universitário, economista. Mas, Sr. Presidente, na hora em que um cidadão brasileiro aceita a função de dirigir uma instituição da importância do Banco Central, a meu ver, deve satisfação à opinião pública nacional, como qualquer funcionário público, como qualquer um que esteja lidando com a coisa pública.

S. S^a não deveria, jamais, ter-se recusado a depor. Tal não poderia ter acontecido no momento em que a CPI, por decisão do Poder Judiciário autorizada por uma juíza após o trabalho do Ministério Público, descobre que o Dr. Francisco Lopes tem, sob a custódia de terceiros, importância volumosa fora do País. Não podemos sequer dizer que o dinheiro é de origem ilegal ou duvidosa. Não resta a menor dúvida de que o assunto merece investigação. A Comissão Parlamentar de Inquérito, que está averiguando a possibilidade de má gestão de um órgão como o Banco Central, ao depurar-se com o resultado de buscas procedidas pelo Ministério Público Federal, não pode, absolutamente, continuar sem obter a quebra de sigilo bancário do Sr. Francisco Lopes.

Sr. Presidente, tenho a guarda desse material e sou responsável pela pesquisa e cruzamento de dados. Há, praticamente, um mês temos em nosso poder informações sobre as quais jamais se encontrou publicada na imprensa uma linha sequer, pois dizem respeito à sua individualidade, às suas ações como cidadão, ao seu Imposto de Renda. Por isso não me senti atingido e não se sentiu a CPI dos Bancos, em nenhum momento, atingida por aquela reprimenda. E nós não a aceitariamós! Não acredito que haja um Senador que, por mais respeito que tenha pelo Supremo Tribunal Federal, aceite, senão do povo que o trouxe a esta Casa, reprimendas a seu comportamento. Críticas? Sim, críticas, a sociedade como um todo oferece ao comportamento dos parlamentares. Nenhuma instituição é mais criticada que o Congresso Nacional; ninguém é mais freqüentemente objeto de notícias, de devassas, de críticas e de análises do que nós integrantes do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, a ação do Presidente do Congresso Nacional contra o embargo de uma das prin-

cipais funções do nosso Poder, da nossa Casa, com o objetivo de trazer um esclarecimento à opinião pública nacional, a meu ver, é absolutamente apropriada. Talvez, Sr. Presidente, não fossem aquelas as palavras que gostaríamos de usar para discutir a decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas a reação do Presidente do Senado foi de indignação. S. Ex^a teve humildade suficiente quando desta tribuna reagiu também contra um veículo da imprensa que não colocou ali a justificativa, mas as desculpas apresentadas por S. Ex^a em função de fato determinado. Esteve na tribuna o Senador Pedro Simon, que lhe fez um grande questionamento e S. Ex^a, com tranqüilidade e, apesar de seu costume de não recuar, de não voltar atrás, teve a grandeza de reconhecer que a sua ação merecia uma reflexão e a fez desta tribuna.

Sr. Presidente, a nota do Partido dos Trabalhadores, assinada pelo seu Presidente, Deputado José Dirceu, acusando o Presidente desta Casa de desestabilizar a Nação brasileira é absolutamente imprópria. E até me dá o direito de dizer aqui que muito mais desestabilizante ao processo democrático, muito mais desrespeitosa é a sua convocação para que o Presidente da República renuncie.

A maneira como reagiu o Presidente desta Casa pode ser discutida, mas não as causas que o levaram a isso, pois elas são absolutamente próprias.

Foi essa a questão que me levou a desviar-me do assunto que me trouxe à tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Ouço o nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou chegando agora e estou estranhando a afirmativa de V. Ex^a sobre a nota do PT, porque não a conheço. Não sei se V. Ex^a a leu em algum noticiário.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Foi na CBN.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Esclareço, Senador Pedro Simon, que eu vi na para esta Casa com o objetivo de fazer um pronunciamento sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Mas, de forma muito clara e indubitável, a CBN leu parte da nota, comentou-a, destacando que a principal parte da nota, assinada pelo Presidente do Partido, José Dirceu, dizia que "as atitudes do Sr. Antônio Carlos Magalhães desestabilizam o quadro nacional, ameaçam a democracia". E referia-se exatamente à luta do Presidente da nossa Casa contra as decisões do Supremo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Também não concordo com a nota contra o Presidente Antonio Carlos Magalhães que diz que S. Ex^a está desestabilizando a política brasileira. Não foi feliz a nota do Partido dos Trabalhadores. Como diz V. Ex^a, é um direito do PT entrar com uma ação pedindo o **impeachment** do Presidente, assim como é direito deles pedir a renúncia do Presidente da República, mas são atitudes que não somam para as instituições. Sabemos que não há nenhuma razão para pedir o **impeachment**. Houvesse razão real, concreta, tudo bem! Além do mais, a renúncia é uma questão de vontade. Se quiser renunciar, renuncia; se não quiser, não renuncia. Foi assim que começaram a pedir a renúncia do Dr. Getúlio. Ele terminou indo ao suicídio porque o obrigaram: ou renuncie ou cai fora. O assunto que V. Ex^a está abordando é realmente delicado. Concordo! Estamos vivendo um momento delicado. Não entendi por que V. Ex^a se distanciou da sua exposição. V. Ex^a tem autoridade. É jovem, mas está desenvolvendo um belíssimo trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito. Na sua preocupação, na sua ânsia, V. Ex^a disse, na CPI, que o banco não lhe mandava resposta sobre 80%, 90% dos casos: "Não sei se é boicote, mas, na verdade, estão dificultando meu trabalho. Tenho de prestar contas e não consigo." V. Ex^a está fazendo um trabalho magnífico, assim como a CPI está fazendo um grande trabalho. Neste debate, não pode haver emoção. Com todo o carinho e o respeito que tenho pelo ACM, um líder político, S. Ex^a, na verdade, exagerou na linguagem. Não é o forte dele a serenidade. Até brinquei com o meu querido Senador de Pernambuco, quando V. Ex^a falou na tranquilidade do nosso Presidente: tranquilidade não chega a ser um dos atributos do Sr. Antonio Carlos Magalhães, embora tenha muitos outros. Ele exagerou. Podia e devia ter moderado a linguagem. Quando falou que a CPI ou tem seus direitos ou não os tem, S. Ex.^a teve razão. A CPI desenvolve um trabalho muito importante, e, de uma hora para outra, estão colocando em jogo uma das atribuições mais importantes desta Casa e que ela desenvolvia uma belíssima atuação. Não sei por que isso está acontecendo. Dizer que não temos o direito de investigar!? Dizer que a nossa investigação não pode incluir quebra de sigilo bancário, telefônico ou fiscal!? Se assim fosse, qual seria a finalidade da CPI? O artigo da Constituição é de uma clareza total. Dizem, porém, que há na Lei Maior um artigo segundo o qual quebrar sigilo é próprio do Judiciário. De fato, existe esse artigo. Todavia, consta na Constituição o artigo que reza que a CPI tem poderes de investigação próprios do Judiciário. Não podemos denunciar; quem denuncia é o promotor ou o procurador. Não podemos condenar; quem condena é o juiz ou o tribunal. Mas podemos investigar. Isso sempre nos foi facultado. Por que de repente isso

mudou? Na CPI que redundou no impeachment do Presidente da República, investigamos. Se não tivéssemos feito investigação, o Sr. Collor teria ficado até o fim de seu mandato. Foi pela investigação que descobrimos que o ex-Presidente tinha comprado um carro com o dinheiro do Sr. PC Farias. Então, essa é uma atribuição que nós temos e que deve ser desenvolvida com serenidade. Penso que – até fiz essa sugestão – nós, as Comissões, devemos fazer um apelo ao Supremo, que decidirá como bem entender, para que entre no mérito dessa questão. Se ele entrar no mérito da questão e decidir que a CPI não tem o direito de investigar, não pode investigar sigilo bancário e não pode investigar contas, é melhor suspender os trabalhos da CPI. Vamos debater a matéria com serenidade, sem baixar para o emocional, porque isso não leva a nada. O Sr. Antonio Carlos Magalhães tem que baixar o tom. Nós temos que baixar o tom. Mas o Supremo está nos olhando de maneira diferente, e temos de interpretar essa análise do Supremo.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Senador Pedro Simon, concordo integralmente com o aparte de V. Ex^a, principalmente quando fala da reação e das palavras escolhidas. Certamente, cada um de nós o faria de forma diferente. V. Ex^a foi brilhante quando, da tribuna, comentou o episódio que envolvia o **Correio Braziliense** e o Presidente Antonio Carlos Magalhães. S. Ex^a, com grandeza, reconheceu e colocou uma pedra naquilo tudo. A participação de V. Ex^a foi fundamental. Nobre Senador, preocupa-me nisso tudo o fato de que não é o Senado que precisa do instrumento da CPI, não é a Câmara que dele precisa. É a sociedade brasileira que precisa do instrumento da CPI. Aguardei, comentando com meu nobre colega Senador Tião Viana que, obviamente, o que ouvi era um resumo. Eu não queria deixar de comentar o assunto, mas só agora recebi a íntegra da nota. Parte dela diz que como S. Ex^a "não está desequilibrado, só pode estar desestabilizando o País para atingir seu objetivo de controlar o poder". Ora, Sr. Presidente, quem conhece as ações do homem, do cidadão Antonio Carlos Magalhães, sabe que essa nota é descabida e que essa afirmação não lhe faz jus. Defeitos, todos temos. Eu jamais imporia qualquer limite de conduta e crítica ao comportamento daqueles que vêm para cá defender o povo. Muitas das vezes, não concordo com as palavras direcionadas ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Às vezes, em minha análise, considero até que a crítica tenha sua procedência, mas não concordo com a forma. No entanto, repito: jamais imporia a um Colega de Senado alguma restrição ou advertência para não agir

de determinada forma. Cada um encontra sua forma de desempenhar o mandato.

Vejo que, nesse caso específico, a veemência do nosso Presidente é exatamente em defesa de alguma das mais importantes atribuições desta Casa: o instrumento da CPI.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Ouço o nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Eduardo Siqueira Campos, estranhei quando V. Ex^a me apontou essa nota do PT, a respeito do impasse sobre "CPIs no Senado Federal" e a posição do Supremo Tribunal Federal. Com a ajuda da Senadora Heloisa Helena, tive acesso agora a essa nota, e confesso que a divido em dois pontos: uma manifestação de análise do comportamento histórico do Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, e a posição do Partido dos Trabalhadores em relação ao impasse entre a CPI e o Supremo Tribunal. Para esclarecer a interpretação que tenho, gostaria de fazer a leitura de um parágrafo: "As decisões do Supremo Tribunal Federal existem para serem cumpridas, como as do Congresso Nacional. O PT não concorda com elas (as decisões relativas às CPIs) e estará apoiando os recursos legais e medidas legislativas cabíveis, mas não pode calar-se, sob pena de compactuar com tentativas autoritárias de submeter-se um Poder ao outro". Eu fico com alento de ver esse parágrafo da nota, porque de fato há um respeito e a defesa do mérito da luta do Congresso Nacional, especificamente do Senado Federal, em relação a atitude tomada pelo Supremo. Ao mesmo tempo, confesso que a outra parte da nota é uma análise histórica de uma posição que apresenta o Presidente do Partido dos Trabalhadores em relação à figura política, à personalidade política do Presidente da Casa. Gostaria de dividir com V. Ex^a que, como membro do Senado Federal, senti-me de fato – como V. Ex^a – agredido pelo manifestação do Supremo Tribunal Federal. Respeito a instituição Supremo Tribunal Federal quando toma uma decisão dessas, e fico feliz de que o Supremo ainda vá julgar o mérito da posição assumida em relação aos poderes das CPIs. Comungo integralmente com o pensamento do Deputado Aloizio Mercadante* quando torna claro o poder que têm as CPIs em relação ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira. E fico a me perguntar, nobre Senador, sobre o que seria do povo brasileiro se a CPI não tivesse tido o poder

que teve na época do Governo Collor, basicamente destituído pela ação de uma CPI com poderes de investigação. O que seria de uma CPI se tivéssemos limitado esse poder? E afirmo que tenho um respeito muito mais elevado pela história política e pelo comportamento político do Senado Federal do que por alguns membros do Judiciário brasileiro, que a meu ver, se fossem submetidos a uma eleição a cada quatro anos ou a cada oito, seguramente não seriam aprovados pela manifestação popular, porque infelizmente o manto da impunidade está presente dentro dos órgãos da Justiça brasileira, não às custas da manifestação de todos, mas à custa de uma meia dúzia que troca o poder de interpretação das leis e da defesa da Constituição pelo agrado a uma ou a outra autoridade política. Por isso, pela ingerência de um Poder sobre o outro, o País paga o preço muito alto de a impunidade ser tão forte. Querer tirar agora o poder de investigação e de denúncia do Senado Federal é tolher a democracia e enfraquecer a imagem pública que o Senado Federal tem perante a Nação brasileira.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Agradeço a participação do Senador Tião Viana.

Mudei de tema e penso que o fiz de maneira acertada, porque afinal de contas nada melhor que trazermos um pouco mais de calor aos debates dessa tribuna.

Sr. Presidente, concluo dizendo que, de forma alguma, como integrante do Partido da Frente Liberal e como Senador, concordo com a parte da nota que diz que falta autoridade moral ao cidadão Antonio Carlos Magalhães para proceder como o faz. Discordo profundamente. Não identifico no Sr. José Dirceu, de quem fui Colega e a quem respeito por ser Presidente do Partido, qualquer autoridade moral para cercear, criticar ou impor normas de conduta ao Presidente desta Casa, homem por demais respeitado por todos os brasileiros e importante para o momento da vida nacional, como é Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como terei de atender a um telefonema urgente, e havendo uma série de oradores inscritos presentes, eu gostaria que V. Ex^a passasse a palavra a outro Senador, concedendo-

me a oportunidade mais tarde, na comunicação inadiável para a qual estou inscrita, de tratar sobre o tema abordado pelo Senador Eduardo Siqueira Campos.

Agradeço a V. Ex^a pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Ex^a fica inscrita para o final da sessão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não sei sobre o que vou falar agora. Vim para falar sobre o PMDB e o Governo, sobre as manchetes dos jornais, sobre as quais acredito que o Presidente, o Governo Federal, os Partidos que compõem a Frente e o PMDB devem tomar uma decisão.

Estou cansado de ler no jornal que há um sentimento dentro do Governo – no PFL, no PSDB – de que o PMDB deve sair, de que deve ser posto para fora do Governo. E que o Presidente está pressionado quanto a isso, que o PMDB está atrapalhando, que o PMDB não é necessário no Governo.

Vou falar sobre isso, Sr. Presidente, mas não posso deixar de comentar o que foi dito aqui pelo querido orador que me antecedeu nesta tribuna.

Não foi feliz a nota do PT, pelo que senti. Não li a nota, mas não é bom falarmos em crise institucional. Isso dá azar. E tenho de política os anos que o meu querido e extraordinário amigo José Dirceu tem de idade. Então posso, com a autoridade da idade, dizer que no Brasil isso é complicado. Quando se fala em crise institucional, o assunto vai crescendo, vai crescendo, daqui a pouco se está no meio dela. Que a situação é complicada, é complicada. Que vivemos um momento em que uma decisão tem de ser tomada, é verdade. Entretanto, não considero isso crise institucional. Acredito que de repente, não mais do que de repente, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal estão tendo interpretações diferentes sobre um determinado instituto jurídico – a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A meu ver, a CPI é um dos aspectos mais sérios e mais importantes no Brasil de hoje. Está ali o Senador Amir Lando, figura que passará para a história do Brasil por sua fantástica atuação como Relator na CPI do Impeachment, por sua coragem, dedo e competência. S. Ex^a é testemunha viva de uma CPI, pelo esforço que teve de fazer, quando a

comandava, para abrir as investigações, apurar os fatos, conhecer as questões e levá-las adiante.

O Senador Amir Lando, Relator, pode dizer: se não pudéssemos ter aberto as contas, nunca saberíamos que o carro Elba do Sr. Fernando Collor havia sido pago pelas contas fantasma do Sr. PC Farias. O Senador só pôde ver isso porque abriu as contas, tomando conhecimento dos fatos. Só pôde tomar conhecimento de que as contas da casa da Dinda eram pagas com o dinheiro do Sr. PC Farias porque foram abertas as contas. Não fora isso, não teria havido o Impeachment, não teríamos cassado dez Parlamentares na CPI dos Anões do Orçamento. Isso tudo aconteceu verificando o pagamento de um com relação ao outro. Foi assim ao longo do tempo, estava sendo assim, e nunca aconteceu nada. O Supremo nunca levantou dúvidas sobre a matéria.

Que me perdoe o Supremo, mas estamos no país da impunidade. Quando digo "país da impunidade" não quero atingir o Supremo, mas o Legislativo, pois somos os responsáveis por não haver uma legislação aperfeiçoada. Também somos responsáveis pela existência do inquérito policial, uma burocracia que dificulta ou impossibilita que a prova se desenvolva. Mas, de repente, a CPI é uma demonstração de que algo pode ser feito. O artigo da Constituição é muito claro: a CPI tem os poderes de investigação do Judiciário. Há outro artigo que diz: cabe, nos direitos individuais, ao Judiciário fazer a investigação, abrir o sigilo. É verdade. Pela norma, cabe ao Judiciário fazer a investigação, quebrar o sigilo.

Mas outro artigo diz que, quando há uma CPI, ela se investe nesses poderes de investigação do Judiciário. Não somos investidos no poder da denúncia. Quem denuncia é a Procuradoria. Não somos investidos no poder de julgar. Quem julga é o Tribunal. Mas somos investidos no poder de investigar, e a investigação é total.

Apelo ao Supremo que entre no mérito; e, no mérito, pode decidir que temos que recuar, pois o ex-Presidente do Banco Central criou um dos processos mais completos. Os Procuradores procuraram a Polícia Federal e foram a uma juíza, que deu ordem para fazerem a investigação. Encontraram as provas contra o Presidente do Banco Central e as levaram para a juíza, que as abriu em seu gabinete. Assim, ficou provado que o ex-Presidente do Banco Central tem uma série de incriminações.

Se isso é anulado, o que nos cabe fazer? Vamos investigar as contas de quem? Vamos fazer o

que na CPI? Ouvir as pessoas que já sabem que não precisam dizer nada porque estão garantidas de não dizerem nada. Se o Supremo decidir que o Procurador que concedeu a liminar agiu certo, deve-se suspender a CPI e debater a matéria.

O meu querido Presidente do Senado, Senador ACM, exagerou na linguagem. Cá entre nós, a elegância parlamentar não é o forte do Sr. ACM, não faz parte de suas inúmeras qualidades. S. Ex^a não foi feliz na linguagem. Quando se fala em Supremo, deve-se medir as palavras. Getúlio Vargas já dizia que não se brinca com saia, ou seja, com padre, mulher – que não usam mais saia – e magistrado, deve-se ter cuidado com a linguagem. O Presidente Antônio Carlos exagerou na linguagem. Não tenho dúvida alguma. Mas temos de debater, pois essa é uma matéria séria, que diz respeito a todos nós. Não se trata apenas dessa CPI, mas do futuro. Estaremos debatendo sobre o futuro.

Sr. Presidente, o trabalho da CPI está irritando muita gente. Essa corrida da CPI, para mostrar, para abrir a manchete no jornal, para tomar conhecimento, está irritando a imprensa, que pensa que essa é função dela, e não nossa ou do Judiciário. A imprensa gosta de abrir manchetes que tratam de roubos, de escândalos, e fica por isso mesmo. **O Estado de São Paulo** está irritadíssimo conosco, com a CPI.

Na verdade, na verdade, a CPI é uma demonstração do que o Judiciário poderá fazer no futuro, para investigar e combater a impunidade, como aconteceu na Itália, com a Operação Mãos Limpas, no Japão e no mundo inteiro. Lugar de ladrão rico, poderoso, importante é na cadeia. Essas notícias causaram impacto por se referirem ao Presidente do Banco Central. "Imaginem, esses fedelhos desses procuradorezinhos, que não têm 30 anos, investigando a casa do Sr. Chico Lopes. Quem eles pensam que são?" E aconteceu o escândalo.

Meus amigos do Supremo, dou nota 10 a esses Procuradores que fizeram a sua parte, ao contrário de outros Procuradores mais velhos, que engavetaram as conclusões da CPI do Orçamento, da CPI do Impeachment, da CPI dos Precatórios.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, não me pôdia calar diante das

palavras generosas de V. Ex^a, que só são escritas nos laços da amizade. Mas V. Ex^a aborda um tema importante, e temos de levar isso às últimas instâncias. V. Ex^a diz bem. Ora, era um procedimento normal, regular, fora de quaisquer laços de conflito. De repente, há uma mudança brusca, radical, interpretando dispositivos legais da Constituição Federal e dos diplomas legais específicos, que altera e nega essa competência de a CPI quebrar o sigilo bancário. Evidentemente, houve várias decisões, todas elas em caráter temporário. Uma cerceia a possibilidade de bloqueio de bens. Está certo. Outra diz que a CPI não pode prender nem tomar algumas provisões acauteladoras e que vão além do espaço da investigação. Mas está sedimentado na doutrina que a CPI é um juiz criminal de instrução. O Supremo Tribunal Federal afirmava, desde 1953, que o Congresso – Câmara dos Deputados e Senado Federal – tem competência para a quebra do sigilo bancário. O Supremo, inclusive, evocou o princípio da reserva jurisdicional ou da reserva de jurisdição do Poder Judiciário, dizendo que determinados atos diziam respeito só ao Poder Judiciário. Não, isso era um prática. Por exemplo, a Lei nº 4.945, de 1964, que trata especialmente do sigilo bancário, abre uma exceção e remete a quebra do sigilo não à justificação dos atos, como se fossem as sentenças judiciais, mas à votação e por **quorum** especial, de maioria absoluta dos membros da Comissão. Em vez de justificar, como em um ato de sentença, vai-se à votação por maioria absoluta. Trata-se, então, de um procedimento natural. Espero que o bom senso, o diálogo e a harmonia retomem, como o rio ao leito, para que se possa realizar a tarefa tão importante de investigar, imbricada na fiscalização, no controle e na vigilância do Poder Legislativo, inerente às suas funções. V. Ex^a tem toda razão em afirmar que temos de discutir essa matéria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tenho muito respeito pela Justiça brasileira e especialmente, pelo Supremo Tribunal Federal, que creio ser constituído de pessoas notáveis. Temos que ter orgulho do nosso Supremo Tribunal Federal. Eu tenho orgulho do Supremo Tribunal Federal; da sua dignidade, seriedade, correção e serenidade. Mas, com todo respeito, acredito que temos que avançar no combate, na luta contra a impunidade. E nós, o Congresso Nacional, somos mais culpados. A legislação tem que mudar. Nós somos os culpados.

Com relação a essa questão, Sr. Presidente, perdoe-me o Supremo Tribunal Federal, tem saído

cada manchete nos jornais que me tem assustado! O Sr. Cacciola veio à CPI, debochou, ironizou, gozou a nossa cara; na verdade, negou que o sol nascia de dia e existia durante a noite. No entanto, seus bens estão completamente liberados. Se a lei diz que, para confiscar os bens, só depois da sentença passada em julgado, há muito tempo o Supremo Tribunal Federal deveria cobrar de nós que isso seja mudado. Está explicado por que o Brasil é o país onde praticamente não se busca um centavo de volta do que é roubado. Confiscar depois de passar em julgado: será que alguém ainda tem algum centavo em seu nome? O Sr. Cacciola já havia passado a casa de R\$4 milhões para sua ex-esposa. Seus bens já estavam sendo distribuídos ao bel-prazer. E, de repente, contrário a que se mexa em seus bens, porque a sentença não passou em julgado.

Essa é uma questão profundamente delicada; não é para ser tratada pelo jornal, entre o Presidente do Senado e o Presidente do Supremo. Deve ser tratada profundamente entre nós e os membros do Supremo. Não se trata de saber se eu, Pedro Simon, digo que o Supremo está errado e o Senado certo, ou a recíproca, mas de buscar a verdade.

Não passa pela cabeça de ninguém: "Então, vamos diminuir os poderes do Supremo". Essa não é a linguagem que vamos usar, Sr. Presidente. A nossa interpretação do artigo da Constituição é a de que temos o poder de investigação da Justiça. Não precisava o Deputado Mercadante entrar com a emenda "todos os poderes". É evidente que são todos, porque não houve exclusão de nenhum. Nenhum foi excluído disso.

Outra coisa importante, Sr. Presidente, é que, se fruto dessas investigações ao longo da história, a CPI tivesse mexido com a honra e a dignidade, gerando consequências realmente graves; se tivéssemos abusado do nosso dever, tudo bem: "olha o que aconteceu com fulano; olha o que aconteceu com beltrano; olha o que o Senado fez; isso não pode continuar." Mas não conheço nenhum exemplo. Não conheço nada que o Congresso tenha feito que tenha avançado nesse sentido.

Sr. Presidente, lutei muito tempo na defesa dos direitos individuais, quando não se podia falar e, principalmente, não se podia cobrar muito. Naquela época, os membros do Supremo também eram cassados, como o foram. Havia a determinação de que certos fatos não podiam ser apreciados pelo Supremo ou pela Justiça. Os atos decorrentes dos Atos Institucionais sequer podiam ser levados à Justiça brasileira. Soubemos o que foi isso. Não será para

nós, para quem vem das origens de que venho, que vão ensinar o respeito que devemos ter aos direitos sagrados individuais, ao sigilo. Quanto se magoou, quanto se esmagou, quanto se cassou, quanto se torturou, quanto se liquidou com os direitos individuais de milhares de pessoas que pensavam contra o regime dominante! Sabemos disso.

Na hora de elaborar a Constituição de 1988, talvez tenhamos levado até ao exagero: colocamos o máximo da garantia dos direitos individuais, o máximo do respeito a esses direitos. E continuamos mantendo a mesma posição.

Não vejo ninguém falar em direito individual, quando se trata dos milhões que morrem de fome! A Constituição diz que todos têm direito a um salário que dê condições de viver com dignidade. E não se recebe esse salário.

Não vejo ninguém falar em direito individual nas infinitas injustiças e barbáries que se cometem neste País! Só estão falando em direitos individuais para defender o Sr. Cacciola, para defender um Presidente do Banco Central, porque uns "gurizinhos", uns "procuradorezinhos", de menos de 30 anos, tiveram a petulância de querer abrir as contas do Sr. Chico Lopes. Não, Sr. Presidente! Vamos respeitar os direitos individuais!

Não vi ninguém, nos Estados Unidos, invocar os direitos individuais, quando a Câmara dos Deputados pediu o **impeachment** do Presidente da República. O Senado fez uma investigação e obrigou o Presidente a falar sobre suas coisas mais íntimas, sobre sua sexualidade, sobre seu relacionamento com uma estagiária. No entanto, investigou-se. A imprensa cobrou, ele sofreu ameaças, foi às barras por quatro votos. Ninguém falou em direitos individuais: "É um problema do Presidente o seu namoro com a estagiária; o que temos a ver com isso?" Aqui no Brasil, pega-se o dinheiro do povo, vai-se ao Banco Central, faz-se o que se fez, e não se pode investigar! Como vamos investigar o Sr. Cacciola? E seu direito individual de mandar não sei quantos milhões para o exterior? Como vamos investigar o Sr. Chico Lopes? Pelo amor de Deus, ele era Presidente do Banco Central e tem não sei quantos milhões em sua conta no exterior!

Ora, meus irmãos do Supremo, vamos devagar. Direitos individuais, sim, mas não vi nenhuma decisão do Supremo exigir direitos individuais a favor dos que não têm, dos que estão precisando; a favor dos miseráveis, dos que sofrem injustiças sociais. Vamos viver e nos agarrar aos direitos individuais.

duais do Sr. Cacciola, do Sr. Chico Lopes? Vamos impedir que sejam investigados? Não estou fazendo nada, só estou pedindo para abrir as contas e mostrar os números.

É um projeto nosso. Se dependesse de nós ou da Justiça do Rio Grande do Sul... O Poder Judiciário do Rio Grande do Sul mandou uma proposta de reforma judicial segundo a qual juiz, político ou quem mexe em contas públicas não têm direito à imunidade, ao sigilo, porque suas contas devem ser abertas. As contas do Sr. Francisco Lopes deveriam estar abertas permanentemente, assim como as do Sr. Pedro Simon.

Isso é muito sério. Perdoem-me os meus amigos do Supremo Tribunal Federal. Eles estão ficando em uma posição muito delicada. Não é tão delicada a posição, porque o nosso Presidente Antonio Carlos Magalhães tem um linguagem exagerada. Não tivesse o Sr. Antonio Carlos Magalhães uma linguagem exagerada, se usasse S. Ex^a a linguagem da ponderação, da sensibilidade, se baixasse o tom, seria muito mais difícil a situação do Supremo Tribunal Federal. (*O Presidente faz soar a campainha.*) Nós diferenciamos o tom exagerado do Sr. Antonio Carlos Magalhães – e penso que S. Ex^a deve mudar -, mas o conteúdo do momento que estamos vivendo considero sério. Tão sério, que uma pessoa serena como eu, volto a repetir, serena... Posso ser impetuoso ao falar, mas sou sereno. Em 40 anos de vida pública, nunca brinquei com a dignidade de ninguém, nunca avancei no meu linguajar, nunca tive que regredir, porque digo as coisas que penso que devem ser ditas. Respeito os direitos dos outros, como quero que respeitem os meus. É neste sentido que estou falando: da linguagem serena que sempre uso no que tange a medir as palavras, quando falo na honra e na dignidade dos outros. Eu, que tenho essa linguagem serena, digo que, se o Supremo Tribunal Federal, no mérito, decidir que não podemos investigar, fechamos, paramos com a CPI e vamos analisar, interpretar o artigo da Constituição e ver o que cabe e o que não cabe à CPI.

Eu, por exemplo, vou agradecer. Tenho pertencido a todas as CPIs que temos formado no Congresso desde que estou aqui e pretendo não pertencer a mais nenhuma.

Peço apenas dois minutos para falar sobre o assunto sobre o qual falarei amanhã. Voltarei amanhã, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: o Governo deve dizer, o Presidente Fernando Henrique deve ser claro com relação ao que quer do PMDB.

O PMDB está aí. Claro que o Partido tem os seus erros e as suas qualidades. A esta altura, para o PMDB até seria uma atitude eleitoralmente positiva sair do Governo. Mas, eticamente, não seria correto. Em um momento em que o Governo atravessa uma situação difícil, uma situação de impopularidade muito grande, em uma situação em que tem de tomar decisões para realmente mudar o rumo do seu Governo, penso que o PMDB tem a obrigação de dar o seu apoio – apoio crítico, mas apoio.

Vemos nos jornais todos os dias: o ministro fulano de tal acha que o PMDB tem de cair fora. O partido tal acha que o PMDB tem que cair fora. O fulano de tal está cobrando do Presidente da República, porque entende que o Presidente da República tem que se desfazer dessa carga que é o PMDB.

Se o ambiente é esse, ele tem de ser debatido, ele tem de ser analisado com clareza. Não é bom para o Presidente, nem para o seu conceito nem para o seu Governo que isso seja levado adiante. É algo que tem de ser esclarecido. "O PMDB não nos serve, é um encargo muito grande, essa gente é muito complicada. PMDB, até logo, vá embora." O PMDB que vá embora. Alguns dizem que uns vão e outros ficam. Como aconteceu no Governo do Dr. Sarney, uns saíram e outros ficaram. O PMDB pagou caro, pagou a eleição para presidente da República. Naquela indecisão de metade ficar ou não no Governo Sarney, o Dr. Ulysses pagou a conta. Na hora da eleição, o povo deu a resposta ao Dr. Ulysses.

Esse é um problema do PMDB. Isso deve ser decidido com clareza. Não pode ser decidido pelo PSDB, pelo PFL, pensando: "Nós vamos ganhar mais". Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, parece até uma piada. Três ministérios! Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes e o terceiro nem sei qual é, nem sei ainda se é ou não ministério. Chega a ser grosseiro esse debate.

Sr. Presidente, eu volto amanhã para fazer esta análise, para demonstrar realmente o que está acontecendo, na minha opinião, com a política brasileira. Só faço uma antecipação: há seis meses, em dezembro do ano passado, eu falava desta tribuna que ia ao Programa Roda Viva. Aconteceu um debate longo entre mim e Antonio Carlos Magalhães, quando eu dizia que o PFL era um partido constituído de profissionais: Antonio Carlos Magalhães; seu filho, Luís Eduardo Magalhães – nosso querido amigo, que tanta saudade nos deixa -; Inocêncio Olivei-

ra, Líder na Câmara; Marco Maciel, Vice-Presidente da República; e Jorge Bornhausen, então Presidente do PFL. Esses eram profissionais. Jorge Bornhausen estava lá em Portugal. Eles se entendiam sem se olhar; mediunicamente eles se entendiam. Era um partido competente. Tinha que tirar o chapéu para eles. Enquanto o PMDB era uma anarquia só, os outros partidos eram uma irresponsabilidade, o PFL tinha organização.

Hoje, aconteceu uma coisa engraçada. O PFL mudou, meu querido Senador Francelino Pereira, por Minas Gerais. No PFL, o Senador Antonio Carlos Magalhães subiu demais de credibilidade, de prestígio, tanto que a imprensa divulga: "O PFL é Antonio Carlos Magalhães. Antonio Carlos Magalhães é o PFL". Subiu tanto que hoje as decisões são dele. Não é mais aquele conjunto que decide. E quem conhece, como nós conhecemos, Marco Maciel, na sua grandeza, na sua seriedade, na sua singeleza, na sua pureza, entende que Marco Maciel faz o que é próprio do seu estilo. Não.

Neste momento, se é assim, vou recuar um pouco, para ver como as coisas vão ficar, como o Senador Jorge Bornhausen e o Deputado Inocêncio Oliveira recuaram. Então, o PFL, hoje, é a figura do Sr. Antonio Carlos Magalhães.

As pesquisas mostram, em primeiro lugar, a figura do Sr. Antonio Carlos e do PFL, com não sei quantos por cento. Ele está até nas pesquisas do PMDB. Foram ver as pesquisas do PMDB e aparece lá o nome do Sr. Antonio Carlos.

Houve uma inversão no PFL. O PFL não é mais aquele partido que se entende um olhando para o outro. É o partido em que um fala – o Sr. Antonio Carlos Magalhães – e os outros vêm levando.

E, no PMDB, aconteceu uma coisa inversa: você pode discordar, você pode divergir, mas no PMDB acontece hoje algo interessante. Em primeiro lugar, o Presidente do Partido já é, para facilitar, o Líder da Bancada. Jader Barbalho é Presidente do Partido e Líder da Bancada, leva a Bancada e o Partido junto. Ele e o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados se dão às mil maravilhas, e também com o Ministro da Justiça e o Ministro dos Transportes. Dão-se muito bem. Os quatro fazem, de certa forma, como fazia o PFL, entendem-se, e deram uma demonstração de competência, inclusive, no episódio da chefia da Polícia. Na chefia da Polícia Federal, o PMDB deu uma demonstração incompetência. (O Sr. Presidente Nabor Júnior fazendo soar a campainha.)

Já encerrarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Peço a V. Exª que conclua seu pronunciamento. Seu tempo está esgotado em dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fique tranquilo, Sr. Presidente, tratarei bem o PMDB. Não se preocupe.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Há muitos oradores inscritos aguardando o término do discurso de V. Exª para iniciar seus pronunciamentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Sr. Presidente.

O PMDB agiu com competência. Coisa bonita essa que o Fernando Henrique fez – ainda tratou Fernando Henrique como na época em que eu tinha a maior intimidade com ele –, não, o Presidente Fernando Henrique fez: "Presidente faz, **mea-culpa**: essa crise é minha." Isso é um gesto bonito, gosto de ver isso, porque só os grandes homens reconhecem que às vezes erraram. Coitado daquele que não reconhece que errou. E ele errou. Quando o Ministro da Justiça levou o nome do chefe da Polícia, há dois meses, o Presidente não poderia deixar, nesse período, um nome sem dizer sim ou não. E o Chefe da Polícia ficou dois meses como interino. E, como interino, agiu muito bem, obrigado. Saiu-se bem. De repente, porque entrou fulano, beltrano, o Chefe da Casa Militar... Apareceu um outro nome, e deu a confusão que deu. O Presidente não tem culpa na indicação do nome. Eu digo da tribuna: culpa tem o Chefe da Casa Militar. Há um órgão especial para isso, que devia fazer a investigação e ver o que existia com relação ao outro nome. E saber – não importa – se é verdade ou mentira. O comentário que existia; os fatos que existiam, ele deveria ter levado ao Presidente e não levou. Se tivesse levado ao Presidente, ele não teria indicado.

Errou o Presidente na hora de indicar, ao dizer: "Eu indico, mas vou pedir para investigar". Não. Se ia pedir para investigar, não indicasse. Investigue e indique depois. Mas, teve categoria na hora de demitir. E está fazendo agora, Sr. Presidente, o que deveria ter feito desde o início.

Estão reunidos o Presidente da República e o Ministro da Justiça. Da conversa dos dois, vai sair o Diretor da Polícia Federal. Se é o Presidente que vai impor ou não, é problema dele; se vão se acertar ou não, é um problema deles. Se o Presidente da República disser: "É o João!" O Ministro ou aceita esse João ou diz que vai embora. Mas, não deve o Chefe da Casa Militar, nem outro ministro qualquer, dar palpites.

Aliás, falando sobre esta matéria, li em um jornal que a Senadora Emilia Fernandes, do meu Estado, apresentou um projeto determinando que o Diretor da Polícia Federal, assim como se faz com o Procurador-Geral da República, passe por esta Casa e tenha o seu nome aprovado pela Casa por dois anos. Vou votar a favor pois penso que seja um belo projeto. Se o Procurador-Geral da República passa por esta Casa, é investigado por esta Casa; tem seu nome debatido por esta Casa e é aprovado para um mandato fixo de dois anos, por que o Chefe da Polícia Federal, um cargo até mais importante do que o outro não passaria?

Para mil casos em que o Diretor da Polícia Federal age, um vai parar na mão do Procurador; e, de cada mil casos que param na mão do Procurador, novecentos são engavetados. Então, cá entre nós, é muito mais importante sabermos quem é e como age o Diretor da Polícia Federal.

Penso que, agora, está certo. Vai sair o nome, e o Partido agiu com muita categoria; agiu e está agindo com muita serenidade, neste momento em que a manchete nº 1 dos jornais é "O PDSB acha que o PMDB deve cair fora", porque o Governador de um Estado do Nordeste acha que tem colocar o PMDB para fora, porque não sei mais o quê, etc.

Penso que temos de nos sentar à mesa. O Presidente da República é quem decide, é quem tem de decidir se interesse ou não a presença do PMDB no Governo. Esse discurso eu o farei amanhã. Se houver uma outra oportunidade depois de amanhã, vou me dirigir ao querido Senador do Rio de Janeiro pelo PSDB, pois as manchetes estão dizendo que o Governador Mário Covas está afirmado que mudará a orientação do seu Governo. S. Ex^a. está indo para a centro-esquerda; quer deixar e quer, de certa forma, fazer o outro lado do reverso do Governo de Fernando Henrique.

Então, em oposição à aliança neoliberal do Governo do Presidente Fernando Henrique, de que tanto se falava, que se supunha ser uma aliança que vinha para durar, o Sr. Governador de São Paulo está a dizer que quer fazer uma aliança da socialdemocracia com os partidos de esquerda. É uma outra tese que, segundo penso, deverá ser derrotada aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, Projeto de Decreto Legislativo que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 135, DE 1999

Susta o Decreto do Poder Executivo Federal, de 23 de maio de 1997, que "Autoriza a cisão de Furnas – Centrais Elétricas S/A, altera o objeto social da NUCLEN – Engenharia e Serviços S/A, autoriza a transferência da autorização da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Decreto do Poder Executivo Federal, de 23 de maio de 1997, que "Autoriza a cisão de Furnas – Centrais Elétricas S/A, altera o objeto social da NUCLEN – Engenharia e Serviços S/A, autoriza a transferência da autorização para construção e operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e dá outras providências".

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artigo 49 da Constituição Federal, em seu inciso V, determina que é da competência exclusiva do Congresso Nacional "sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". O inciso XIV acrescenta ainda que é da competência exclusiva do Congresso Nacional "aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares".

Em novembro de 1996, apresentei o Projeto de Decreto Legislativo nº 107/96, que sustava os efeitos de um Protocolo Prévio de cisão de Furnas. O referido Protocolo Prévio de Cisão, com incorporação de ativos e passivos, vinculados ao sistema termonuclear, que fazem Furnas Centrais Elétricas S.A e Nucleen Engenharia e Serviços S.A., destinava-se a permitir a privatização de Furnas. À época justifiquei assim o meu projeto:

Nas palavras do Protocolo, "as usinas nucleares Angra I, Angra II e Angra III são de propriedade de Furnas, sendo a exploração dos serviços e instalações nucleares, por força de mandamento constitucional, de reservada competência da União Federal, cabendo, consequentemente, promover-se a transferência dos ativos e passivos vinculados a essas operações para a Nucleen, de modo a permitir a privatização da primeira, atendendo ao que determina a Resolução nº 15, de 9 de julho de 1996, do Conselho Nacional de Desestatização".

Diz também o Protocolo que "a Nuclen é uma sociedade de economia mista constituída para exercer os serviços de engenharia pertinentes às Usinas Termonucleares que serão implantadas no País, sendo-lhe conferido, como atributo institucional, o desenvolvimento de tecnologia nacional, a realização de projetos dirigidos à construção, montagem e comissionamento do empreendimento de geração nucleoelétrica".

Diante de medidas de tamanha repercussão para o setor nuclear e para o modelo energético nacional, é difícil compreender que uma modificação de tão alta relevância venha passar à revelia do Congresso Nacional. Por muito menos, por se tratar de questão nuclear, a transferência dos financiamentos de Angra III para Angra II, que não alterava em absoluto qualquer concepção estratégica estabelecida, passou democraticamente pelo crivo do Congresso Brasileiro.

Por outro lado, mesmo que se esteja totalmente de acordo com a privatização de Furnas, há que se avaliar, cuidadosamente, as implicações dessa transferência para a energia nuclear. Sabemos todos que a indisponibilidade financeira da União e a falta de recursos para atender as prioridades sociais deste País constituem uma das principais justificativas para o estímulo à participação de recursos privados no setor elétrico. É preciso, no entanto, averiguar se a mudança proposta no Protocolo não irá comprometer o atendimento da demanda por energia elétrica, uma vez que o País está ameaçado de sofrer uma crise de abastecimento de energia ainda no curto prazo.

Como descreve bem o documento produzido pela Associação Brasileira de Energia Nuclear - ABEN a partir das discussões a respeito da Resolução nº 15 do BNDES, que determina a transferência de ativos e passivos de Furnas para a Nuclen, "após um longo período de incertezas para o setor, o ano de 1995 apresentou uma série de aspectos positivos, destacando-se o início da montagem eletromecânica de Angra II. Entretanto, este fato, bem como a operação de Angra I, cercada de questionamentos político-sociais que requerem freqüentes ações de inserção regional, de elevados custos financeiros, só são possíveis através da existência de uma sólida retaguarda econômica hoje propiciada por Furnas, que por sua característica de grande geradora nacional consegue operar usinas dentro de um parque diversificado, sem impacto no sistema".

"A discretização das atividades de geração nucleoelétrica, junto a uma nova empresa que não disponha das características de concessionária de serviços públicos, no momento de transição do modelo do setor elétrico, em que se encontram indefinidos os futuros direitos e obrigações dos agentes envolvidos, em termos de contrato de suprimento, transmissão de energia, formas e amplitudes da privatização das empresas federais e política tarifária, pode colocar em risco a continuidade da construção de Angra II e, o que é pior, a confiabilidade operacional de Angra I."

A história nos alerta para os perigos da cisão proposta. Em 1981, a atribuição da construção das unidades nucleares foi passada para uma empresa especificamente dedicada ao setor nuclear - Nuclebrás, mas a carência de recursos financeiros frustou a obtenção de resultados, retornando as atividades para a responsabilidade de Furnas, em 1988, com prejuízos financeiros. A nova Nuclen será uma empresa com forte dependência de recursos governamentais e sabemos todos que o Governo Federal sempre estará sujeito a pressões políticas e econômicas, com possibilidades de não honrar seus compromissos.

O Congresso deve poder avaliar a existência de fontes de recursos para custeio e investimento, para que não surjam paralisações de consequências catastróficas. O crescimento de carga que ocorre atualmente, aliado à condição meteorológica provável, permite prever que Angra I e Angra II daqui para o futuro serão necessárias, operando a plena carga. Já se foi o tempo em que o sistema hidráulico, sem complementação térmica na base, atendia a demanda, inclusive nos momentos de pico de carga.

Por todas essas razões, acreditamos ser imprescindível que essa matéria, de importância estratégica para o País, seja cuidadosamente discutida e analisada pelo Congresso Nacional."

Transcorridos mais de dois anos da apresentação do projeto, este foi arquivado por falta de apreciação por esta Casa em tempo hábil, foi trazido à minha consideração que a exorbitância do poder de regulamentar por parte do Executivo Federal atingiu a esfera de um ato normativo mais concreto, qual seja, um decreto presidencial que autoriza a execução do processo de cisão de Furnas S/A, e a transferência para a Nuclen S/A da prerrogativa de construção e operação da Central Nuclear Almirante Alvaro. De forma a atingir alguns dos objetivos precon-

nizados pelo retrocitado Protocolo Prévio de cisão de Furnas.

Portanto, mantenho com esta proposição a intenção manifestada no PDL nº 107/96, no sentido de resgatar neste Projeto de Decreto Legislativo a competência e a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para o exame e a apreciação do teor do decreto presidencial, previstos na Lei Maior, em seu artigo 49, inciso XIV, **ipsis literis**: "XIV – aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;"

Para tanto, solicito a meus ilustres pares o apoio para a apreciação deste projeto, cujo conteúdo exige exame profundo e célere do Congresso Nacional.

Sala das sessões, 21 de junho de 1999. – Senador **Pedro Simon**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
*Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

.....
XIV – aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

.....
*EC 19/98.

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 1997

Autoriza a cisão de Furnas – Centrais Elétricas S.A., altera o objeto social da NUCLEN – Engenharia e Serviços S.A., autoriza a transferência da autorização para construção e operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 21, inciso XXIII, da Constituição; no art. 10 da Lei nº 6.189; de 16 de dezembro

de 1974, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989, e no art. 1º do Decreto nº 1.503, de 25 de maio de 1995, decreta:

Art. 1º Fica autorizado a cisão de Furnas Centrais Elétricas S.A., subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, na conformidade do disposto no art. 26 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para desmembramento do acervo referente à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto:

Parágrafo único. O acervo vinculado à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, desmembrado na forma autorizada neste Decreto, será transferido à Nuclen – Engenharia e Serviços S.A., constituída nos termos do Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, observadas as formalidades da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para fins de exploração, nos termos do art. 21, inciso XI, da Constituição.

Art. 2º A Nuclen – Engenharia e Serviços S.A. passa a ter o seguinte objeto social:

"A Nuclen terá por objeto social a construção e operação de usinas nucleares, a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica delas decorrente e a realização de serviços de engenharia e correlatos, compreendendo:

I – obtenção de toda a tecnologia relacionada à Companhia, em especial a relativa ao Sistema Nuclear Gerador a Vapor;

II – desenvolvimento, no Brasil, da capacidade de projeto e engenharia de usinas nucleares, pela subcontratação de outras empresas brasileiras de engenharia, para completar os serviços da Companhia;

III – promoção da indústria brasileira para fabricação de componentes para usinas nucleares."

Art. 3º Fica autorizada a transferência, de Furnas Centrais Elétricas S.A. para a NUCLEN – Engenharia e Serviços S.A., da autorização para operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, localizada no Município de Angra dos Reis, Estado, do Rio de Janeiro, bem como para implantação das unidades complementares, para fins de geração de energia elétrica.

Art. 4º O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE e a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, após a realização das Assembléias Gerais Extraordinárias de Furnas e da

Nuclen, que concluirão os processos de cisão e incorporação, baixarão os atos complementares de natureza regulamentar para o cumprimento deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de maio de 1997; 176º da Independência e 109º da República. **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Raimundo Brito**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O projeto lido será publicado e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra, por cinco minutos, à Senadora Heloisa Helena, para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu certamente não entraria nesse debate não fosse a finalização do discurso do meu querido companheiro de Casa, Senador Eduardo Siqueira Campos, que, na tentativa de defender o Presidente do Senado, acabou errando ao dizer que o Presidente do meu Partido, Deputado José Dirceu, não tinha autoridade moral para fazer nenhuma crítica ao Presidente desta Casa.

Eu gostaria de ler a nota completa, assinada pelo Presidente do PT, para evitar que o debate, como é feito na casa, passe à opinião pública a impressão de que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos completamente de acordo com tudo o que vem do Supremo, inclusive com aquilo que, efetivamente, impede as ações e até o exercício das prerrogativas constitucionais da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A nota do PT é muito clara. O PT não concorda com as decisões relacionadas às CPIs emanadas do Supremo Tribunal Federal e estará apoiando todos os recursos legais e medidas legislativas cabíveis, pois não pode calar-se, sob pena de compactuar com tentativas autoritárias de se submeter um Poder ao outro.

Promovemos um debate nesta Casa, ainda por ocasião do **habeas corpus** concedido ao Sr. Chico Lopes, no sentido de que pudéssemos aprimorar a Constituição e o Regimento Interno da Casa, estabelecendo que as Comissões Parlamentares de Inqué-

rito tivessem todo um suporte legal no sentido de agir como autoridade judicial.

A nota, relacionada ao Presidente desta Casa, trata especialmente de mais um dos comportamentos que vêm sendo assumidos por S. Ex^a, em relação a vários outros episódios, onde, claramente, tem se comportado, muitas e muitas vezes, como se fosse o dono da Nação brasileira, o grande xerife da Nação brasileira, a pessoa com autoridade de criticar todas as outras, com autoridade de criticar ora o Supremo, ora qualquer um da Justiça, ora o Presidente da Câmara Federal.

Efetivamente, o que estamos trabalhando nessa nota quanto à autoridade moral se deve ao fato de que nos causa estranheza que o Presidente da Casa tenha alegado que o Ministro que concedeu a liminar serviu à ditadura militar e ao Governo Collor, já que S. Ex^a também serviu à ditadura militar e ao Presidente Collor. Portanto, neste particular, não teria autoridade moral para criticar os outros no que se refere a fatos passados.

É de fundamental importância que esta Casa faça todas as críticas necessárias aos magistrados, inclusive ao Supremo Tribunal Federal, que hoje é alvo de inúmeras reclamações. Saliento que aquela Corte foi livrada pelo próprio Presidente da Casa de ser um dos objetos de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata do Judiciário. Era até importante que isso fosse feito.

Não entrarei em nenhum debate sobre qual deles é o mais corrupto, ainda porque, há muito tempo, aprendi que, por trás de muitos magistrados corruptos, certamente há um político corrupto dando sustentação às sentenças corruptas que, não raro, são proferidas pelo Judiciário. Dificilmente, uma sentença é viciada; dificilmente a ação de um juiz é viciada se não tiver, efetivamente, um político corrupto para lhe dar sustentação e guarida.

A nota do Presidente do PT não trata especialmente desse tema, mas de todo o desequilíbrio que se verifica no País, e a necessidade, hoje, da independência do Congresso Nacional, da independência de todas as forças políticas, da obrigação que temos de tratar esse tema, quer seja em relação ao Judiciário, quer seja em relação ao Poder Executivo, com a independência e com a cautela necessárias.

Entretanto, não podemos aceitar que, à luz de qualquer divergência, à luz de qualquer opinião contrária à visão do Presidente do Senado, imediatamente S. Ex^a se ponha no lugar de xerife da Nação

brasileira, quiçá do mundo, e comece a ameaçar os outros – jornais, jornalistas, o Presidente da Câmara – e a ameaçar de mudanças a própria legislação, falando mesmo em mudar a Constituição em relação ao Supremo, simplesmente porque este adotou posição diferente da que S. Ex^a. imaginava devesse ter.

Portanto, é de fundamental importância que aprimoremos a Constituição. Não podemos aceitar, sob pena inclusive de abrir mão da tarefa mais nobre que o Congresso tem e que não vem sendo cumprida nem pelo Congresso nem pelo Senado: a fiscalização do Poder Executivo. Ora, se se fiscalizasse o Poder Executivo, efetivamente o Brasil não estaria mergulhado em escândalos nem sendo destruído do jeito que está. Então, temos que aprimorar a legislação para garantir que o Senado, que o Congresso cumpra com sua tarefa extremamente nobre de fiscalizar os atos de quem quer que seja.

Se, por um lado, não podemos abrir mão das Comissões Parlamentares de Inquérito, inclusive como a Constituição prescreve, com as prerrogativas de autoridade judicial, de outro, também não podemos abrir mão de um princípio democrático: que a legislação não seja feita simplesmente de forma caçústa, atendendo uma ou outra personalidade política deste País.

A nota, meu querido Senador Eduardo Siqueira Campos, trabalha efetivamente em relação a isso, e não em relação a um tema específico sobre o Supremo, sobre uma liminar do Supremo em relação a uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Discutimos a decisão dada; queremos preservar a Comissão Parlamentar de Inquérito; queremos preservar a tarefa nobre que o Senado tem, que é a de fiscalizar, da qual abre mão. Não fiscaliza efetivamente, como tem a obrigação de fazê-lo, mas ao menos no momento em que quer fiscalizar, por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito, que possamos mudar a legislação para possibilitar isso. Não podemos aceitar, todavia que alguém queira ser xerife da Nação brasileira e tenha a ousadia de ameaçar, dizendo que vai modificar a Constituição simplesmente para ver as suas principais necessidades atendidas.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL, uma vez que não pude oferecer à parte

porque se tratava de uma comunicação inadiável. Solicito que V. Ex^a determine o uso da palavra pela Liderança, da qual ocupo a posição de Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Tem a palavra V. Ex^a pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL

– TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acresto que de uma coisa nenhum Senador ou cidadão brasileiro irá discordar: não fosse a coragem e o sentimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, não teríamos a CPI do Judiciário para discutir. Possivelmente, não teríamos sequer reforma aprofundada do Poder Judiciário deste País. S. Ex^a, quase que de forma solitária, carregou o assunto por meses a fio, reuniu elementos e veio à tribuna desta Casa. Muitos, até mesmo dentro de partidos que são integrados e que costumam promover coligações, discordavam. E ninguém, em sã consciência, pode fazê-lo com relação ao relevante serviço que prestou ao abordar o tema. Até mesmo o Poder Judiciário, que se está vendo livre daquela parte indesejável.

O que eu trouxe, minha cara e admirada Senadora Heloisa Helena, é a palavra do Partido da Frente Liberal por intermédio de um de seus Senadores, mesmo de um integrante deste Poder, que também não identifica, nem no PT -, com todo o respeito que tenho por este Partido – nem na pessoa de seu Presidente, qualquer autoridade moral para, dizer ou abordar com críticas o comportamento do Presidente desta Casa e membro do nosso Partido. Afinal de contas, uma das principais delas é de que S. Ex^a estava desestabilizando a Nação. No meu entendimento, quem desestabiliza a Nação é quem pede a renúncia do Presidente da República, embora isso seja uma prerrogativa do partido político. É da luta, da democracia. Discordamos mas aceitamos. Agora, Sr. Presidente, falar do destempero verbal, V. Ex^a há de convir comigo que, se nós formos recorrer às notas taquigráficas para ver o que já foi dito do Presidente da República, das ações como um todo, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, de longe, pode ser considerado, talvez, o mais veemente.

Portanto, dizer que S. Ex^a está desestabilizando a Nação, eu diria que entendo muito mais desestabilizante a ação do Presidente, Deputado José Dirceu, pregando a renúncia do Presidente da República, do que a do Presidente do Senado. Portanto, o que se trata, na verdade, é de que nós não aceita-

mos, nós não concordamos, e o Partido da Frente Liberal, em hipótese alguma, aceitará normas de conduta ou críticas, porque, afinal de contas, nós respeitamos o papel, o direito que tem o Partido dos Trabalhadores de se manifestar acerca de todos esses assuntos. Agora, estaremos aqui para assinalar nosso ponto de vista de que, se não fosse a posição intransigente do Presidente Antonio Carlos Magalhães, nós não teríamos a CPI do Judiciário.

Portanto, Sr. Presidente, de forma alguma nós concordamos com as críticas a S. Ex^a. Nós não fazemos coro ao conflito entre os Poderes, nós não desejamos ver a crise institucional, mas exatamente atos de coragem, da força, daquele que mais tem autoridade moral. O que S. Ex.^a disse, interpreto eu, com relação a mudar a Constituição Federal, acabei de fazer uma entrevista no mesmo sentido. Se ficar decidido, de mérito, pelo Supremo Tribunal Federal, que nós não temos o poder de investigar o sigilo bancário, aí vou concordar mais uma vez com o nosso Presidente. Nós haveremos de mudar a Constituição Federal, e isso não é uma ameaça, isso é uma constatação.

Sr. Presidente, a nota diz que o Senador Antonio Carlos Magalhães não tem autoridade moral para fazer crítica. No meu entendimento, ele tem. Das suas críticas, muitas reformas foram feitas neste País. Eu não identifico em partido político qualquer, em líder ou presidente de partido, em nenhum deles, nenhuma autoridade para criticar não o Presidente desta Casa, mas esse membro do nosso Partido, do qual muito nos orgulhamos.

Portanto, fica aqui registrada a nossa posição intransigente de que destempero verbal não é algo pelo qual se possa acusar o Presidente do Congresso Nacional – ainda mais de quem vem. Porque, afinal de contas, pregar a renúncia do Presidente da República, Sr. Presidente, é muito mais grave para a estabilidade nacional do que qualquer outra ação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, antes de iniciar o pronunciamento referente ao assunto que trouxe para falar nesta tarde, gostaria de comentar dois aspectos do discurso que o Senador Pedro Simon acabou de realizar.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, na verdade, o PFL continua um Partido estruturado, organizado, tem uma direção. Presidido pelo Senador Jorge Bornhausen, tem dois grandes Líderes, o Senador Antonio Carlos Magalhães e o vice-Presidente Marco Maciel. Somos um Partido que trabalha em conjunto. Somos, talvez, o único Partido político cuja Executiva se reúne, toda quinta-feira, às nove horas, para analisar a conjuntura e diversos aspectos políticos do nosso País, às vezes com a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, às vezes com a presença do vice-Presidente Marco Maciel ou dos Deputados e Senadores que tenham algum problema para resolver em seus Estados. O Senador Francelino Pereira, um dos nossos vice-Presidentes, está sempre presente.

Então, acredito que o Senador Pedro Simon pode continuar com aquela admiração que diz ter pelo PFL, porque ele continua sendo um Partido profissional, que procura interpretar o seu pensamento cada vez melhor.

Em segundo lugar, quanto a essa divergência com o Supremo Tribunal Federal em relação às CPIs, gostaria de dizer que, há muito tempo, desde quando era Deputado Federal, sempre soube que CPI podia quebrar sigilo bancário. Não sabia que havia dúvidas legais, jurídicas e constitucionais sobre esse fato.

Não só as CPIs mais importantes, como a que derrubou o Presidente Collor, como a CPI do Orçamento, mas todas quebraram o sigilo bancário. As pessoas recorreram ao Supremo Tribunal Federal e nunca uma liminar foi concedida; nada foi feito que impedisse a quebra de sigilo bancário. E tudo era divulgado, pois aqui no Congresso Nacional – sabemos – é muito difícil guardar segredo, pelo número excessivo de pessoas que tem acesso aos documentos. Na verdade, nunca soube que tenha havido qualquer dúvida quanto à quebra de sigilo bancário ou a outras questões discutidas nessa emenda. O que me chama a atenção, nesse caso, é que isso ocorre exatamente quando existe uma CPI do Judiciário em andamento. Sabemos que as liminares foram concedidas em relação à CPI do Sistema Financeiro. Mas sabemos que a CPI do Judiciário será indiretamente beneficiada com a impossibilidade da quebra de sigilo bancário de juízes, promotores, etc. Realmente, é um aspecto que não havia sido levantado – pelo menos não vi. É grave o fato de o Supremo Tribunal Federal ter concedido a liminar exata-

mente no momento em que existe uma CPI do Judiciário sendo discutida nesta Casa.

Eram esses os dois aspectos que gostaria de levantar neste momento, Sr. Presidente.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Nobre Senador José Jorge, entendi perfeitamente a argumentação de V. Ex.^a Gostaria apenas de acrescentar um outro aspecto. É que esta liminar incidiu, como V. Ex^a muito bem ressaltou, não sobre a CPI do Judiciário, mas sobre a CPI do Sistema Financeiro. Ocorre que o sistema financeiro – e isso também é fruto das observações que agora estamos tendo pelo trabalho da CPI – tem um poder a latere, um poder quase acima dos poderes. O sistema financeiro é algo que não pode ser tocado, porque, se o for, gera riscos enormes, gera riscos sistêmicos, gera riscos de caos econômico. E são interesses gigantescos que giram em torno do sistema montado no Brasil, como, aliás, em toda parte do mundo. Os interesses em jogo são muito mais fortes do que à primeira vista poderíamos avaliar. E esses interesses estão-se refletindo em comentários na grande imprensa do nosso País. Infelizmente, grandes órgãos, prestigiosos órgãos de imprensa estão atacando a CPI dos Bancos, exatamente porque ela está entrando a fundo em determinados aspectos do funcionamento do sistema financeiro que não deveriam ser tocados, porque podem gerar riscos muito grandes e afetar interesses que estão acima do que, à primeira vista, podemos imaginar. Então, além do aspecto que V. Ex^a ressaltou muito bem, de que há uma tensão gerada pela existência da CPI do Poder Judiciário, há uma outra razão que pode ser mais forte – a meu juízo, por exemplo, é mais forte: o fato de que a CPI dos Bancos está atingindo interesses fortíssimos do sistema financeiro. Isso reflete na nossa imprensa, vem o comentário, e os juízes do Supremo Tribunal não deixam de ser influenciados pelos comentários da nossa grande imprensa. Espero a decisão equivocada de um Ministro que concedeu a liminar venha ser refeita, colocada nos termos corretos no exame do mérito da questão. É importante discutirmos o assunto nesta Casa, até para alertar a consciência dos demais Ministros, que vão julgar a liminar, que vão julgar o mérito da questão. V. Ex^a tem razão ao apontar que existe essa tensão. Mas é pre-

ciso acrescentar que o Congresso, o Senado em particular, tem o dever de entrar na fiscalização mais profunda dos mecanismos do sistema financeiro nacional.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Hoje quero falar sobre um fato que aconteceu na semana passada e que considero bastante importante para o nosso País. Refiro-me às licitações na área de petróleo.

Como sabemos, durante 45 anos, quase 50 anos, era monopólio estatal a exploração de petróleo. Hoje em dia, a Petrobrás produz 1,2 milhão de barris por dia, ou seja dois terços do consumo nacional, que é em torno de 1,8 milhão de barris. Produzimos internamente dois terços do nosso consumo e importamos um terço do consumo nacional de petróleo.

Durante muito tempo, a Petrobrás ficou sozinha no mercado de exploração. Aliás, ainda está. Mas, no Congresso, nos últimos anos, principalmente nos últimos cinco anos, tem sido discutida a quebra do monopólio estatal do petróleo. Foi aprovada uma emenda constitucional; depois foi aprovada uma lei regulamentando as novas relações. Foi criada a Agência Nacional do Petróleo. Tudo isso está começando a funcionar. E talvez o fato mais importante tenha acontecido esta semana.

Para iniciar efetivamente o processo, o Governo colocou em licitação vinte e sete áreas para serem exploradas por empresas nacionais, estrangeiras ou pela própria Petrobrás. Dessa licitação participou um grande número de empresas estrangeiras, participou boa parte das maiores empresas de petróleo do mundo. Doze áreas foram vendidas; cinco à própria Petrobrás. Algumas sozinhas e outras em conjunto com empresas privadas. Vamos iniciar, a partir de agora, uma nova etapa na política de exploração do petróleo em nosso País.

A licitação transcorreu com tranquilidade – não houve nem os tumultos que costumam ocorrer nas licitações de privatização. Umhas áreas foram vendidas; outras não. Umhas tiveram alto ágio; outras não. A Petrobrás ganhou umas; não disputou outras. Enfim, aconteceu tudo aquilo que normalmente poderia acontecer no processo. Foi importante verificar que nem toda área era boa. Em algumas áreas, nenhuma empresa entrou. Em outras, houve concorrência. Na verdade, a licitação foi bastante equilibrada.

A partir de agora, haverá uma série de vantagens para o País na exploração de petróleo. Em primeiro lugar, haverá um aumento dos investimentos em exploração de petróleo. Hoje em dia, a Petrobrás perfura menos de 900 poços de petróleo por ano. Quanto mais poços forem perfurados, evidentemente, maior a probabilidade de encontrar petróleo. Perfurando 900 poços por ano, o investimento é relativamente pequeno em relação ao tamanho da bacia brasileira, que é enorme, uma das maiores do mundo. Com a entrada das empresas estrangeiras, e das empresas nacionais que poderão vir em seguida, teremos a possibilidade de perfurar 2 mil poços de petróleo por ano. Portanto, dobraremos a nossa capacidade de investimento e, consequentemente, nossa possibilidade de encontrar petróleo. Esse é um modelo probabilístico, segundo o qual quanto mais se procura, maior é a probabilidade de encontrar. Quanto mais poços são perfurados, maior a possibilidade de achar petróleo. Com o aumento na capacidade de investimento, teremos, certamente, uma maior quantidade de poços de petróleo produzindo para o nosso País.

Em segundo lugar, será possível atender à demanda nacional. A idéia é a de que em 2004 estejamos produzindo cerca de 1.500 milhão de barris por dia. Estamos nos aproximando, cada vez mais, do atendimento da meta de auto-suficiência. E não é uma meta nacional, pois se a importação de petróleo tornar-se muito pequena, essa poderá ser feita com troca de mercadoria, com exportação de bens que o Brasil produz. De qualquer maneira, no momento, estamos com 35% de importação. E ainda bastante forte em relação à nossa balança de pagamento.

Em terceiro lugar, se os 600 mil barris que compramos no exterior passarem a ser produzidos no Brasil, esses empregos na produção de petróleo serão para o Brasil e será possível ter uma quantidade maior de brasileiros trabalhando nesse segmento. Centenas de milhares de empregos serão criados, não só diretamente da indústria de petróleo, mas também na indústria de produção de bens e de serviços, que atenderão às empresas que irão explorar o petróleo. Na licitação, a propósito, as empresas são obrigadas a um percentual mínimo a ser adquirido no mercado nacional. Portanto, milhares de empregos serão criados, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, onde está a maior bacia de exploração de petróleo, que é a bacia de Campos.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ofereço o aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador José Jorge, concordo plenamente com V. Ex^a quando em seu discurso registra a importância desse ato que o País viveu nos últimos dias. Infelizmente, talvez embotado pela discussão política que envolveu o Congresso, o Supremo Tribunal e as CPIs, a classe política não deu a importância necessária ao fato que, na verdade, culminou a decisão política desta Casa de abrir o mercado de petróleo e de possibilitar a ampliação da produção, pela inserção de novas empresas na exploração do petróleo brasileiro. Sem dúvida alguma, trata-se de um fato de extrema importância econômica e social de profundidade, como V. Ex^a registra em seu discurso. Parabenizo o Ministério de Minas e Energia e a Petrobrás pela condução desse trabalho, pelo resultado do leilão, a primeira de uma série de aberturas que virão e proporcionarão geração de empregos, menor dependência do petróleo externo, mas sobretudo modernidade, pelas novas tecnologias, num momento em que o País precisa ter sua agenda positiva reforçada por meio de atividades produtivas. Parabenizo o Governo por sua ação e V. Ex^a que, no meio de todo o debate político com outras questões, pinça um tema tão importante e o traz a esta Casa nesta tarde. Meus parabéns!

O Sr. Paulo Souto (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Souto.

O Sr. Paulo Souto (PFL – BA) – Senador José Jorge, expresso minha enorme satisfação ao ver esse assunto abordado, por todos os motivos a que V. Ex^a se referiu e também pelo que acaba de juntar o Senador Romero Jucá, ou seja, a sensibilidade para também trazer a esta Casa assuntos positivos para este País. Destaco um ponto no qual ninguém acreditava há dois ou três anos: tivemos uma empresa estatal disputando o leilão – como aliás é do espírito da nova política brasileira –, em igualdade de condições com todas as outras empresas, fazendo valer, assim, uma característica nova.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E ganhando.

O Sr. Paulo Souto (PFL – BA) – E algumas ganhando, o que é importante, fazendo valer, portanto, uma característica nova dessa política energética a que estamos assistindo no setor de petróleo. Além disso, dentro desse espírito de também trazer aqui fatos positivos, não podemos deixar de assina-

lar dois aspectos importantes, embora talvez já tenham sido aqui focalizados: primeiramente, o contrato excepcional que colocou a Embraer no rol de uma das maiores empresas do mundo na área de aviação. É um contrato bilionário, que pode fazer com que essa empresa seja futuramente uma das maiores exportadoras de bens de alta tecnologia, portanto um avanço enorme da indústria brasileira. Uma outra notícia importante para nós, do Nordeste, mas sobretudo para todos os brasileiros é a confirmação de uma grande multinacional no setor automobilístico, a Ford, que realizará um projeto no Brasil, na Bahia. De modo que são três notícias, todas elas extremamente indicativas de uma grande confiança de investidores no Brasil. Congratulo-me com V. Ex^a, que hoje focaliza este assunto no Senado. Muito obrigado.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Senador José Jorge, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Senador José Jorge, no que se refere ao terceiro ponto positivo ressaltado por V. Ex^a, a geração de renda e emprego no território nacional, decorrente da exploração do petróleo, acrescento que cabe ao Governo – e está faltando, ao meu juízo – uma política de desenvolvimento da indústria brasileira fornecedora de equipamentos de exploração de petróleo. Essa indústria existe e é hoje altamente qualificada, pronta para atender a um percentual muito maior do que aquele resultante das licitações, que atingiram cerca de 20%. A indústria nacional tem condições de fornecer mais de 50%, em alto nível de qualificação e com custos adequados, mas atualmente está submetida a um **handicap** negativo, porque os fornecedores estrangeiros estão gozando de isenção pelo processo de importação temporária, em que não se paga imposto nenhum. Além disso, eles são financiados pelos bancos internacionais a juros muito mais baixos do que aqueles obtidos pela indústria nacional no mercado financeiro interno. Então, é preciso que o Governo estabeleça uma política de favorecimento à indústria nacional ou de criação de condições mínimas de igualdade com as condições que têm os fornecedores estrangeiros. A produção de petróleo é importante – não vou absolutamente negar –, porém países altamente produtores de petróleo, como os países do Oriente Médio ou a Venezuela, por exemplo, não foram capazes de suscitar o desenvolvimento de uma indústria de suporte a essa exploração. Essa indústria também precisa de um

programa, de um plano de desenvolvimento para poder se capacitar, atendendo à demanda de suprimento e gerando emprego e renda na proporção em que é capaz. É preciso que juntemos nossas vozes para demandar do Governo Federal uma política. Parece que este Governo tem certa aversão a políticas de desenvolvimento setorial ou industrial, parece que aboliu tudo isso, mas é preciso ressuscitar políticas que deram grandes resultados em passado até recente e que agora são extremamente oportunas com o desenvolvimento da indústria do petróleo. É absolutamente lícito e justo, e há condições. Então, apelo a V. Ex^a que incorpore em seu pronunciamento a necessidade do apoio decidido do Governo à indústria nacional, supridora de bens e equipamentos para a exploração de petróleo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Roberto Saturnino, creio que V. Ex^a tem razão. A abertura que se deu no mercado e o fato de haver outras empresas não estatais farão com que haja uma necessidade de maior explicitação dessa política. Quando se faz uma política apenas para uma empresa estatal, é como se ela estivesse incluída na própria gerência da empresa. Agora, não; temos outras empresas. Essas empresas e essa demanda gerarão uma oferta. Tenho certeza de que o Rio de Janeiro, Estado representado por V. Ex^a, será um dos principais beneficiários dessa política, exatamente porque nele está a maior bacia, a maior produção, ou seja, 75% dela. Lá está a maior capacidade de fabricação de todos esses equipamentos da área petrolífera. Com essa abertura do mercado de petróleo, de certa maneira devolveremos ao Estado do Rio aquele processo de desenvolvimento que o Brasil lhe tirou quando da mudança da Capital. Isso não deixou de ser um castigo para uma cidade que vivia como sede do Governo. Agora, o Rio de Janeiro deixará de ser a capital da burocracia federal para ser a capital do petróleo. E será melhor, porque creio que seja melhor ser capital do petróleo do que ser capital da burocracia.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Nobre Senador José Jorge, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Sr. Presidente. Vou encerrar.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador José Jorge, gostaria apenas de agregar uma informação, pelo que disse o Senador Roberto Saturnino

e V. Ex^a: o Governo brasileiro agiu com rapidez e, independentemente dos limites mínimos de nacionalização, o BNDES já colocou à disposição uma linha de financiamento de mais de R\$2 bilhões, exatamente para financiar as empresas brasileiras nesse processo de competição e fornecimento de equipamento. Portanto, além da abertura, o Governo brasileiro, por intermédio do BNDES, agiu com presteza e competência e está colocando recursos para financiar e propiciar a competitividade da indústria brasileira.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente. O BNDES terá uma linha específica para essa questão. Como o Senador Roberto Saturnino falou, além da linha de financiamento, há que haver também uma política, para que essa linha seja bem usada, porque senão ela pode ser mal utilizada.

Para encerrar – já que o Presidente está me avisando de que já passei dois minutos do meu tempo -, teremos também a possibilidade de desenvolvimento de novas tecnologias, mais do que temos hoje. Teremos também os **royalties** resultantes da intensificação da produção do petróleo, que beneficiarão os Municípios, os Estados e o Governo Federal onde essa produção for localizada. Por último, poderemos viabilizar poços menores, que muitas vezes seriam inviáveis para uma empresa com o gigantismo da Petrobrás. Um poço que seria inviável para a Petrobrás pode ser viável para o particular, para uma empresa pequena. Nos Estados Unidos, por exemplo, muitas vezes existem pessoas ou empresas que dispõem de um a cinco poços de petróleo e que conseguem montar uma empresa e viabilizar os custos de produção desse petróleo.

Então, na verdade para nós, Parlamentares, que participamos da Constituinte, das reformas constitucionais e, posteriormente, da lei que normatizou essa questão, é um momento de grande satisfação verificarmos que estamos dando um passo à frente na questão da política do petróleo. Vamos dobrar os investimentos nessa área, aumentar bastante a quantidade de empregos e, portanto, oferecer mais um canal de desenvolvimento para o País.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho). – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, tratarei de dois temas distintos. Não gostaria de tratar do primeiro assunto, mas terei de fazê-lo por responsabilidade com o meu Estado de Roraima. A seguir, falarrei sobre um projeto de minha autoria que passará à discussão no Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente.

O primeiro assunto que me traz à tribuna, infelizmente, é o fato da nomeação e destituição do Diretor-Geral da Polícia Federal, o Delegado João Batista Campelo, que foi Secretário de Segurança em Roraima durante cinco dias. Foi uma escolha pessoal do Governador, em entendimentos com outros setores – nada demais, trata-se de atribuição do Governador. Depois, foi convidado para ser Diretor-Geral da Polícia Federal, um fato que seria até auspicioso para o Estado de Roraima, porque um Diretor-Geral da Polícia Federal poderia ajudar a fortalecer a estrutura da Polícia Federal no Estado, a combater a entrada de drogas, porque Roraima começa a virar também portal de ingresso de drogas na Amazônia e no País, e a estruturar a Secretaria de Segurança do Estado, que carece de recursos e de prioridade política para funcionar.

Mas o Delegado Campelo, depois de denunciado pela prática de torturas não só por um padre mas por diversos setores do País, debaixo de um tiroteio político, afastou-se da Direção da Polícia Federal. Qual não é a nossa preocupação e o nosso espanto ao verificarmos, na imprensa roraimense e nacional, que o Governador Neudo Campos, do PPB, convidou novamente o Delegado Campelo para ser Secretário de Segurança de Roraima.

Entre todas as matérias que circularam, leio a nota do **Jornal de Brasília**, que talvez seja a síntese de tudo o que esteja ocorrendo e da própria entrevista coletiva do Governador na sexta-feira:

"Campelo já tem novo emprego". O diretor-geral da Polícia Federal, João Batista Campelo, que hoje deve entregar o cargo nomeado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, não deve passar um minuto desempregado. Ele já aceitou o cargo de Secretário de Segurança Pública de Roraima, convidado pelo Governador Neudo Campos, para quem envolvimento com tortura não é problema insuperável. Campelo era titular do cargo quando foi nomeado para Polícia Fe-

deral, mas só o tinha exercido por sete dias. Sua passagem na direção da Polícia Federal foi ainda mais meteórica. Campelo está se tornando um especialista em temporadas curtas pelos cargos que exerce.

Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais desta Casa a nossa preocupação, neste momento.

Com os fatos lamentáveis denunciados, o Delegado Campelo perdeu a condição de ser Diretor-Geral da Polícia Federal e Secretário de Segurança Pública de Roraima, a não ser que tortura seja algo a ser banido da Linha do Equador para baixo. Quer dizer, tortura não serve para o Brasil, mas serve para Roraima.

Esse é um fato extremamente grave. Lamento a postura do Governador Neudo Campos. Responsabilizo S. Ex^a, já de pronto, por qualquer fato que venha a ocorrer no Estado de Roraima a partir da gestão desse Secretário. Uma coisa é nomear um Secretário de Segurança sem saber de fatos como esse; outra é dizer à imprensa e à sociedade de Roraima: "Não, ele não era torturador, porque, na hora da tortura, saía da sala".

Esse é um precedente que se abre e que não é recomendável. Alerto a OAB de Roraima, a OAB nacional, as Comissões de Direitos Humanos e todos os segmentos envolvidos nessa questão que o meu Partido, o PSDB, no âmbito nacional, tomou o posicionamento de solicitar os esclarecimentos necessários e de cobrar do Senhor Presidente da República, no momento correto, a postura não só do Presidente, como também da história do PSDB, que faz parte deste Governo.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT - AL) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Romero Jucá, saúdo V. Ex^a pelo protesto. É evidente que o Governador do Estado tem autonomia, enquanto condutor dos destinos de seu próprio Estado, de escolher para fazer parte de seu secretariado qualquer personalidade. É evidente que temos de deixar o nosso protesto, porque, para todos nós, cidadãos brasileiros, foi motivo da mais absoluta indignação o fato de o Presidente da República ter garantido a nomeação do Sr. Delegado João Batista Campelo para Diretor-Geral da Polícia Federal mesmo diante de tantas denúncias e dúvidas. Nesse caso, a

posição mais correta do Presidente da República teria sido efetivamente, até respeitando o estado de direito, tendo em vista as denúncias e comprovações por meio de laudos e de pronunciamentos de sentenças da Justiça Militar, de não nomear, mas de esperar que os dados fossem confirmados e os supostos mistérios desvendados. Afinal, a Polícia Federal é um órgão extremamente complexo, num momento tão importante para o combate ao narcotráfico e para outras ações dessa instituição. Ora, nós, cidadãos brasileiros, agüentamos a morosidade do Governo Federal relativa aos esclarecimentos. Depois de tudo discutido e de todos os documentos apresentados, de o próprio Delegado ter saído, fazendo várias acusações e ousando dizer que havia forças escondidas em Alagoas, onde há muitos crimes que precisariam da investigação da Polícia Federal. Ele, como membro da instituição, teria, então, a obrigação de ajudar a desvendar esses mistérios. Não tenho dúvidas de que muita coisa ruim aconteceu no Estado de Alagoas, mas quando se refere a isso, o Delegado Campelo atinge o atual Secretário de Segurança do Estado, Dr. Edmilson, também um policial federal, eleito Presidente do Conselho de Segurança Pública do Nordeste. É por isso que há tanta impunidade no País. Diante de toda a discussão pública, eu tinha a obrigação de aceitar o depoimento do ex-padre José Antônio, porque o conheço e sei que se trata de uma pessoa digna e verdadeira. Tudo foi esclarecido, com laudos extremamente claros, que mostravam lesões corporais típicas de pau-de-arara, de tortura da ditadura militar, com uma sentença do Conselho da Justiça Militar que dizia claramente que todos os depoimentos foram feitos mediante coação física e moral. Assim, quando pensamos em respirar aliviados, apesar da morosidade injustificável do Presidente da República, vemos determinadas personalidades sendo premiadas em outros Estados. Isso é muito ruim, porque mexe com o comportamento nacional. Muitas vezes, cobramos da juventude e das pessoas determinado tipo de posição ética, que não atente contra a moral e os bons costumes, mas o que leva as pessoas a terem as mais diversas formas de atitude é exatamente a impunidade que é praticada neste País. Mais uma vez, infelizmente, depois de tudo que foi provado, esse senhor ganha mais um título, mais uma promoção. Portanto, quero saudar o protesto de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Senadora Heloisa Helena, neste caso específico de Roraima, é mais do que impunidade. Na verdade, com as palavras do Governador e o cargo, ele recebe a

aprovação de seus atos. É como se o Governador estivesse dizendo: "Muito bem. Para os de lá você não serve, mas aqui precisamos disso. Temos que enfrentar a Oposição e ameaçar as pessoas que estão denunciando irregularidades no serviço público. Aqui seus serviços são bem-vindos". Na verdade, a sociedade de Roraima fica estarrecida com essa questão.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ouço V. Ex^a, com muita satisfação, Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador romero Jucá, durante esses quatro anos aqui na Casa, tivemos a chance de trabalhar juntos em alguns projetos. E há uma coincidência entre nós: V. Ex^a passou a enfrentar uma oposição férrenha ao seu trabalho em seu Estado, enquanto eu amarguei, ao enfrentar sozinha o Governador Orleir Cameli no Senado. No início, a Bancada fazia oposição majoritária a S. Ex^a, mas, infelizmente, no segundo round, pelo menos 80% passaram para o seu lado. A luta que V. Ex^a trava em seu Estado, Roraima, é muito grande. Esse episódio me deixa muito triste. Quando vi o pedido de demissão do cargo do Delegado João Batista Campelo, fiquei feliz. Fiquei feliz com o Brasil, apesar dos pesares e dos brasis que estamos vivendo hoje – brasis no sentido de queimar o bolso do cidadão brasileiro e, muitas vezes, de colocar na fogueira a sua indignação -, pelo fato de que, há algum tempo, a nomeação de um cidadão como o Dr. Campelo seria feita, mesmo com o protesto das entidades de direitos humanos e de alguns segmentos. Vi, durante esse processo, a mobilização das instituições de defesa dos direitos humanos, de um grupo de parlamentares, de pessoas de bem deste País, dos meios de comunicação, que mostrou à sociedade brasileira os fatos. Na verdade, nesse processo, a cidadania brasileira, a democracia foram vitoriosas. Dessa vez, tiveram de rever a posição, porque o Brasil não aceita mais torturadores. No entanto, ainda existe essa mentalidade de que, lá nos cafundós-do-judas – como chamam os nossos Estados por serem distantes -, tudo é possível, com a conivência, inclusive, de pessoas que estão à frente do aparelho de Estado, como o Governador de Roraima, conforme V. Ex^a diz, que bate palmas para esse tipo de postura. Este é o homem que S. Ex^a deseja: um torturador, uma pessoa que não respeita os direitos humanos, mesmo em plena democracia. Acredito que o Brasil, neste momento em que rejei-

tou o torturador, deve rejeitar que ele seja premiado em qualquer outro lugar deste País. Que ele continue como profissional, porque a anistia e as leis lhe asseguram esse direito – assim como aos guerrilheiros e a outros torturadores -, mas não seja premiado em Roraima, no Acre ou em outra parte deste País. Não podemos admitir isso, principalmente, se o propósito do Governador é julgá-lo competente e aproveitá-lo no cargo, por ter a prática da tortura. Solidarizo-me com V. Ex^a. Tenha na pessoa da Senadora Marina Silva uma aliada para continuar o bom combate ao Dr. João Batista Campelo, comprovadamente torturador pelos autos, que, como tal, não serve para o País, à frente da Polícia Federal, nem para Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senadora Marina Silva. Temos, realmente, uma luta comum, que é a de levar a liberdade e a democracia para os lugares mais distantes, onde é muito difícil chegarem os direitos humanos, a justiça. As pessoas que estão nesses lugares mais distantes são muito mais espezinhadas, maltratadas, porque não têm a grande imprensa nacional, nem a OAB, nem as entidades da sociedade civil organizada para defendê-las.

É nos rincões, nas vilas, nas localidades mais distantes que o torturador joga mais solto. É nesses lugares mais distantes que as pessoas são espezinhadas em seus direitos individuais e coletivos.

Agradeço o apoio de V. Ex^a, como também o da Senadora Heloisa Helena e digo que não me callarei. Sei que será difícil, mas atrás de mim eles não virão. Quantos ex-padres José Antônio precisarão ser torturados em Roraima, para que se tome, novamente, uma posição contra pessoas como essa?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ouço V. Ex^a, com satisfação.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Romero Jucá, gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a. Se não serve torturador na Polícia Federal, não pode servir na Secretaria de Segurança Pública de seu Estado. É inaceitável que o Governador de seu Estado tome tal decisão. Da mesma forma que a consciência dos direitos humanos se levantou nacionalmente, ela continuará no sentido de impedir a agressão ao povo brasileiro. Acredito que a atitude do Governador é desafiadora aos bons princípios. É uma atitude de deboche, realmente, à conclusão a que o País chegou. Tive a oportunidade de assistir, pela

TV Câmara, aos dois depoimentos. Pude verificar que o Delegado João Batista Campelo se aliou ao que de pior existe na representação pública do País. Ele obteve apoio exatamente de setores que nunca tiveram um pensamento democrático no País, que há bem pouco tempo queriam fuzilar democratas no Brasil, como foi o caso do Deputado Jair Bolsonaro. Gostaria, portanto, de me solidarizar com V. Ex^a e de externar, publicamente, meus cumprimentos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, bem com ao PSDB pela decisão de comunicar a Sua Exceléncia que não apoiava a permanência do Sr. João Batista Campelo. E gostaria também de lamentar que nenhuma advertência pública tenha sido feita ao Chefe da Casa Militar. Se o Presidente da República nomeou, a imprensa divulgou amplamente que Sua Exceléncia tinha informações da Casa Militar de que o Delegado João Batista Campelo não tinha absolutamente nada que representasse alguma nódoa em seu currículo, infelizmente, não foi isso que se verificou no aperfeiçoamento dos debates. Penso que o setor de informações precisa ter mais responsabilidade ao passar dados acerca de alguém para o Presidente da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Antero. V. Ex^a tem razão: ao ir a debate na Câmara dos Deputados, infelizmente, o então Delegado da Polícia Federal João Batista Campelo cercou-se exatamente do que há de mais reacionário e de mais triste na política da Câmara. Os poucos Parlamentares que estavam ao lado desse cidadão tiveram o desplante de dizer que o resultado tinha sido a denúncia do ex-padre José Antonio, porque esse, apesar de torturado, não havia sido morto e, portanto, estava ali contando a história. São fatos lamentáveis, que, em tese, o Governador Neudo Campos, de Roraima, aprovou, quando chamou esse Secretário para assumir o cargo. Isso é inadmissível.

Infelizmente, algumas pessoas gostam de se cercar de quem não está preparado para exercer o poder. O Governador Neudo Campos tem esse dom. As pessoas **sub judice**, que estão envolvidas em denúncias de corrupção e em várias irregularidades são exatamente aquelas que cercam o Governador. É assim na companhia de desenvolvimento do Estado, na companhia de eletricidade, na Secretaria de Segurança, no Tribunal de Contas, para o qual nomeou uma conselheira envolvida em várias irregularidades, como a tentativa de suborno de um desembargador, como foi denunciado na CPI do Judiciário. Esse é o Governo de Roraima.

Não satisfeito com o que tem lá, criando problemas e irregularidades para o Estado, o Governador agora está importando figuras como o Sr. João Batista Campelo. Vamos virar agora os fiéis depositários do restante do entulho autoritário existente neste País.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Senador Romero Jucá, serei breve, não quero tomar o tempo do pronunciamento de V. Ex^a, que está muito bom, extremamente oportuno. Quero solidarizar-me também com V. Ex^a. O Sr. Campelo precisa saber que, pelo fato de atuar agora num Estado mais distante, estará, sim, longe da atenção da grande mídia, das grandes instituições defensoras dos direitos humanos, mas não estará longe da observação da opinião pública. E façamos aqui no Senado um coro unânime, vigoroso para, quem sabe, fazer o Governador retroceder nesse convite absurdo e infeliz. Penso que o pronunciamento de V. Ex^a é inteiramente procedente e oportuno. Quero lhe dar os parabéns e somar minha voz a de V. Ex^a e a dos que aqui se pronunciaram, a da Casa como um todo, a da instituição, para que este Sr. Campelo não venha a ser premiado com um novo posto no Estado de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço V. Ex^a pelo aparte.

V. Ex^a tem razão, temos que ficar vigilantes porque a tortura, em qualquer local deste Brasil, por mais longínquo que seja, não é um assunto específico daquela localidade, mas, sim, da consciência nacional. Não podemos permitir o retorno dessas práticas.

Ao encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero aqui dizer que falarei sobre meu projeto amanhã, quando estarei inscrito, para exatamente não ingressar no horário dos próximos inscritos. Mas quero aqui registrar e lamentar a postura do Governador, dizendo que são atos como esse que fazem com que, cada vez mais, o Governo do Sr. Neudo Campos afunde na lama, receba o repúdio da sociedade de Roraima e da sociedade brasileira.

É importante que o Ministro da Justiça, que não compactuou com o Sr. Campelo no Ministério da Justiça, não o faça na Secretaria de Segurança. É importante que a OAB nacional e a OAB-RR estejam atentas, assim como os segmentos relacionados aos direitos humanos, inclusive ligados à Diocese de Roraima, que possui uma história no Estado, e todos

nós, partidos políticos, cidadãos, entidades, enfim, todos os brasileiros que amam Roraima e que têm um compromisso com seu povo, digam não, em voz forte, à ação do Governador.

Fico triste ao assistir o Governador de meu Estado praticar um ato como esse: um ato simbólico na contramão da história. Se o Presidente Fernando Henrique e o PSDB tiveram coragem de tomar a decisão e dizer não ao Sr. Campelo, o Governador Neudo Campos, assim como fez com tantos outros irresponsáveis que estão no Governo de Roraima, abre os braços e recebe mais um, maculando meu Estado e seu Governo. Por isso, o Governo de S. Ex^a não pode dar certo.

Fica aqui o alerta, Sr. Presidente, o registro da responsabilidade que terá o Governador Neudo Campos se qualquer coisa, a partir da nomeação e da posse desse secretário, acontecer em relação à transgressão de direitos humanos, de direitos individuais e coletivos do povo de Roraima.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho, por cessão do Senador Luiz Otávio.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a nobre generosidade do Senador Luiz Otávio me permitiu vir a esta tribuna. Quero aqui referir-me a pronunciamento do eminente Senador José Jorge e a apartes solicitados, especialmente pelo Senador Roberto Saturnino, que mostram o quadro novo que se desenha na economia nacional.

Efetivamente, há o sucesso do leilão das áreas de exploração de petróleo da Petrobrás, abrindo um campo extraordinário para a prospecção, para o desenvolvimento e aumento da produção, para a geração de empregos e para a capitalização nacional pela redução futura de importações. Esses são fatos animadores, a mostrar que começamos a pensar em crescimento econômico em nosso País.

Ao mesmo tempo, como lembrou aqui o eminente Senador, a Embraer está alcançando sucesso no campo internacional com a colocação de aviões, especialmente o modelo 145, obtendo alguns bilhões de dólares com a venda no exterior. Isso mostra a capacidade empresarial e técnica da nossa gente e as possibilidades de o País ingressar com sucesso no mercado externo. Mas foi colocado também pelo Senador Saturnino, em oportunidade aparte, a necessidade de se privilegiar, de ajudar a indústria de componentes para essas atividades instaladas aqui no País.

Efetivamente, precisamos de uma política industrial voltada para o interesse interno, para o desenvolvimento da atividade econômica do País, para que não se faça o que o Presidente Fernando Henrique chama de "globalização assimétrica". Está havendo efetivamente uma assimetria nesse tratamento da atividade econômica.

O Brasil sofre restrições lá fora, e as nossas fronteiras são abertas para o capital estrangeiro, para o capital muitas vezes nacional que se rotula de estrangeiro, porque as empresas muitas vezes vêm para cá e se utilizam do capital nacional por meio de empréstimos. Com isso, o nosso empresariado, os nossos empreendedores têm dificuldades em suas empresas e negócios de atingir as oportunidades do mercado internacional.

É fundamental que tenhamos um traçado correto de como tratar a empresa nacional, para fazê-la utilizar sua capacidade ociosa, criativa, produtiva, tornando-a participante de várias atividades nesse mercado, aumentando não só o nível de emprego interno, como possibilitando exportações, conquistas de divisas no mercado internacional.

No Amazonas, especialmente na Amazônia Ocidental, há, por exemplo, um caso típico. Imaginem que, para o Mercosul, segundo a Resolução nº 8/94, os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus são considerados produtos de um terceiro país. Os produtos de informática fabricados no Sul, que gozam dos mesmos incentivos dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, não sofrem restrição. E os produtos fabricados em Manaus – não importa se muitos deles são totalmente fabricados lá – sofrem restrições de ingresso no Mercosul, em consonância com o acordo do Mercosul.

O mesmo acontece, por exemplo, nas negociações com o Pacto Andino em que não está sendo incluída a Zona Franca de Manaus.

E mais: os produtos da Zona Franca de Manaus, no acordo firmado com o Chile e a Bolívia, têm

um tratamento diferenciado, estando sujeitos a uma taxação mais alta. No entanto, todos esses países, inclusive os integrantes do Mercosul, usam o **draw-back** e seus produtos não sofrem restrição de entrada no país. Sabe-se que todo produto em regime de **drawback** é apenas montado no País, com isenções de impostos, voltando ao país de origem ou sendo encaminhado a outros países.

Ora, é importante que, nesta política de negociações, se abre um campo novo. O Senado debatou muito aqui as aplicações do BNDES por regiões do País. Pudemos verificar que lá, na nossa Amazônia Ocidental, aplicou-se apenas 1,7% dos recursos. Agora se abre uma possibilidade nova, com o BNDES se propondo a discutir com os governadores e empresários da região um novo comportamento, estimulando inclusive o turismo, um dos eixos econômicos da região, para que, sem aquelas exigências terríveis de garantias, seja constituído um fundo de aval, a fim de que se façam empreendimentos, promovendo o desenvolvimento mais racional da região Norte, com mais apoio, solidariedade, com mais aporte de recursos financeiros.

É fundamental promover o desenvolvimento da Amazônia, que sofre, especialmente a Amazônia Ocidental, muitas pressões, fruto da cobiça, e até certas retaliações. Todos acham que podem dar palpites, podem fazer, acontecer e mandar na região. Organizações internacionais, terroristas até, resolvem se instalar para fiscalizar nossa região e até o trabalho das Forças Armadas brasileiras na região. Isso tudo sem que haja uma reação, sem que haja um comportamento que diga que a Amazônia é nossa.

Precisamos nos posicionar contrários àquilo que o Senador Albert Gore Jr. disse há algum tempo, ou seja, que nos enganávamos nós ao pensar que a Amazônia era dos brasileiros. Não; é deles, é de todos. De forma alguma: a Amazônia é nossa; foi conquistada por nós, pelos brasileiros, durante as Entradas e Bandeiras, pelos nordestinos, enfim, por todos que fincaram a bandeira brasileira naquela região. Aquela região é nossa e precisa de apoio.

Acredito que o Governo brasileiro começa a ter uma postura mais voltada para o nosso desenvolvimento, efetivando entendimentos, não no sentido de conceder privilégios à Amazônia, mas de dar atenção à Amazônia, dando-lhe meios e políticas públicas. Sempre digo que a Amazônia não precisa tanto de dinheiro; precisa de planos de trabalho e políticas racionais para atingir seu desenvolvimento, fazendo valer toda a sua potencialidade. A Amazônia não pode ser desvalorizada, congelada, engessada,

atendendo, muitas vezes, a interesses inconfessáveis de organismos internacionais.

Assim, esperamos que os órgãos de financiamento e desenvolvimento deste País prestigiem o empresariado da região e os seus trabalhadores, pois eles lutam, dia e noite, para mantê-la brasileira. Infelizmente, há um certo descaso, porquanto lá existe um efetivo muito pequeno de forças militares. Inclusive, desativaram o Calha Norte, um projeto de desenvolvimento muito importante para a região, sendo assim extintos os repasses de verbas.

Lá, Sr. Presidente, é feito um esforço muito grande para manter as nossas fronteiras vivificadas, o que é importante ser feito, pois, afinal de contas, estamos cercados por homens em conflamação, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, do Exército de Libertação Nacional – ELN, e de vários outros movimentos guerrilheiros, principalmente, na fronteira com a Colômbia, presentes desde a Cabeça do Cachorro até o rio Amazonas. De norte a sul, toda essa região está sujeita à presença guerrilheira, havendo consequências até mesmo de uma desnacionalização ou de implementação do narcotráfico. Lá ensinam os índios a plantar o epadu ou a folha da coca.

Ao norte, temos, em uma grande área de fronteira com a Venezuela, a existência de conflitos entre aquele país e a Colômbia, ou entre a Colômbia e a Guiana, por regiões contestadas; temos movimentos no Peru, atingindo parte do Amazonas e parte do Acre, com guerrilheiros muito violentos, especialmente os Tupac Amarus, o Sendero Luminoso, todos naquela região. Então, é preciso uma atenção especial, um cuidado maior em relação à região amazônica.

Há uma política do Governo Federal de cuidar agora da atividade industrial, da atividade econômica, de voltar a fazer planos de desenvolvimento, aliando-se aos governadores da região, independente de siglas partidárias, independente de coligações partidárias, ainda porque nós, no Amazonas, todos temos nossa vida partidária, mas, sobretudo, queremos a Amazônia desenvolvida. Se cada Estado da Amazônia crescer e se desenvolver, não importa que o Governo seja desse ou daquele partido, todos nós viveremos bem. O que nós queremos é o bem de todos na região amazônica, que todos tenham direito ao progresso, ao desenvolvimento, ao bem-estar, ao conforto, ao mínimo que a vida moderna pode oferecer e que a nossa gente, na maioria das vezes, não tem.

Agora mesmo a maioria dos Municípios está alagada com a grande cheia da calha do rio Solimões; há crise em toda a região, com os produtos naturais perdendo o seu valor; há um esforço e um sacrifício muito grandes. V. Ex^a, por exemplo, que é da região, sabe disso, sabe da luta do homem amazônida, que é um conquistador, não um conquistador no sentido de submeter os outros, mas de se aliar aos nativos, formando o caboclo, que é a mescla, a mistura, o entendimento das raças, mostrando que nós, da Amazônia, não aceitamos apartheid; vivemos unidos, todos juntos, pertencemos a uma mesma família; deixamos as lutas partidárias para a época das eleições e, depois disso, todos somos amazônidas, acreanos, rondonienses, roraimenses, amazonenses, paraenses, amapaenses, todos brasileiros. Todos queremos a grandeza, o crescimento e o bem-estar do povo da Amazônia.

Assim, acredito que, por meio dessa visão nova da necessidade de se prestigiar a empresa nacional e de se aplicar recursos no desenvolvimento da nossa atividade econômica, possamos ter também na Amazônia os benefícios deste novo comportamento. É importante que nós, que temos sido vítimas da facilidade com que abrimos nossas fronteiras aos mercados internacionais, possamos agora tomar uma atitude mais ativa. Estavamo-nos numa posição reativa, dizendo: "É assim mesmo!". Devemos ser ativos ou pró-ativos – para usar a linguagem da moda – em benefício da nossa região e do nosso País, fazendo com que essa globalização não seja aquilo para a qual ela foi concebida. A globalização é uma forma nova de os fortes dominarem os fracos, é uma forma eufêmica de fazer colonialismo. Esse é o verdadeiro significado da globalização. Então os países poderosos, os países que dominam tecnologia, que têm grandes recursos, aporte capitais, esses países estão dominando os países menos desenvolvidos e tirando proveito desse processo. Essa é a realidade que está ocorrendo no mundo inteiro. Se verificarmos as estatísticas, vamos ver que todo o mundo está empobrecendo. O crescimento econômico no início dos anos 80 era um, nos anos 90 é outro. Hoje, todos os países estão empobrecidos e endividados. Na América Latina, se fizermos uma linha nos gráficos, estamos todos abaixo, cada um com uma dívida maior e sem possibilidade de crescimento, de desenvolvimento, sem condições de pagá-las, porque, a cada dia o **gap** entre nós e eles aumenta mais.

Por isso, Sr. Presidente, é importante repensarmos esse modelo, adotarmos uma política em re-

lação à região. Acredito que essa visão nova do BNDES em relação ao seu comportamento de estímulo à atividade econômica do País possa trazer benefícios para todo o País, especialmente para nós da Amazônia. Que as autoridades brasileiras que negociam os acordos nacionais, especialmente no que diz respeito ao Mercosul, revejam a posição e percebam que o Brasil está deixando de exportar.

Poderíamos estar concorrendo em mercados, colocando produtos da Zona Franca de Manaus nos mercados internacionais, seja nos do Mercosul, seja nos do Pacto Andino. Não estamos fazendo isso, porque há uma visão caótica da posição do Amazonas. O Amazonas é Brasil! A Zona Franca, por estar em Manaus, é considerada um terceiro país. Não aceitamos que esses benefícios sejam dados a outros países. Por exemplo, não há restrições para os produtos do México nesses países, mas há para os da Zona Franca. Também não há restrições para os produtos do Chile e da Bolívia; para os nossos há.

Então, que eles renegociem agora. Não é preciso revogar a Resolução nº 8, de 1994; é preciso apenas negociar a participação desses produtos da Zona Franca de Manaus no Mercosul. No acordo, que será feito quanto à questão que virá da ALALC e do Pacto Andino, que seja negociada uma posição, pelo menos de igualdade, dos produtos da Zona Franca de Manaus com os demais países do Pacto Andino.

Abrindo estradas, poderemos exportar para o Caribe, para a Venezuela, para todos os países mais próximos a nós. Infelizmente, da maneira como estão sendo negociados os acordos, ficaremos de fora disso.

Por isso, é importante fazermos esse apelo às autoridades do Itamaraty e do Ministério da Fazenda para que, nas negociações, se leve em conta que Manaus, Capital do Amazonas, é Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, do Estado do Amapá, por cessão do Senador Bernardo Cabral, do PFL do Amazonas.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges pelo prazo de 20 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes colegas, minhas senhoras e meus senhores, ocupo esta tribuna para falar a respeito de uma nota do PT, o Partido dos Trabalhadores.

A Revolução Industrial põe fim à sociedade feudal. Temos o surgimento das primeiras fábricas, a

migração do homem do campo para a cidade e a teorização de Karl Marx e Engels diante de uma conjuntura que se apresentava. Do socialismo ao comunismo, a pregação da sociedade perfeita e de uma divisão igualitária. E o sonho ganhou corações e mentes. A ideologia suplantou a razão. O dogmatismo então levantou líderes, levantou massas, e os conflitos começaram.

Dos grandes ditadores ditos de esquerda, a História registra sanguinários, autoritários, déspotas, e assim por diante. Dos ditadores de direita que se levantaram na defesa da propriedade privada, da liberdade da produção e dos meios e da premiação pela conquista pelo trabalho, tivemos muitos que também deixaram escrito e fizeram história de forma brutal, autoritária, por este mundo afora.

Dos inúmeros, Stalin foi o terror dos terrores. Aniquilava os inimigos e demoliu imediatamente as alianças que construiu para assumir o poder. Mao-Tsé-Tung levantou a China em grande caminhada na grande defesa. E o homem vive de sonhos, o homem vive de esperanças. Há um ditado que diz, eminentemente Gilberto Mestrinho: "Para nós o importante é a missão, é a doutrina. Dêem uma missão e uma doutrina ao homem e não pergunte a ele se ele vai ser feliz ou não". E ele marcha, muitas vezes, como os cavalos, com a viseira do lado, firmes nos conceitos que absorve.

Sr. Presidente, é necessário uma reflexão, uma consciência histórica e responsabilidade no que se escreve. Nós compreendemos, perfeitamente, que o PT tem dado a sua contribuição à democracia no Brasil da melhor forma possível, dentro de suas concepções, filosofia e doutrina partidária. Seria estúpido não reconhecer essa grande contribuição.

Diz a Nota da Presidência Nacional do PT: "É inaceitável o comportamento do Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, não sendo a primeira vez que o referido Parlamentar se comporta como sombra da República, colocando-se acima da lei e da Constituição, como querendo restaurar o Poder Moderador dos imperadores brasileiros".

E aí vem: "Salta à vista a falta de autoridade moral". Ora, cadê a consciência histórica? O Presidente do Senado Federal, político reconhecido no seu Estado e ativo na política nacional, deu sempre demonstração de competência. Hoje, ascende, com coragem, determinação, levando consigo a sua experiência, para ocupar o vácuo, vácuo que o PT, com sua nota, tenta ocupar. Suas manifestações no plenário, pelo País afora, demonstram que estão

tentando encontrar uma linha de ação, para adequar-se à nova realidade política mundial.

Mas não é dessa forma que se faz. Isso é retaliação!

O Presidente Antonio Carlos Magalhães exerce com competência o poder e com autoridade os cargos que disputou pelo voto. Aqui também foi submetido ao voto e nos honra com a Presidência.

Pergunto ao Brasil: "Que liderança política atual teria condições de propor a CPI da Reforma do Judiciário?" Aliás, reforma cuja necessidade o próprio Poder Judiciário reconhece.

O PT, de vanguarda, passou a conservador, quando viu o direito ameaçado, o estado de direito contraditado pelo Supremo Tribunal Federal, que disse "não" quando a CPI propôs a quebra ao sigilo bancário para dar prosseguimento às investigações. O PT, solidariamente, oportunamente, mobilizou-se e lançou a nota.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães tem moral, sim! S. Ex^a deu sua contribuição. Se, de 1964 para cá, tivessemos caído nas mãos dos comunistas, estaríamos aliados à União Soviética e prostrados como o Muro de Berlim. Quem tem razão? Quem tem moral? Quem tem a moral da participação? O Presidente Antonio Carlos Magalhães tem participado. E eu, quando tenho oportunidade, com o meu jeito, digo ao Presidente: "Não perca a oportunidade de dar a sua contribuição. Com os seus anos de experiência, com a sua disposição, V. Ex^a poderá proceder às reformas de que o Brasil tanto precisa. Faça pelo País agora. Precisamos não só da reforma judiciária, mas também da reforma política e da tributária. Precisamos adequar este País à modernidade".

Sabe o que aconteceu? O PT lançou a nota porque o Olívio Dutra ficou extremamente chateado por haver perdido a fábrica da Ford para a Bahia. O Presidente, competentemente, politicamente, alinhou o entendimento com o Governador e as autoridades de seu Estado e propôs: "Se o Rio Grande do Sul não quer, a Bahia está à disposição". Além de Presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães é Senador eleito pelo Estado da Bahia. Estará por dois anos assumindo a vanguarda.

Quem tem moral, Sr. Presidente, eminentes Senadores? Está na História. E diz-se que o cidadão que pertencia a certos partidos políticos antes de 1964 não tem moral.

Que nota infeliz!

Tem moral sim, e muita! O Presidente Antonio Carlos Magalhães deu sua contribuição antes, durante e, principalmente, a dá agora. Política é con-

juntura. Política são momentos. É preciso ter habilidade e faro para interpretá-la.

As Senadoras Marina Silva e Heloisa Helena trocam idéias. Devem estar refletindo sobre a infelicidade, a inoportunidade do meu querido colega Deputado.

O meu colega Deputado é homem muito inteligente, muito disposto. Mas, diante da conjuntura, do desencontro, da busca de um caminho, às vezes o homem se precipita.

O PT não deveria fazer assim. Vou dar uma sugestão modesta e vou transmiti-la também ao Presidente Antonio Carlos quando chegar na quarta-feira: o ideal seria um amplo congresso para que pudéssemos reunir não só nós, os políticos, mas também juristas. Poderíamos convocar todos os nossos quadros para um encontro conosco aqui. A idéia de um congresso é prática usual: convida-se, reúne-se, discute-se. Sempre dá certo.

Vou sugerir ao Presidente Antonio Carlos que chame os juristas, que chame o Judiciário. Vamos fazer a reforma, sim!. Nós vamos fazer a reforma, porque o Brasil exige, porque dela o Brasil precisa, e não existe timoneiro melhor para conduzi-la do que nossas próprias consciências lideradas pelo Presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães.

Vou passar um telegrama ao Presidente do PT, não o repreendendo, porque não tenho autoridade para tal. Vou sugerir a S. Ex^a que não fique contraditando ou atacando um possível candidato à Presidência da República – esse é o pano de fundo. Está cedo! Tem-se que alinhar, sim, as reformas!

O PT e os quadros do PT, com a sensibilidade de pessoas inteligentes, têm que levantar juntos a bandeira, pois o povo clama pelas reformas, em vez de jogar pedras em quem tem compromisso com este País.

Parabéns, sim, ao Presidente Antonio Carlos! S. Ex^a tem seu estilo próprio, pessoal. É franco, muitas vezes parece grosso, mas é homem de sensibilidade, inteligência e experiência política fabulosa. Tem aquele jeitão brabo, mas é um homem doce, inteligente, para os que o conhecem.

Sr. Presidente, considero essa nefasta nota inconsequente e irresponsável.

Nosso querido socialista, Senador Roberto Saturnino, é um homem de experiência, de muitas lutas, vindo do Rio de Janeiro e sempre credenciado pelo voto popular. Uma vez li numa dessas revistas de circulação nacional um comentário de S. Ex^a a respeito do Senador Antonio Carlos Magalhães. O

Senador Roberto Saturnino afirmava ter suas considerações, mas sabia que o Presidente não era homem de estrangular a Oposição.

É um democrata, Sr. Presidente! Seu estilo de fazer política é que confunde os adversários. O Senador Antonio Carlos sempre teve uma forma franca, sincera e honesta de exprimir seus sentimentos.

Repudio essa nota, por inoportuna. A nota do PT é um sinal de que o Partido está perdido. Lamento profundamente, pois este sempre deu um contribuição salutar, efetiva. É um Partido vibrante, disposto, que não tem tendência para o autoritarismo. O PT respeita as condições democráticas. Está aí o exemplo: levantou a bandeira e não deu trégua ao Delegado Campelo. Até hoje estão todos uniformemente posicionados.

Sinceramente, com minha experiência de vida – muito pouca, por sinal, pois tenho apenas 40 anos -, não sei se o Dr. Campelo é esse demônio todo que estão pintando. A política é um negócio horrível. Estão fazendo do homem o satanás soltando fogo. Arranjaram o padre para fazer uma denúncia na contra-informação. Sabemos como isso funciona. Isso foi disputa de poder, eminente Senador Gilberto Mestrinho. V. Ex^a sabe disso. O padre disse: "Esse homem me maltratou, esse homem me torturou!". Não sei se é verdade, pode até ter sido, mas na política isso acontece muito. E vejo os Colegas, com raras exceções, levando o tribunal da opinião pública à acusação, na ressonância da mídia.

Essa nota do PT vem dizendo que o Presidente Antonio Carlos não tem moral. É um homem de moral, sim, e muita. Olhem a contribuição que S. Ex^a deu a este País. Está na história.

Essa nota, essas querelas, essas intrigas, no fundo, devem-se à saída da fábrica da Ford do Rio Grande do Sul. O Governador deve ter ficado chateado e cobrado uma posição do Partido. Devem ter conversado mais ou menos assim pelo telefone: "Não pode! Esse homem está avançando muito. Nós temos de detê-lo de qualquer maneira. É preciso uma providência!" Aí eles se reuniram e disseram: "O jeito é tirar uma nota!" E essa nota está aqui.

A nação brasileira precisa saber como é forjada a encenação que vem dos laboratórios ideológicos dos Partidos – de todos eles, sem exceção. Então surgem as notas nos jornais, eles vêm à tribuna, e a combinação continua.

Sr. Presidente, repudio esse fato. Digo ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que S. Ex^a não está só nessa caminhada. O Brasil exige mudanças. Precisamos de homens fortes, sinceros e honestos

para fazer essas grandes mudanças, não só no Judiciário, mas na política também é necessária uma reforma imediata.

São essas as minhas considerações. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, à Senadora Marina e ao Senador Saturnino pela paciência com que nos ouviram nesta tarde, prestigiando-nos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, por 20 minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu estava ouvindo, com a atenção que merece, o discurso sempre oportuno e competente do Senador Gilberto Mestrinho. S. Ex^a discorria sobre a Amazônia, em cujas questões é realmente doutor, com todos os conhecimentos e credenciais para falar.

Ao ouvir seu discurso, lembra-me de ter lido algo na imprensa que me havia preocupado muito, e os funcionários de meu gabinete conseguiram recuperar esses dados. Não pude apartear o Senador Gilberto Mestrinho, mas aproveito para ler da tribuna esta notícia publicada na Folha de S.Paulo no dia 17 de junho:

O Comandante Militar da Amazônia, [General] Luiz Gonzaga Lessa, disse que a defesa da Amazônia pode ser utilizada como pretexto para intervenção armada no Brasil, por parte de países desenvolvidos. Segundo ele, a intervenção militar motivada pela proteção ao meio ambiente é "tendência da próxima década".

Ao depor na CPI da Atuação da Funai, anteontem na Câmara, o general afirmou que o princípio da não-intervenção começa a ser posto de lado, como consequência da globalização.

Ora, Sr. Presidente, essa notícia tem tudo a ver não só com o que nos estava expondo o Senador Gilberto Mestrinho, com seu brilho habitual, mas também com o tema que abordarei nesta tarde sobre outra notícia que me chegou às mãos recentemente. A informação é a seguinte: "Os Estados Unidos propuseram na última Assembléia Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos) [realizada no início deste mês de junho e encerrada recentemente], na Guatemala, a criação de uma força de intervenção no Hemisfério Ocidental, com o objetivo de defender a democracia na região."

Defender a democracia, defender o meio ambiente são razões que começam a ser invocadas, sem nenhum constrangimento, para justificar possíveis intervenções armadas. Trata-se da criação de uma força armada de intervenção. A proposta naturalmente enfrentou resistências e sua discussão deverá ocorrer na próxima reunião, no ano que vem.

Gostaria de ressaltar que essas coisas são apresentadas e propostas sem nenhum constrangimento. Há 10 ou 20 anos, quando assumi pela primeira vez uma cadeira no Senado, essas coisas eram pensadas, tramadas, mas não ditas de forma explícita como agora.

Outra notícia diz que, no dia 12 de maio, em apresentação ao Conselho Permanente da OEA, em Washington, o embaixador dos Estados Unidos naquele organismo, Sr. Victor Marrero, propôs a criação de um serviço de inteligência regional. A intervenção aberta nas questões, nos problemas e na administração de outros países passou a ser algo que não causa mais nenhuma reação de constrangimento, porque passou a ser algo condizente com esse clima que pretende terminar com a soberania dos estados nacionais para a implantação de um governo supranacional, um governo naturalmente capitaneado pela grande potência mundial ou pelas potências que a ela se unem nesse papel de policiamento internacional. Disse aquele embaixador que o mundo caminha para a superação dos estados nacionais e para a imposição de governos internacionais. Mas o fato é que o comportamento dos países ricos, das grandes potências, não condiz absolutamente com essa informação. A proteção das suas respectivas economias faz-se da forma mais aberta e mais eficaz possível. Ademais, os Estados Unidos, por exemplo, rejeitam a idéia da instituição de um Tribunal Internacional que amanhã possa julgar seus cidadãos. Essa idéia foi proposta em foros internacionais, sendo, porém, rejeitada liminarmente pela grande potência.

Os Estados Unidos também não respeitaram o dever de consultar o Conselho de Segurança da ONU para iniciar os bombardeios à Iugoslávia. No momento em que se colocam interesses que dizem respeito não só à economia como à afirmação de poder das grandes potências, não se fala mais em organismos internacionais, mas procura-se exatamente circunscrever as ações a determinados organismos regionais, onde se colocam a hegemonia e a preponderância da grande potência.

Evidentemente, uma força armada para intervenção no continente americano, obviamente co-

mandada pelos Estados Unidos, e um organismo de inteligência internacional seriam também uma sucursal da CIA.

Aliás, Sr. Presidente, a Carta Capital, há poucas semanas, publicou uma matéria muito interessante relacionada à existência da representação da CIA aqui no Brasil e à ação desenvolvida da DEA – Drug Enforcement Agency -, dos Estados Unidos, no combate ao narcotráfico. As autoridades brasileiras e o General Alberto Cardoso, Chefe da Casa Militar, manifestou a sua preocupação quanto à ação da DEA no Brasil. O fato é que a sua presença no Brasil e a desenvoltura das suas ações persistem da mesma forma.

Os fatos vão-se consumando e cristalizando, e vão-se avançando as propostas da força de intervenção, da criação da agência regional de inteligência, da instituição da moeda única americana – que seria, evidentemente, o dólar americano – e da área de livre comércio em todo continente americano. São propostas que tendem sempre a favorecer a potência hegemônica, que emite a moeda internacional, que tem capacidade militar para impor os seus pontos-de-vista e de levar a melhor em qualquer confronto de natureza militar.

É preciso que a cidadania brasileira e sua representação no Congresso Nacional conscientizem-se dessas ameaças e reajam à altura, fazendo valer os interesses do País e sua autonomia na decisão dos seus problemas e na solução das questões que dizem respeito a nós, brasileiros, como o caso da preservação do meio ambiente na Amazônia, do combate ao narcotráfico, da defesa da nossa moeda, da nossa indústria e da nossa economia de um modo geral.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Roberto Saturnino, as colocações que faz refletem um clima real que existe em relação à Amazônia. O pior é que isso está acontecendo com a corivência de autoridades brasileiras. No mapa da Amazônia, com as medidas governamentais que vem sendo tomadas há algum tempo, está em curso um processo contínuo de balcanização da Amazônia. Vamos às fronteiras. A fronteira do Brasil com a Venezuela, que contém parte do Amazonas e parte de Roraima, com nove milhões e duzentos mil hectares, maior que Portugal, é chamada área Yanomami.

Saindo da Venezuela, começa a fronteira da Colômbia.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Desculpe-me interrompê-lo, mas V. Ex^a falou em uma área maior que Portugal.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Sim. Uma área maior que Portugal para seis mil índios. Portugal tem dez milhões de habitantes.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Seis mil índios?

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Os Yanomami do lado brasileiro são efetivamente seis mil. Toda fronteira colombiana é a reserva tucana, com oito milhões e seiscentos mil hectares, área maior que Cuba, onde vivem 16 milhões de pessoas. Um pouco abaixo no mapa, observa-se uma área muito grande com uma reserva sendo demarcada e implantada. Trata-se de Jaguari, com oito milhões de hectares e apenas 600 índios, que vivem do lado do Peru e do Brasil. A seguir, há os parques nacionais montados, os chamados corredores ecológicos e uma multiplicidade de áreas reservadas para índios e de proteção ambiental. No Amazonas, o maior Estado da Região Norte, há cerca de 74 mil índios – contando comigo –, praticamente civilizados, que vivem com caboclos. Eles ocupam 30 milhões de hectares, 22% do território do Amazonas. Está formado o clima: território, povo, língua – apesar dos vários dialetos, há uma língua mãe –, só falta o protetorado. Na época da ECO 92, falou-se muito sobre a luta do Brasil e do mundo para demarcar a chamada reserva Yanomami. Parecia ser fundamental para a humanidade a demarcação da reserva. Todos estavam empenhados naquilo. A área foi demarcada não como os índios queriam, mas conforme os falsos protetores dos índios desejavam. Em vez de 150 áreas isoladas, fizeram um total contínuo de cerca de nove milhões. O Governo Collor anulou as portarias feitas no Governo Sarney.

No ano passado, durante o forte verão, houve um incêndio natural que vitimou as aldeias ianomâmis, e ninguém foi lá para ajudá-los. Eles ficaram doentes, famintos, perderam tudo, e ninguém quis saber. E mais: houve até uma ameaça. O General Patrick Hughes, Chefe do Estado-Maior em outro ano, declarou que, se a questão ambiental na Amazônia prejudicasse o desfrute de vida deles, não descartariam a intervenção armada. É o que V. Ex.^a está dizendo, e estou confirmado. O General Luiz Gonzaga Lessa, há poucos dias, citou aqui que não se trata só dos americanos, mas do antigo G-7, agora, G-8. Na verdade, foi Gorbatchov quem propôs

primeiro criar o Exército Verde. Gorbachov, tendo ficado desempregado, passou a ser ecologista. Para vir ao Rio de Janeiro proferir palestra, cobrou US\$100 mil. Margaret Thatcher, François Mitterrand, Henry Kissinger e John Major disseram o mesmo, procurando convencer o mundo e a nós que a Amazônia não é nossa, mas patrimônio deles. V. Ex^a está de parabéns pelas observações que fez. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – De parabéns está V. Ex^a, nobre Senador Gilberto Mestrinho, pelas lições que nos dá a respeito da Amazônia, de seu povo, da sua vida, de sua economia e das ameaças que pesam sobre ela.

A idéia do protetorado certamente está sendo conversada e planejada. Esses planejamentos são feitos a longo prazo. Eles sabem aguardar o momento oportuno para desfechar as ações. Obviamente, a idéia está sendo cultivada e muito bem programada.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Roberto Saturnino, se V. Ex^a tiver paciência, posso fornecer-lhe um dado que confirma isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Sim, Excelência.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Há uma grande e famosa universidade americana em que existe uma grande quantidade de ianomâmis sendo preparados para a futura nação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – V. Ex^a nos traz mais uma informação que aumenta a nossa preocupação.

Todas essas intervenções, feitas em nome da democracia e da defesa do meio ambiente, da humanidade e de seus interesses, podem ser bem justificadas, e, com o domínio que eles têm da mídia internacional, são passadas para a opinião pública mundial como uma ação de benemerência, quando se sabe que a grande ameaça para a humanidade hoje é esse gigantesco e incontrolado mercado financeiro internacional. Isso é que pode trazer um débâcle, uma situação catastrófica para as economias do mundo inteiro. No entanto, esse mercado financeiro é sempre encarado como algo progressista.

Devemos ficar conscientes desses riscos que corremos, a fim de nos defendermos e buscarmos alianças na América Latina, na América do Sul, em particular. É claro que essa primeira ofensiva da OEA foi repelida, mas a insistência e o peso da hegemonia norte-americana acabam prevalecendo sobre a resistência dos demais, a menos que, alertas, desenvolvendo também um trabalho político de construção, de alianças com outros países, sejamos

capazes de contrapor, inteligentemente e de forma eficaz, as nossas posições e os nossos interesses, que, afinal de contas, correspondem à verdade dos fatos.

É evidente que os interesses nacionais continuam prevalecendo, apesar da globalização financeira. As restrições à livre circulação dos cidadãos continuam plenas, mais fortes que nunca. É mais difícil entrar nos Estados Unidos sem autorização do que o foi em épocas passadas. Cada vez mais, há restrições à livre circulação de pessoas, fato que mostra que os interesses e as legislações de caráter nacional são mais fortes, ao contrário do que se diz em defesa da chamada internacionalização.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que queria trazer como preocupação, na tarde de hoje.

Agradeço a colaboração do Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A Senadora Marina Silva, do PT, e o Senador Gilvam Borges falaram por cessão do Senador Bernardo Cabral.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, por 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabia-me ocupar a Presidência dos trabalhos desta Casa no momento em que o Senador Lúdio Coelho subiu à tribuna, no início da sessão de hoje, para tratar de um assunto que é realmente atual e que interessa a toda classe política, e à sociedade brasileira, de um modo geral: a reforma agrária.

Em seu pronunciamento, o ilustre representante do Estado do Mato Grosso do Sul fez a leitura de uma reportagem, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de ontem, a respeito de uma reunião dos trabalhadores sem terra, naquele Estado, da qual participaram representantes de outros países do hemisfério sul, como Argentina, Chile e Uruguai.

O grande jornal paulista, naquela matéria, ressaltava o perigo implícito naquela reunião para os ruralistas de Mato Grosso do Sul, que, ultimamente, têm sido vítimas de invasões promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que atingem até mesmo terras produtivas.

Esse fato não está limitado às divisas sul-mato-grossenses, mas se alastra por outras unidades da Federação, principalmente em São Paulo e no Paraná, caracterizando-se, destarte, uma campanha contra a própria Federação. Por isso, tomei a iniciativa

de inscrever-me e de tratar também desse assunto, partindo da convicção de que existe uma imperiosa necessidade de o Governo Federal, em parceria com as administrações estaduais e municipais, adotar imediatas providências para redefinir a questão da reforma agrária, corrigindo omissões e controlando abusos.

Esse é um assunto que não pode mais ser postergado, tendo em vista que as invasões de propriedades produtivas por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, extrapolando os limites da racionalidade e da luta social pacífica e democrática, têm causado problemas de natureza policial e judicial, chegando a provocar até mesmo diversas mortes de trabalhadores, de peões de fazenda etc.

Lembro a V. Ex^{as}s que o art. 185 da Constituição Federal, de 1988, da qual sou um dos subscritores, determina que:

"Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social."

A Constituição, com louvável preocupação de evitar omissões ou desentendimentos, vai além – e define, no art. 186, o que é função social da terra: "a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores."

Julgo importante lembrar que, durante o período em que funcionou a Assembléia Nacional Constituinte, o Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, suscitou os maiores e mais acalorados debates em todas as bancadas ali instaladas. Para conceituar-se o que é "propriedade produtiva", foram consumidos muitos dias, em torno

de propostas e discussões que envolviam posições quase inconciliáveis. Não fora a habilidade do Relator, nosso colega Senador – então Deputado Bernardo Cabral – e se não tivéssemos a respeitabilidade do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães, certamente a conclusão desse capítulo teria sido mais difícil ainda.

A nossa Constituição, como vimos, consagrhou o princípio de que não são passíveis de desapropriação, para fim de reforma agrária, a pequena propriedade rural, desde que ocupada pelo seu proprietário, e as propriedades produtivas – e o conceito de propriedade produtiva está explicitado logo a seguir, dentro, ainda, de determinados requisitos, como a preservação da ecologia, a garantia aos trabalhadores rurais de seus direitos trabalhistas, etc, sempre a partir da constatação de que a terra cumpra realmente um papel social.

É preciso, portanto, antes de mais nada, atentar-se para esse aspecto: saber se a propriedade considerada produtiva está cumprindo seu papel social, a fim de evitar-se esse tipo de invasão. O que observamos é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra normalmente procura invadir as propriedades já formadas, que já têm uma infra-estrutura produtiva – o que tem uma lógica perversa e avessa às definições constitucionais: é muito mais fácil tirar vantagens de uma propriedade dessas do que, por exemplo, de uma área na Amazônia, onde o trabalhador vai ter que derrubar a mata, abrir estrada, construir casa para morar. É essa facilidade que leva o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a invadir glebas produtivas, em que não necessitará praticamente de nenhum investimento, pois a propriedade já está em franca produção.

O Governo está na obrigação de determinar ao Incra que faça um levantamento minucioso sobre os reais contingentes de trabalhadores empregados em ser assentados no Programa de Reforma Agrária; saber quantos são, qual é a sua origem, se eles têm experiência na área agrícola – para que o Governo, de posse desses dados e dentro de sua disponibilidade financeira, possa efetivamente assentar os trabalhadores, por intermédio desse Instituto.

Ao que parece, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os trabalhadores que integram o Movimento dos Sem Terra não querem ser assentados em regiões como a Amazônia, onde existe um estoque de terras muito grande para ser distribuído. Eles querem, sim, ser assentados em Estados em que haja infra-estrutura de transporte, de escoamento de

produção, onde as propriedades já estejam produzindo, como disse anteriormente.

Tenho sempre a preocupação de trazer números e informações concretas sobre o Acre, em todos os problemas que abordo nesta tribuna. Acredito que, assim, estou chamando os nobres Senadores a uma atitude semelhante, formando, no plenário, um quadro nacional do tema enfocado.

No Acre, segundo informações do Superintendente do Incra, existe um milhão de hectares de terra disponíveis para o programa de reforma agrária. Temos cinqüenta e seis projetos de assentamento feitos pelo Incra. Nas terras desapropriadas, que vão além de um milhão de hectares, dariam para assentar, talvez, cem ou duzentos mil desses trabalhadores que estão invadindo terras no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso.

Gostaria que o Governo destinasse recursos para que essas terras, que o INCRA diz possuir no Estado do Acre, sejam devidamente preparadas. Assim, os trabalhadores poderão ser assentados com uma infra-estrutura de transporte, de moradia, de escola para os seus filhos, de postos de saúde, etc., para que possam não apenas trabalhar e produzir, mas também escoar e comercializar sua produção.

Penso que esse problema da reforma agrária tem um conteúdo político superior ao conteúdo econômico. Os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra têm reafirmado seu propósito de não só ocupar terras como também de cumprir um papel político no contexto brasileiro.

Sabemos que muitos dos líderes desse movimento defendem a implantação de um regime socialista em nosso País. Sem obedecer aos ritos democráticos, passando por cima do princípio das eleições gerais, querem implantar, à força, através de um movimento revolucionário, um regime socialista como foi implantado na China, em Cuba, na Nicarágua e em outros países.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Nabor Júnior, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte ao nobre Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Nabor Júnior, a política de assentamento que o INCRA vem realizando na região amazônica não tem trazido os resultados esperados. Ao contrário, as áreas de assentamento do INCRA na região correspondem a 15.429 milhões de hectares. Se puséssemos pelo menos, três pessoas em cada hectare, haveria 45 milhões de pessoas. No entanto,

vemos diariamente que, quando se quer atacar a Amazônia, pega-se o desmatamento do Incra e diz-se que somos nós que estamos desmatando, causando prejuízos à região. Reconheço que tem havido grande esforço para dar ao homem a terra, mas essa política tem de ser reformulada, porque não adianta dar a terra, o lote, se não houver estrada, implemento agrícola, um técnico agrícola ensinando. Nós, da região, não temos tradição de agricultura, e os que vêm de fora não têm tradição de Amazônia. É preciso que se promova a simbiose entre os nativos e os de fora para se acclimatarem à região amazônica e, então, colherem-se resultados. Nós não queremos que aconteça agora o que, no passado, aconteceu com os chamados "brabos", como V. Ex^a. se lembra, os nordestinos que iam explorar borracha na Amazônia e que morreram aos milhares por não conhecerem as peculiaridades da nossa região e da nossa floresta. Há que se reformular, pois, a política de assentamento na região amazônica, de modo a escolher a melhor terra para um determinado tipo de produto. A Amazônia tem vocação para a silvicultura, e não para certos tipos de agricultura. Há que se ensinar a fazer manejo e a plantar, nas nossas condições, as espécies que ali germinam. Não adianta levar espécies exóticas porque elas não vão funcionar. As experiências feitas não deram certo. Por isso é preciso reformular essa política e fazer com que o homem tenha uma orientação, um ensinamento correto do que fazer nesses assentamentos, senão teremos fracasso, dinheiro jogado fora e multidão de pessoas que voltarão para as cidades, fazendo com que elas inchem e fique a vida impraticável para eles e para os que já vivem lá. Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço o oportuno e judicioso aparte de V. Ex^a, com cujos conceitos concordo integralmente.

A questão tem muitos lados, como, por exemplo, o critério de gastos por parte do Governo Federal: a União vive a utilizar recursos vultosíssimos, para resolver as tensões sociais causadas pelas invasões, nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, etc., às vezes desapropriando áreas que já estão formadas. Ora, se esse dinheiro ou parte dele fosse investido em determinadas regiões da Amazônia, para dotá-las das condições necessárias para o assentamento de trabalhadores rurais, dariamos uma boa contribuição ao projeto nacional de reforma agrária.

Como diz V. Ex^a., precisamos ter estradas que ofereçam tráfego permanente para o escoamento da produção, assistência técnica, assistência creditícia;

temos de assegurar armazenamento e comercialização da produção desses trabalhadores, sem o que tudo se constituiria em investimento perdido.

Agora mesmo, isso está acontecendo em um projeto do Incra no meu Estado. Na época do escoamento da produção, como as estradas não oferecem condições de tráfego, praticamente se perdem os produtos que não são colocados no mercado. Muitos desses trabalhadores, inclusive, estão abandonando seus lotes.

Está havendo, assim, uma reconcentração de áreas de terra no Acre, pois os trabalhadores se vão desfazendo de seus lotes, que são adquiridos por médios e grandes proprietários. Daqui a pouco, o Governo terá de desapropriar aquelas áreas, as mesmas que já haviam sido desapropriadas para fins de reforma agrária.

Tal fato está acontecendo no Acre, principalmente no Projeto Pedro Peixoto, nas proximidades de Rio Branco.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Eminentíssimo Senador Nabor Júnior, permite-me V. Ex^a. outro aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – É sempre um privilégio ouvir V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Se me permitem V. Ex^{as}., consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por 5 minutos, para que o apanteante se manifeste e o orador conclua o seu pronunciamento. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por 5 minutos.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Muito obrigado, nobre Presidente. Senador Nabor Júnior, houve uma fase em nossa História que a preocupação efetivamente era a de desapropriar; não era a de fazer assentamentos, equalizando-se a distribuição de terras, mas, tão-somente, desapropriar. Até hoje os processos estão tramitando, porque nunca foi tratada efetivamente com seriedade a reforma agrária, embora reconheça que esteja havendo um esforço muito grande, visando a implantação de assentamentos mais racionais, produtivos, em bases reais. V. Ex^a. tem razão: é preciso também desmistificar a questão do tamanho da propriedade, de vez que, na Amazônia, as propriedades são realmente grandes, sendo necessário todo um projeto que leve em conta as peculiaridades da região, a questão ambiental, as culturas apropriadas e a questão do crédito e, fundamentalmente, o escoamento da produção. V. Ex^a. está de parabéns.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Excelência.

Concluindo, Sr. Presidente, faço um apelo ao Senhor Presidente da República e ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária para que analisem com maior empenho a situação de tensão social em que se encontra nosso País, em decorrência dessas invasões, promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

É imperioso que se ponha um paradeiro na situação; se não houver uma revisão das práticas desse movimento e de seus notórios interesses – não apenas econômicos, mas políticos também – podemos viver, dentro de pouco tempo, uma conflagração de tremendas proporções, no Brasil.

Tudo isso configura a necessidade de que se adotem medidas efetivas, capazes de resolver, de uma vez por todas, a questão da reforma agrária. O Governo apresenta números e procura mostrar que vem trabalhando com empenho e denodo para assentar o maior número de trabalhadores. Garante que, nos quatro anos do primeiro e no início do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já foram assentados cerca 280 mil trabalhadores rurais. O que não afasta, todavia, a necessidade de ser assentado um contingente, talvez, até superior a esse.

Os números mostram que, apesar das dificuldades de natureza econômico-financeira, o Governo vem cumprindo o seu papel. No entanto, precisa adotar providências que contenham os excessos que estão sendo cometidos, principalmente nos Estados do Centro-Sul do País, sob pena de vermos gerado um quadro de verdadeira revolução, que manchará de sangue o generoso solo do nosso querido Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A Sr^a. Senadora Maria do Carmo Alves e os Srs. Senadores Luiz Estevão e Iris Rezende enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Brasil já seria um país bem mais desenvolvido e já teríamos avançado consideravelmente nos caminhos do progresso se não houvesse soluções de continuidade em projetos bem sucedidos, quando das transições de governos, e, ainda, se as boas iniciativas, independentemente de suas origens, ou comprometimento partidário, fossem seguidas e multiplicadas.

O país tem um prejuízo enorme, ainda incalculável, com os projetos interrompidos ou desviados de suas finalidades originais, por motivo das alternâncias políticas no poder, em todos os níveis da administração pública.

Somos altamente necessitados de iniciativas não governamentais na área de saúde, assistência social e, especialmente, na área de educação, onde os Governos, por mais que invistam, não têm condições de resposta efetiva a todas as carências da sociedade, porque educação não se faz somente com dinheiro, que, indiscutivelmente, é indispensável; como também indispensáveis são os recursos materiais e humanos, a capacidade gerencial e uma dose extraordinária de idealismo.

Neste cenário sombrio das notícias que enchem os jornais, com massacres, escândalos, tragédias do trânsito, atropelamentos da ética e grande parte destes acontecimentos que nos deixam entristecidos, li no Jornal do Brasil de hoje uma notícia que muito me sensibilizou pela sua extraordinária importância.

Apesar dos investimentos e esforços governamentais, os números de nossa educação ainda são uma tragédia, apontando perdas enormes causadas pela evasão e pela repetência, fatores que, também, têm raízes profundas na situação sócio-econômica das famílias. Basta citar em números redondos, os efetivos de matrículas feitas no ensino regular. São cerca de 30 milhões os alunos que ingressam no Primeiro Grau, este contingente cai para 5 milhões na matrícula da primeira série do Segundo Grau, mas somente dois milhões ingressam na Universidade, e dela saem com diploma uns 300 mil, segundo o IBGE, em seu Anuário Estatístico de 1996.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Fundação Bradesco, fundada por Amador Aguiar, tem hoje 37 escolas espalhadas por 24 Estados onde atende a 98.700 mil alunos na faixa de 7 a 18 anos, oferecendo diversos cursos, que a partir de um currículo básico, variam de acordo com o perfil sócio-econômico da comunidade, e a vocação regional, em um modelo educativo que atende tanto aos que pretendem se dedicar à atividade rural, quanto aqueles que irão seguir carreiras urbanas.

Segundo a notícia divulgada, a Fundação Bradesco é mantida por uma associação denominada de Top Clube, que tem mais de 244 mil associados, além de também receber doações do próprio Banco, para investimentos na construção de novas escolas.

Entre suas escolas, que funcionam tanto nas cidades como no interior, onde desenvolvem até o ensino agrícola e técnicas de agropecuária numa fazenda-escola em Bodoquena, no Estado de Mato Grosso, a Fundação Bradesco mantém uma escola no antigo e tradicional Instituto Lafayete, na Tijuca, que atende tanto a filhos daquele bairro de classe média quanto alunos dos morros vizinhos, mas, como em todo o Brasil, nada cobra por este ensino tido como de alta qualidade e que utiliza os recursos pedagógicos modernos.

Aqui no Distrito Federal, em Ceilândia, essa Fundação mantém uma escola com mais de 3 mil alunos, onde também oferece cursos de capacitação profissional para jovens e adultos. No meu Estado, Sergipe, a Fundação Bradesco mantém uma escola de alto padrão, na cidade de Propriá, às margens do S. Francisco desenvolvendo uma política educacional do mais alto nível.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de juntar minha voz às manifestações de solidariedade, admiração e alegria não só da comunidade católica de Brasília, mas de todas as demais forças vivas de nossa cidade, pelos 50 anos de ordenação sacerdotal de Sua Eminência, o Cardeal-Arcebispo Dom José Freire Falcão.

Diante do lema de seu apostolado, *In Humilitate Servire* ("Servir com Humildade"), pergunto-me quem escolheu e quem foi o escolhido; se foi Dom José que escolheu a legenda para pautar sua ação pastoral, ou se foi a legenda que escolheu a Dom José para converter-se em realidade concreta e em presença de amor, paz, esperança e caridade no dia-a-dia dos brasilienses.

Seja como for, coube a Brasília, cidade predestinada desde o sonho de Dom Bosco, o nobre e feliz destino de servir de cenário ao coroamento da missão e vocação de Dom José. Missão a também que ele estava predestinado antes mesmo do seu nascimento, tal como a capital sonhada por Dom Bosco, e que teve seu primeiro grande momento há exato meio século. Foi na cidade de Limeiro do Norte, daquele Ceará, berço de tantos brasilienses, famosos ou anônimos, que construíram e ainda constróem a grandeza de nossa cidade, como é o caso de nosso querido arcebispo, nascido em Ererê.

A mesma Limoeiro do Norte tornaria, vários anos mais tarde, a ser referência marcante em sua trajetória, pois lá foi ordenado bispo, em 1967.

Antes e depois disso, as atividades de Dom José Freire Falcão ramificaram-se por vários outros locais e esferas, sempre norteadas pelo seu compromisso inabalável de servir à humanidade por amor a Deus, servindo a Deus por amor à humanidade: professor do Seminário Menor, vigário paroquial, assistente da Ação Católica, diretor artístico da Rádio Educadora Jaguaribana, assessor do Regional Nordeste-1 para liturgia, arcebispo de Teresina, membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, membro do Pontifício Conselho da Pastoral para os Agentes da Saúde, membro da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, segundo vice-presidente do Celam, participante de suas conferências em Medellin (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), bispo de Brasília desde 1984, criado cardeal pelo Consistório de 28 de junho de 1988 -- para mencionar tão-somente algumas das principais tarefas que assumiu nesses 50 anos de Sacerdócio incansável e profícuo.

O exemplo desse homem de Deus dedicado a "Servir com Humildade" sem dúvida contribuiu para o aumento das vocações sacerdotais verificado em Brasília nos últimos tempos. No primeiro ano de Dom José nesta cidade, foram ordenados tão-somente dois padres. Apenas neste ano -- jubileu de ouro de seu sacerdócio, já são 27 diáconos, futuros padres.

Por isso, dedicou-se Dom José à duplicação do Seminário Nossa Senhora de Fátima, na QI 17 do Lago Sul, obra recentemente concluída.

Sensível ao espírito de generosidade brasileira e também universal em que Brasília foi sonhada, concebida e edificada, Dom José também orienta e inspira o trabalho do Seminário *Redemptoris Mater*, onde estudam novos padres, que, depois de dois anos de serviço no Distrito Federal, são enviados em missão a qualquer parte do Brasil ou do mundo.

A atenção generosa de nosso Cardeal se volta igualmente àqueles padres idosos ou doentes que, quase sempre longe de suas famílias, necessitam de assistência especial em justo reconhecimento de seus duradouros labores pastorais. Daí o empenho de Dom José na construção da Casa do Clero, na 601 Norte, onde aliás encontra-se internado um de seus principais colaboradores até há pouco tempo, o bispo-auxiliar Dom Francisco de Paula Vitor, vítima de derrame cerebral.

Sua atitude entusiástica e aberta à participação do laicato materializou-se na instalação do Curso Superior de Teologia, com três anos de duração.

Já a sua permanente preocupação em expandir e consolidar o respeito aos direitos humanos e sociais da cidadania manifesta-se na coordenação dos múltiplos projetos e atividades da Comissão de Justiça e Paz, que ele próprio criou em Brasília e que é responsável pelas anuais Campanhas da Fraternidade.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a fidelidade existencial de Dom José Freire Falcão ao lema de "Servir com Humildade" é cotidianamente testemunhada e compartilhada por todos, desde os seus três outros bispos-auxiliares Dom Raimundo Damasceno Assis (hoje secretário-geral da CNBB), Dom Jesus Rocha, Dom Evangelista Terra, passando pelos párocos do Plano Piloto e das Cidades-Satélites, aos quais confere ampla autonomia no atendimento aos problemas específicos de seus respectivos rebanhos, aos fiéis de Brasília e a todas as pessoas que, necessitadas de seu amparo, de seu conselho e de sua atenção, têm a ele fácil acesso, sem qualquer formalidade ou pompa inibidora.

Por fim, eu não poderia concluir esta homenagem sem o depoimento pessoal da amizade que me une a Dom José Freire Falcão desde sua chegada a Brasília: amizade com que ele me distinguiu ao celebrar o batismo de meus filhos Luiz Eduardo e Luiza; amizade que proveu o sustentáculo emocional e espiritual de que eu, minha mulher e toda a minha família tanto necessitamos no período angustioso e amargo do seqüestro de nossa Cleucizinha.

Desde aqueles dias de interminável provação, atei à minha memória a sábia e profunda reflexão de Dom José: "O sofrimento passa, mas o 'ter sofrido' não passa nunca"...

É, pois, para homenagear esta figura ímpar de ser humano e de sacerdote, que vivência a cada instante o lema de "Servir com Humildade", minorando os sofrimentos de nossa humana condição pela maior glória de Deus, que eu divido agora a todos os meus ilustres pares esta comemoração ímpar. Tive a oportunidade de participar, no último sábado, da solenidade realizada no Ginásio Nilson Nelson, em homenagem ao Jubileu de Ouro da ordenação sacerdotal de Dom José Freire Falcão, onde juntamente com quase 10.000 pessoas pudemos assistir a ordenação de 27 novos padres e nos regozijar a Deus pela oportunidade de convivermos em nossa cidade, com este baluarte da fé cristã.

Muito obrigado!

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para saudar a Frente Parlamentar do Cooperativismo – **Frecoop** -, cuja instalação nesta 51^a Legislatura do Congresso Nacional se verificou na tarde do dia dezenesse do corrente. Naquela oportunidade, foi empossada a nova diretoria desta importante entidade que tem como lema o trabalho conjunto para que o Brasil possa encontrar as saídas visando o crescimento econômico e o bem-estar de seu povo.

Assumi a Presidência da **Frecoop** o ilustre Deputado Silas Brasileiro, do PMDB de Minas Gerais, a quem temos a grata satisfação de apresentar os nossos mais calorosos cumprimentos. Deixou a direção da entidade o ilustre deputado Carlos Melles, do PFL de Minas Gerais, depois de uma bem-sucedida gestão baseada numa sólida política de solidariedade, o que merece o nosso aplauso e o justo reconhecimento de toda a opinião pública nacional.

Através do esforço de inúmeros parlamentares, o cooperativismo sedimentou o seu espaço no Congresso Nacional e tem agora a oportunidade de empreender novas e importantes conquistas a partir da posse de sua nova diretoria. Trata-se de um colegiado de lideranças empenhadas em fazer avançar este setor fundamental de nossa atividade econômica, de modo a alavancar as bases de um Brasil mais progressista e moderno.

Como disse o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, "ou cooperamos ou não andamos". Significa que, nas sociedades globalizadas, ganha papel de destaque as organizações que buscam a soma de esforços para fazer expandir o processo produtivo, mas sempre tendo em vista uma notável preocupação social.

A Frente Parlamentar do Cooperativismo busca, desta forma, aperfeiçoar as suas atividades, atuando nos mais diversos setores: agropecuária, habitação, trabalho, consumo, mineral, saúde, eletrificação, crédito, transporte, educação, produção e serviços. Os seus integrantes têm claro que este é o caminho mais eficiente para oferecer uma contribuição significativa ao Brasil num momento de grave crise econômica que requer, mais do que nunca, atividades coordenadas no sentido de dar as mãos e investir, sobretudo, na criatividade e na soma de experiências.

Ocupei recentemente esta tribuna para destacar o cooperativismo como o grande instrumento para incrementar o desenvolvimento brasileiro. Volto a afirmar: este é o caminho mais seguro para criar

novas oportunidades de trabalho, para melhorar as relações profissionais, para gerar rendas e incrementar as exportações.

Dessa forma, a posse da nova diretoria da Frente Parlamentar do Cooperativismo deve ser saudada como mais um marco importante na vida do Congresso Nacional e da sociedade brasileira.

Aos novos dirigentes, apresento as nossas congratulações. Ao mesmo tempo, destacamos o trabalho realizado pelos que deixam a suas funções. Através desta ação conjunta, o Brasil continuará ganhando, somando forças para se consolidar como a grande Nação do novo Milênio que se avizinha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

-1-

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1999
(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 330, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1999, do Senador José Agripino e outros Senadores, que altera o art. 12 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs:

– 375, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em face de consulta formulada pela Comissão de Assuntos Econômicos), Relator: Senador José Fogaça, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Jefferson Peres e José Eduardo Dutra e, em separado, do Senador Roberto Requião; e

– 376, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com votos contrários dos Senadores An-

tero Paes de Barros, Paulo Hartung e Eduardo Suplicy.

(À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão).

- 2 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1999 (nº 773/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, em Cingapura, em 28 de outubro de 1997, tendo

Parecer favorável sob nº 253, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Moreira Mendes.

- 3 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 281, de 1998, Relator: Senador Bello Parga), que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina – PI a realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de dezoito milhões, quatrocentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e dez reais, cujos recursos, oriundos do FAT, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele Município, tendo

Parecer sob nº 81, de 1999 (sobre a Emenda nº 1, de Plenário), da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Bello Parga, favorável, com abstenção dos Senadores Jefferson Peres e José Eduardo Dutra.

- 4 -

REQUERIMENTO Nº 206, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 1999, do Senador Romieu Tuma, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 17, de 1999, por versarem sobre necessidade da aprovação, pelo Senado Federal, de titulares de instituições financeiras públicas, não constantes da Constituição Federal.

- 5 -

REQUERIMENTO Nº 277, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 277, de 1999, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 1999, com os Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 243, de 1999, por versarem a inclusão no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais e corrupção contra crianças e adolescentes.

- 6 -

REQUERIMENTO Nº 283, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 283, de 1999, do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1999-Complementar, de sua autoria, que altera a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar brigada especial de combate a incêndio florestal nas regiões Amazônica e Centro-Oeste.

- 7 -

REQUERIMENTO Nº 284, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 284, de 1999, do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999, por versarem sobre a redução para dezenas anos a idade para imputabilidade penal.

- 8 -

REQUERIMENTO Nº 289, DE 1999

Votação, em turno único, Requerimento nº 289, de 1999, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820, de 11 de dezembro de 1998, que declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 37 minutos.)

**ATA DA 79ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 18 DE
JUNHO DE 1999**
(Publicada no DSF, de 19 de junho de 1999)

RETIFICAÇÕES

No sumário da ata, Página nº 15626, 2ª coluna, no Item 2.2.9 - Leitura de projetos, no despacho ao Projeto de Lei do Senado nº 430, de 1999,

Onde se lê:

À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Leia-se:

Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa

Trecho de ata, às Páginas nºs 15630 a 15633, republicação para fazer constar dados complementares no **Curriculum Vitae**, constante da Mensagem nº 130, de 1999 (nº 808/99, na Casa de origem), do Senhor Presidente da República.

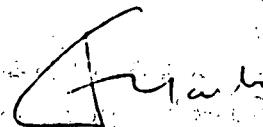
MENSAGEM Nº 130, DE 1999
(nº 808, de 1999, na Casa de Origem)

Senhores Membros do Senado Federal.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora HEBE TEIXEIRA ROMANO PEREIRA DA SILVA, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

A indicada é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 17 de junho de 1999.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE

HEBE TEIXEIRA ROMANO PEREIRA DA SILVA

1. DADOS PESSOAIS

1.1 – NOME

- HEBE TEIXEIRA ROMANO PEREIRA DA SILVA

1.1.1 – CPF: 380.148.901-91

1.1.2 – Identidade: 5455 – OAB/DF

1.2 – FILIAÇÃO

- Luiz Romano e
- Hebe Teixeira Romano

1.3 – DATA DE NASCIMENTO

- 09 de outubro de 1950

1.4 – NATURALIDADE

- Uberlândia (MG)

1.5 – NACIONALIDADE

- Brasileira

1.6 – ESTADO CIVIL

- Casada

1.7 – PROFISSÃO

- Advogada

1.8 – ENDEREÇO

- SQS 316 – Bloco “F” – Aptº 404 – 70387-060
Brasília-DF

1.9 – TELEFONE

- (061)345.3074/7289

2. ESCOLARIDADE

2.1 - NÍVEL MÉDIO

Instituto de Educação de Goiás

2.1.1. CURSO

NORMAL - Formação para o Magistério Primário-
1970

2.2 - NÍVEL SUPERIOR

Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB

2.1.2. CURSO

DIREITO - 1983

2.3 – PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Centro Universitário de Brasília – CEUB

CESAP

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1. MAGISTÉRIO

3.1.1.

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA - CEUB

Faculdade de Direito do Distrito Federal

Professora Titular da Cadeira de Prática Forense
Supervisionada I P.F.S. I

Período: 1985 a 1988

Professora Titular da Cadeira de Direito Processual Civil IV
DPCv IV

Período: de 1988 até a presente data

3.1.2.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL - AEUDF

Faculdade de Direito

Professora no Estágio ministrado pela Ordem dos
Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal, junto
àquela Faculdade de Direito.

Período: de 1987 a 1989

3.2. ÁREA JURÍDICA

3.2.1. ADVOGADA

Atuação no Distrito Federal e no Estado de Goiás
Inscrição Originária: OAB/DF 5.455
Inscrição Suplementar: OAB/GO 7.269/A

3.2.2. ASSISTENTE JURÍDICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Desde 1986

3.2.3. ASSESSORIA JURÍDICA

Marajó Imóveis, através da Ass. Func. Corret. de Imóveis

3.2.4. CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA - CEUB

Advogada Monitora do Escritório - Modelo de Assistência Judiciária, da Faculdade de Direito/CEUB

3.2.5. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - Seção do Distrito Federal

Advogada da Fundação de Assistência Judiciária da OAB/DF, atendendo a causas cíveis e criminais

3.2.6. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - Seção do Distrito Federal

Membro Integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF
Eleita pelo Conselho da OAB/DF, para o biênio 1985/1987

3.2.7. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Advogada do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
Assessoria do Diretor-Geral

- Atividades:**
- Elaboração de projetos para reforma e implantação de presídios, cadeias e penitenciárias, objetivando melhorar o sistema penitenciário brasileiro.
 - Elaboração de projeto para modificação da Lei de Execução Penal

3.2.8. SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil

Advogada

3.2.9. XIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - 1990 - BELO HORIZONTE (MG)

Membro da Comissão de Finanças

3.2.10.XIV CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - 1992 - VITÓRIA (ES)

Membro da Comissão de Finanças

3.2.11.XV CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - 1994 - FOZ DO IGUAÇU (PR)

Membro da Comissão de Finanças

4. CARGOS/FUNÇÕES DE CONFIANÇA

4.1. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ASSESSORA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, NA DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (D.S.I.)

Período: de 1986 ao 1º semestre de 1988

Atividades: - Por delegação de competência, exerceu a Coordenação do Programa "MUTIRÃO CONTRA A VIOLÊNCIA", transformado, posteriormente, em "RUAS EM PAZ"

4.2. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ASSESSORA DA CONSULTORIA JURÍDICA

Período: 2º semestre de 1989 (meses de setembro a dezembro)

Atividades: - Elaboração de Pareceres, à serem submetidos à apreciação do Exmo. Sr. Consultor Jurídico e, posteriormente, ao Exmo. Sr. Ministério da Justiça.

4.3. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, da SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CIDADANIA

Período: Dezembro de 1989 a Maio de 1990.

Atividades: - Classificação, para efeitos indicativos, de toda a programação cinematográfica, teatral e de televisão, a ser exibida em todo o País, através das empresas distribuidoras do ramo

4.4. PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

ASSESSORA DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

Período: Maio de 1990 até janeiro de 1993.

Atividades:

- Elaboração de Pareceres.
- Informações para subsidiar a defesa da União nos processos judiciais contra o Ministério Público do Trabalho.
- Apreciação dos contratos, com vistas ao atendimento das disposições ao atendimento das disposições do Decreto-lei 2.300/86.
- Acompanhamento do andamento de processos do interesse da Procuradoria Geral do Trabalho junto à Justiça Federal, Tribunal Regional Federal, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

4.5. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

COORDENADORA TÉCNICO-JURÍDICO DO GABINETE

Período: Janeiro de 1993 a março de 1994.

Atividades:

- Prestar suporte técnico ao Secretário de Direito Econômico, no controle e cumprimento da legislação relacionada com a defesa econômica e do consumidor.
- Emissão de estudos e pareceres.
- Exame e elaboração de anteprojetos e minutas de atos normativos.
- Orientação e sugestões ao Secretário de Direito Econômico na instrução dos processos administrativos.
- Substituta do Chefe de Gabinete do Secretário de Direito Econômico.

4.6. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

CHEFE DE GABINETE

Período: Abril de 1994 até 10.08.97.

Atividades:

- Apoio técnico e administrativo ao Secretário de Direito Econômico.
- Supervisão das unidades organizacionais.
- Avaliação dos planos e metas da Secretaria de Direito Econômico.
- Representação política e social do Secretário de Direito Econômico.

- Acompanhamento, elaboração e controle de documentos e processos encaminhados ao Secretário.
- Ordenadora de despesas da Secretaria.
- Preparo de despachos e expedientes do Secretário de Direito Econômico.

4.7. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

SECRETÁRIA DE DIREITO ECONÔMICO, SUBSTITUTA

Período: Janeiro de 1995 até 10.08.97.

Atividades: (nos impedimentos do Secretário de Direito Econômico)

- Formular a política da Secretaria, com vistas a harmonizar as ações de proteção da ordem econômica e das relações de consumo.
- Estabelecer diretrizes para o cumprimento das leis de defesa da concorrência e do consumidor.
- Instaurar Processos Administrativos e Averiguações Preliminares, no fiel cumprimento das Leis.
- Decidir sobre processos e procedimentos que são submetidos pelos Departamentos.
- Aplicar penalidades administrativas nos descumprimentos das leis que regem a política da concorrência e do consumidor.
- Baixar atos administrativos para aplicação das leis de defesa da concorrência e do consumidor.
- Fixar diretrizes aos Diretores dos Departamentos de Defesa Econômica e do Consumidor, para perfeita implementação dos princípios legais.
- Supervisionar a execução de planos e projetos da Secretaria de Direito Econômico.
- Manifestar-se nos processos de Atos de Concentração Econômica, Administrativos e Averiguação Preliminar, de forma conclusiva, para encaminhamento ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- Ordenar despesas.
- Delegar competência.

4.8. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA EXECUTIVA

CHEFE DE GABINETE

Período: de 11.08.97 até a presente data

Atividades:

4.9. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

COORDENADORA DO GRUPO REPRESENTANTE DO BRASIL NA ALADI PARA ELABORAÇÃO DO TRATADO SUPRANACIONAL DE HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.

4.10. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

REPRESENTANTE DO BRASIL NA REUNIÃO DE VICE-MINISTROS RESPONSÁVEIS POR COMÉRCIO NO HEMISFÉRIO, JUNTO À ALCA - ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS - COSTA RICA

4.11. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

4.11.1 - COMISSÃO DE CONCURSO - INDICADA PELO CONSELHO FEDERAL DA OAB PARA INTEGRAR A BANCA EXAMINADORA DO V CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

4.11.2 - COMISSÃO DE CONCURSO - INDICADA PELO CONSELHO FEDERAL DA OAB PARA INTEGRAR A BANCA EXAMINADORA DO VI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

4.11.3 - COMISSÃO DE CONCURSO - INDICADA PELO CONSELHO FEDERAL DA OAB PARA INTEGRAR A BANCA EXAMINADORA DO VII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

4.11.3 - COMISSÃO DE CONCURSO - INDICADA PELO CONSELHO FEDERAL DA OAB PARA INTEGRAR A BANCA EXAMINADORA DO VIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

4.11.4 - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CONSELHO FEDERAL

- NOMEADA, EM 09.01.97, PELO PRESIDENTE NACIONAL DA OAB, PARA INTEGRAR, NA CONDIÇÃO DE MEMBRO EFETIVO, A COMISSÃO DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS DO CONSELHO FEDERAL DA OAB.

5. PALESTRAS/CONFERÊNCIAS**5.1. PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DA MULHER PROFISSIONAL DO DIREITO**

Local: Florianópolis (SC) - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palestra realizada em 17/10/85, na condição de CONVIDADA ESPECIAL e de Representante da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, sob o tema "A SOCIEDADE BRASILEIRA E A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER, FACE AOS PRECEITOS LEGAIS".

5.2. IV ENCUENTRO INTERNACIONAL DE DERECHO DE AMÉRICA DEL SUR

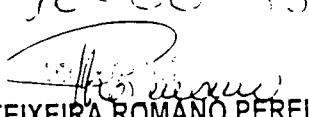
Local: Montevideo - Uruguay - Facultad de Derecho - Universidad de La Republica Oriental Del Uruguay

Palestra sobre a Proteção ao Consumidor, frente ao sistema de soluções de controvérsias no Mercosul. (Protección del consumidor frente al sistema de solución de controvérsias en el MERCOSUL) - Grupo 3

PUBLICAÇÕES, OBRAS E ARTIGOS

- ◆ "LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA ORDEM ECONÔMICA" - 1º Edição - 1995 e 2º Edição, revista e atualizada - 1996 (consolidação de todas as Leis, Decretos e Portarias sobre o funcionamento da ordem econômica brasileira e as garantias essenciais dos consumidores e agentes econômicos, bem como sobre o papel das instituições públicas no processo de preservação e harmonização do mercado).
- Integrou a equipe que elaborou a publicação, na condição de Consultora Técnica.
- ◆ "CONCORRÊNCIA E LEGISLAÇÃO NO BRASIL - A ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO FRENTE ÀS RELAÇÕES DE MERCADO E OS MONOPÓLIOS".
- Publicado no livro "ESTUDOS INTRODUTÓRIOS DE DIREITO ECONÔMICO", editado pela Brasília Jurídica - 1º Edição - 1997.
- ◆ "O QUE O BRASIL PRECISA SABER SOBRE O MERCOSUL".
- Brasília Jurídica - 1º Edição - 1999

Brasília-DF, 16-06-99


HEBE TEIXEIRA ROMANÓ PEREIRA DA SILVA

CONFIRMADO PELA AUTORIDADE APENAS SEU RECEBIMENTO NA DATA ACIMA INDICADA. ESTA DOCUMENTAÇÃO É DE PROPRIEDADE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

Na página nº 15634, no cabeçalho do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999, recebido da Câmara dos Deputados,

Onde se lê:

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1999

(Nº 2.892/92, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Leia-se:

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999

(Nº 2.892/92, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Leia-se:

.....

Na página 15753, 1ª Coluna, no despacho do Presidente ao Projeto de Lei do Senado nº 430, de 1999,

Onde se lê:

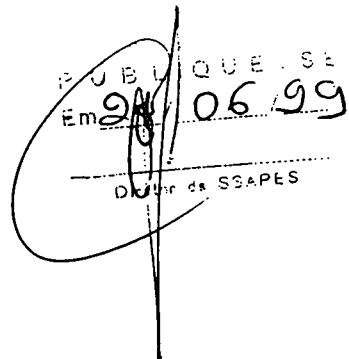
(À Comissão de Assuntos Econômicos - Decisão Terminativa.)

Leia-se:

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, nos termos do art. 49, inc. I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Econômicos.)

.....

ATOS DO DIRETOR-GERAL

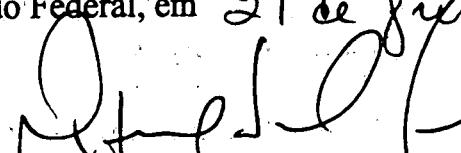


ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.720, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10359/99-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, JOELY SANDRA SANTOS KLIMASCHEWSK, matrícula n.º 30500, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra.

Senado Federal, em 21 de junho de 1999,


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

P U B L I Q U E - S E
Em 21/06/99
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.721, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10360/99-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA GOMES SANTOS PAZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Bezerra.

Senado Federal, em 21 junho de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

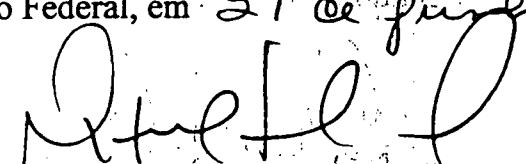
P U B L I C A D O
Em 21/06/99
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.722, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10337/99-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA CARLA LOUREIRO BARBOSA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lúdio Coelho.

Senado Federal, em 21 de junho de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

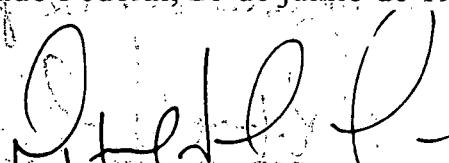
P. D. S. E. G. S.
Em: 21/06/99
Assinatura do SGPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.723, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009316/99-0,

RESOLVE designar o servidor RENZO VIGGIANO, matrícula 3010, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 31 de maio de 1999.

Senado Federal, 21 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P U B L I C A U S E
Em 21/06/99
— Diretoria SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.724, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009849/99-8,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ VILSON DA SILVA, matrícula 5064, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 09 de junho de 1999.

Senado Federal, 21 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

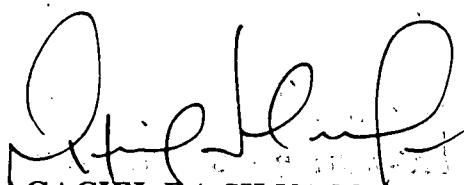
P U B L I C A D O
Em 21/06/99
.....
Diretoria da SampaS

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.725, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009814/99-0,

RESOLVE dispensar a servidora SANDRA DA SILVA RODRIGUES, matrícula 4184, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Silva Júnior, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen, com efeitos financeiros a partir de 20 de maio de 1999.

Senado Federal, 21 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBlique-se
Em 21/06/99
Intendente SEAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.726, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010052/99-2,

RESOLVE designar a servidora REJANE TEIXEIRA MORETI, matrícula 2917, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC03, da Secretaria de Informação e Documentação, com efeitos financeiros a partir de 14 de junho de 1999.

Senado Federal, 21 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

P U B L I C U E . S E
Em 21/06/99
Diretor-geral das SFAES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.727, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009723/99-4,

RESOLVE dispensar o servidor RAIMUNDO NONATO CORRÊA DE ARAÚJO JÚNIOR, matrícula 3550, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete do Senador Lúdio Coelho, com efeitos financeiros a partir de 08 de junho de 1999, e lotá-lo na Assessoria de Planejamento e Modernização Administrativa a partir da mesma data.

Senado Federal, 21 de junho de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

SENADO FEDERAL

P U B L I C A S E
Em 21/06/99
Diretor Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.728, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010171/99-1,

RESOLVE dispensar o servidor MARINALDO JUAREZ DA SILVA, matrícula 2567, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Edison Lobão, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Liderança do PFL, com efeitos financeiros a partir de 15 de junho de 1999.

Senado Federal, 21 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: (Vago)
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4609) - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4609)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: FERNANDO BEZERRA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBAO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feira às 14:00 horas

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSE/PPS)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA - PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES - PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

PFL

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

PSDB

ALVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: juloric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON**

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
PAULO PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51^a LEGISLATURA

[PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY]

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO JULIO REDECKER		PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR JOSE FOGACA		PMDB	RS	07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR JORGE BORNHAUSEN		PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO IFEU ROSA		PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTES

SENAORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGACA	RS	07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	* 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	*011	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##591	311-23311	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN AFONSO ARINOS	# ALA SEN TEOTONIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN NILO COELHO	## ALA SEN TANCREDO NEVES	@ ALA SEN RUY CARNEIRO
*** ALA SEN ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN FELINTO MULLER	= ALA SEN AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 53261	318 23261	MALULY NETTO	SP	219	318 52191	318 22191
SANTOS FILHO	PR	522	318 55221	318 25221	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 55411	318 25411
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	5731	318 55731	318 25731	EDISON ANDRINO	SC	6391	318 56391	318 26391
GERMANO RIGOTTO	RS	8381	318 58381	318 28381	OSMAR SERRAGLIO	PR	8451	318 58451	318 28451
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 131	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	2251	318 52251	318 22251
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 54311	318 24311
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	31853691	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 52681	318 22681

LEGENDA:

- Gabinetes localizados no Anexo III
- # Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 - jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Jún popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da concertação da antijudicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Carmen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcilio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as ongues da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadonismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Alvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Económica à realidade económica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Fones:

Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	Pais:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASS.NATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas**
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários**
- 02000202902003-X – Venda de Editais**
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança**
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel**
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)**
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS